



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA
E PATRIMÔNIO**

MESTRADO PROFISSIONAL

AZENAIDE LOPES PEREIRA GARCIA

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E INVENTÁRIO DE SABERES: AROMAS, SA-
BORES, OFÍCIOS E MEMÓRIAS NO MERCADO CENTRAL DE GOIÂNIA**

**GOIÁS – GO
2024**

AZENAIDE LOPES PEREIRA GARCIA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E INVENTÁRIO DE SABERES: AROMAS, SABORES, OFÍCIOS E MEMÓRIAS NO MERCADO CENTRAL DE GOIÂNIA

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.
Orientadora: Prof. Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes.

**GOIÁS – GO
2024**



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo **AZENAIDE LOPES PEREIRA GARCIA**

Email **azenaidep@gmail.com**

Dados do trabalho

Título **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E INVENTÁRIO DE SABERES: Aromas, Sabores, Ofícios e Memórias no Mercado Central de Goiânia**

Tipo:

☐ Tese ☒ Dissertação

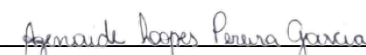
Curso/Programa **MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO – PROMEP/UEG, CÂMPUS CORA CORALINA.**

Concorda com a liberação documento

☒ SIM ☐ NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Cidade de Goiás, 21 de outubro de 2024.


Assinatura autor(a)


Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

G216e Garcia, Azenaide Lopes Pereira.

Educação patrimonial e inventário de saberes : aromas, sabores, ofícios e memórias no Mercado Central de Goiânia [manuscrito] / Azenaide Lopes Pereira Garcia. – Goiás, GO, 2024. 168f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes.

Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2024.

1. Patrimônio cultural - Goiânia, GO. 1.1. Educação patrimonial. 1.2. Cultura popular - saberes e fazeres. 1.3. Mercado Central de Goiânia. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 719:37(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

AZENAIDE LOPES PEREIRA GARCIA

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E INVENTÁRIO DE SABERES: AROMAS, SABORES, OFÍCIOS E MEMÓRIAS NO MERCADO CENTRAL DE GOIÂNIA

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de Defesa como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovado em 27 de agosto de 2024, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof^a. Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes – (PROMEP/UEG)
Orientadora

Prof. Dr. Hilário Figueiredo Pereira Filho (PEP/MP/Iphan)
Membro Externo

Prof. Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos (PROMEP/UEG- PPGH/UFG)
Membro Interno

Prof^a. Dra. Camila Azevedo de Moraes Wichers (PPGAS/UFG)
Suplente Externo

Prof. Dr. Neemias Oliveira da Silva (PROMEP/UEG)
Suplente Interno

Goiás, 27 de agosto de 2024.

Os ofícios se referem a um coletivo de trabalhadores qualificados, os mestres de um ofício que só eles sabem fazer, que lhes pertence, porque aprenderam seus segredos, seus saberes e suas artes. Uma identidade respeitada, reconhecida socialmente, de traços bem definidos. Os mestres de ofício carregavam o orgulho de sua maestria.

Miguel Arroyo

A valorização das tradições orais, saberes e ofícios mais caros aos membros da comunidade onde essas pessoas vivem favorecerão a conservação das memórias e histórias locais.

Sandra Pelegrini

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar o relatório técnico e o vídeo documentário do projeto de pesquisa, ressalta-se que a pesquisa e o processo de escrita me levaram a desafios que não foram maiores que a satisfação que sinto agora ao iniciar meus sinceros agradecimentos. A trajetória não foi fácil, mas, como já dizia o grande poeta português Fernando Pessoa, em Mensagem, “Tudo vale a pena se a alma não é pequena”.

Primeiramente, agradeço a Deus que, pela sua soberania e pelo seu poder, me concedeu graça, força, proteção e sabedoria todos os dias, o que fez com que pudesse concretizar as etapas dessa dissertação em formato de Relatório Técnico.

Aos meus pais, em especial à minha mãe Santana Lopes Pereira, que me deu amor, educação e incentivou a mim, minhas irmãs e irmão a trilhar o caminho do conhecimento e ciência, uma vez que ela pode falar como lhe fez e faz falta. E, ao meu pai, Laécio Epifânio Pereira (*in memoriam*) que, certamente, se encheria de júbilo comigo.

A Vilmar Garcia Barbosa, amado marido, pelo afeto e por ser um valioso companheiro e pela sua compreensão.

Aos meus familiares e irmãs: Benedita, Anatércia, Ester, Elza e Débora; irmãos Jonas (*in memoriam*) e Elias; sobrinhas: Azenate, Grazielle, Daniela, Gabriela e Maria Eduarda; sobrinhos: Moisés, Thiago, Bruno, Gustavo, Pedro Augusto, Marcos Vinicius, Victor e Guilherme, cunhada Marta Maria e cunhados: Dimas, Adão, Marcos, Welton e Paulo, pelas palavras de animo e incentivo.

Ao pastor Adeil da Silva e pastora Marilânea Silva, da Igreja Batista Jardim Goiás, em Goiânia (GO), onde congrego: ao conversarem comigo, expus minha vontade em fazer o mestrado, depois do processo seletivo em que alcancei aprovação, e sempre oraram a Deus por mim.

A todos os verdadeiros amigos: não poderia deixar de registrar o especial agradecimento para a amiga Professora Dra. Maria Cristina de Freitas Bonetti (Professora Dra. Cris Bonetti), sua amizade sólida e madura foi um acalento e, ao mesmo tempo, encorajador que me ajudou durante o árduo e difícil período vivido durante a trajetória do mestrado. Gratidão eterna!

À Professora Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes, orientadora dessa pesquisa e por ser um exemplo de profissional. Sempre cautelosa e atenta a tudo, bem como sua capacidade de ouvir e ensinar muito nos incentivou e nos ajudou.

Aos Professores Drs. Hilário Figueiredo Pereira Filho e Yussef Daibert Salomão de Campos, pela aceitação em compor minha banca de qualificação e defesa, além das sugestões e das análises significativas que procurei atender na versão definitiva do texto.

Ao Professor Dr. Sidelmar Alves da Silva Kunz, orientador no trabalho final do curso de pós-graduação Especialização em Educação e Patrimônio Artístico e Cultural, ofertado pela Universidade de Brasília, que me incentivou à continuidade dos estudos sobre mercados a nível de Mestrado.

À Professora Dra. Adriana Aparecida Silva, colega de graduação e grande incentivadora para que continuasse a trilhar os caminhos do conhecimento no Mestrado.

Aos funcionários dos acervos iconográficos: Museu de Arte de Goiânia, da Secretaria Municipal de Cultura de Goiânia e Museu da Imagem e do Som, Secretaria da Cultura do Estado de Goiás.

À Bibliotecária Márcia Lourencetti, da biblioteca da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, Prefeitura de Goiânia.

Aos funcionários da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economia Criativa, Prefeitura de Goiânia, com especial agradecimento para as pessoas que trabalham na administração do Mercado Central de Goiânia.

À Presidência dos Permissionários do Mercado Central de Goiânia, na ocasião dos documentos para autorização estava sob presidência da senhora Sônia Kacsá Sarlo e ao atual presidente Márcio Magalhães.

A realização desse projeto com a ação de Educação Patrimonial, *Inventário de Saberes e de Memórias do Mercado Central de Goiânia*, realizado em 2023, somente foi possível porque as pessoas que detêm os conhecimentos e as memórias decidiram participar e falar do grupo social ao qual estão inseridos. Agradeço aos detentores de saberes que atuam no mercado que é um lugar regado de memórias no qual eles são protagonistas da referência cultural em estudo e, assim, evidenciam quais são os significados e valores desse

patrimônio cultural local. De maneira muito especial, agradecemos aos “Tesouros Vivos” do Mercado Central de Goiânia.

Aos detentores de saberes no preparo de empadas

- Lázaro Sobrinho (Empadas Lanchonete da Terra)
- Marcos Tavares (Empadão do Mário)
- Neuza Mendonça (Lanchonete do Primo)

Às detentoras de saberes no preparo de garrafadas

- Ivanete Brito (Central Ervas)
- Maria Ednalva (Armazém das Ervas)

Ao coletivo de memórias

- Afonso Monchnacz (Produtos Caseiros de Goiás - *in memorian* – participaria da pesquisa, no entanto, faleceu)
- Agnaldo Jacob (Funcionário público do Mercado há 36 anos)
- Jaci Silva (Tabacaria Central – fumos de rolos e acessórios)
- Joel Brito (Calce Bem - sandálias em couro)
- José de Tadeu (Açougue – exclusivo na venda de carnes exóticas)
- Valdivino Estanislau (Rei das Frutas)

Aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1: Mercados públicos em Goiânia	p.40
Mapa 2: Localizações do Mercado Central de Goiânia	p.42
Figura 1: Núcleo Pioneiro de Goiânia – 1938	p.31
Figura 2: Ranchos onde funcionava a feira livre de Goiânia – 1936	p.36
Figura 3: Feira que existia na rua 4 com a rua 6, no Setor Central	p.37
Figura 4: Feira livre de Goiânia em 1939	p.38
Figura 5: Camelódromo do Centro de Goiânia – Avenida Anhanguera	p.42
Figura 6: Mercado Municipal de Goiânia – década de 1960	p.45
Figura 7: Comercialização de produtos alimentícios no Mercado Central de Goiânia na rua 4, Setor Central	p.46
Figura 8: Falta de conservação levou o prédio do Mercado Central à ruína	p.48
Figura 9: Funcionários da Prefeitura de Goiânia tentam recuperar o Mercado Central	p.49
Figura 10: Desenho do edifício Parthenon Center – 1972	p.51
Figura 11: Área do Mercado Central na rua 4 - Centro cede lugar para ser o prédio Parthenon Center	p.54
Figura 12: Visão do telhado do galpão - Centro Comercial Popular	p.55
Figura 13: Conjunto de casas populares	p.57
Figura 14: Fachada e entrada do Mercado Central de Goiânia pela Rua 3	p.59
Figura 15: Notícia de reforma do terceiro pavimento do Mercado Central	p.63
Figura 16: Restaurante Popular no Mercado Central de Goiânia	p.64
Figura 17: Calçados em couro da Banca do Joel Brito	p.74
Figura 18: Calce-bem calçados em couro. Banca do Joel Brito	p.74
Figura 19: Garrafadas preparadas por Maria Ednalva	p.75

Figura 20: Funcionário Agnaldo Jacob – mais de 30 anos de trabalho no Mercado Central	p.77
Figura 21. Valdivino Estanislau – “Rei da Frutas”. Banca 127 Mercado Central de Goiânia	p.79
Figura 22: Saberes das empadas passado de pai para filho, de Mário para Marcos	p.81
Figura 23. Mercado Central de Goiânia – entrada Avenida Anhanguera	p.89
Figura 24. Mercado Central de Goiânia – entrada pela Rua 3, setor Central	p.90
Figura 25. Banca de produtos orgânicos – Frutos do Sítio	p.91
Figura 26. Desenho de distribuição de bancas – Piso 1	p.92
Figura 27. Desenho de distribuição de bancas – Piso 2	p.95
Figura 28: Lázaro Ananias, produtor de empadas	p.98
Figura 29. Valdivino de Paula – “Rei das Frutas”	p.106
Figura 30. Lachonete do Primo – Senhora Neuza Mendonça é uma das detentoras do ofício de empadas e salgados	p.107
Figura 31. Fumo de rolo	p.109
Figura 32. Exposição de calçados em couro na banca “Calce - Bem”, propriedade do Joel	p.112
Figura 33. Sandália em couro da banca “Calce – Bem”	p.113
Figura 34. Ivanete Brito mostra fotografia da mãe estampada em revista	p.119
Figura 35. Garrafada para “saúde da mulher” preparada pela Ivanete Brito	p.120
Figura 36. Garrafadas preparadas por Ivanete Brito - Mercado Central de Goiânia	p.120
Figura 37. “Banca nº 101 - Raízes” Mercado Central de Goiânia (GO)	p.121
Figura 38. Garrafadas preparadas por Maria Ednalva	p.123
Figura 39. “Banca 112 - Armazém das Ervas” (Maria Ednalva)	p.124
Figura 40. Área de alimentação do Mercado Central	p.126
Figura 41. Lia Restaurante	p.126

Figura 42. Depoimento de Marcos Tavares durante o Inventário Participativo dos saberes no Mercado Central p.127

Figura 43. Depoimento de Lázaro Ananias durante o Inventário dos Saberes no Mercado Central p.128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Bancas no Mercado Central de Goiânia - Piso 1 (térreo)	p.93
Quadro 2. Tabela de bancas no Mercado Central de Goiânia - Piso 2	p.96
Quadro 3. Equipe de produção e integrantes do documentário	p.132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Público do Mercado Central de Goiânia	p.100
Gráfico 2: Origem dos visitantes do mercado	p.100
Gráfico 3: Visitantes do mercado	p.101
Gráfico 4: Faixa etária das pessoas que visitam o mercado	p.101
Gráfico 5: Frequências das idas ao Mercado Central	p.102
Gráfico 6: A importância do Mercado Central	p.103
Gráfico 7: O mercado e as lembranças dos visitantes	p.105
Gráfico 8: Rememorações em torno do mercado	p.105
Gráfico 9: Produtos mais procurados	p.130

RESUMO

A proposta desta pesquisa é realizar o inventário dos saberes e fazeres relacionados ao modo de preparar empadas e garrafadas no Mercado Central de Goiânia. Nesse sentido, o foco centra-se no ofício dos detentores que exercem esses ofícios no mercado por mais de 30 anos. Logo, recorreu-se à abordagem da História Oral, realizada por meio de entrevistas feitas em 2023 com depoimentos de 09 permissionários e 01 funcionário público que trabalham no Mercado Central da capital goiana. Por meio dessas entrevistas, foram abordados os saberes e também as lembranças sobre a história desse lugar que expressa vida e memórias desses trabalhadores. Além disso, o *corpus* documental é composto por fontes escritas e iconográficas ligadas ao mercado em estudo. Do mesmo modo, foi aplicado um questionário com 70 visitantes do Mercado Central com o objetivo de compreender quem são os visitantes e as motivações pela procura do mercado. No campo da Educação Patrimonial, ressalta-se as ações desenvolvidas com os detentores por meio de entrevistas que possibilitaram identificar a importância de salvaguardar os saberes e fazeres, além da história do mercado público. Assim, a pesquisa visa identificar os ofícios atrelados ao preparo de empadas e garrafadas do Mercado Central de Goiânia, valendo-se da História Oral para discutir as bases que norteiam as diretrizes do patrimônio cultural imaterial. O produto final proposto é um vídeo documentário sobre os *Saberes e Memórias no Mercado Central de Goiânia*, realizado a partir da pesquisa documental e depoimentos dos detentores e, também, daqueles que concebem o mercado como lugar em que exercem os seus ofícios e também espaço de vivências e significados.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Memória, Saberes e Fazeres, Mercado Central de Goiânia.

ABSTRACT

The purpose of this research is to carry out an inventory of knowledge and practices related to the way of preparing pies and bottles in the Central Market of Goiânia. In this sense, the focus is on the trade of holders who have exercised these trades in the market for more than 30 years. Therefore, we resorted to the Oral History approach, carried out through interviews carried out in 2023 with testimonies from 08 permit holders and 01 employee who work in the Central Market of the Capital of Goiás. Through these interviews, knowledge and memories about the history of this place that expresses the lives and memories of these workers were addressed. Furthermore, the documentary corpus is composed of written and iconographic sources linked to the market under study. Likewise, a questionnaire was administered to 70 visitors to the Central Market with the aim of understanding who the visitors are and their motivations for seeking out the market. In the field of Heritage Education, we would highlight the actions carried out with the owners through interviews that made it possible to identify the importance of safeguarding knowledge and know-how, as well as the history of the public market. Thus, the research aims to identify the crafts linked to the preparation of pies and bottles in the Central Market of Goiânia, using Oral History to discuss the bases that guide the guidelines of intangible cultural heritage. The proposed final product is a documentary video about Knowledge and Memories in the Central Market of Goiânia, created based on documentary research and testimonies from holders and, also, from those who conceive the market as a place where they carry out their trades and also a space for experiences and meanings.

Keywords: Heritage Education, Memory, Knowledge and Practices, Central Market of Goiânia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.14
1. O MERCADO CENTRAL DE GOIÂNIA: HISTÓRIA E DISCUSSÃO TEÓRICO METODOLÓGICA	p.22
1.1 Lugares e patrimônio cultural	p.22
1.1.1 No tempo histórico da construção de Goiânia	p.24
1.2 Feiras e a edificação do primeiro mercado público da nova capital	p.32
1.2.1 O primeiro mercado público de Goiânia: 1941 a 1973	p.43
1.2.2 O Mercado Central entre os anos 1973 e 1987: lugar provisório	p.53
1.2.3 O Mercado Central na rua 3: de 1987 aos dias atuais	p.59
1.3 Mercado público: lugar de memórias e valores do patrimônio cultural	p.65
1.4 Procedimentos metodológicos	p.83
2. ENTRE AROMAS, SABORES E OFÍCIOS: O MAPEAMENTO DOS SABERES E FAZERES NO MERCADO CENTRAL DE GOIÂNIA	p.88
2.1 Espaço interno do Mercado Central de Goiânia	p.88
2.2 Mercado Central de Goiânia: público e usos sociais	p.97
2.3 Educação patrimonial e o inventário dos saberes no Mercado Central de Goiânia	p.110
2.3.1 O ofício de raizeiro no mercado: a produção e venda de garrafadas	p.117
2.3.2 Saberes e fazeres no preparo das empadas no Mercado Central de Goiânia	p.125
3. DOCUMENTÁRIO: SABERES E MEMÓRIAS NO MERCADO CENTRAL DE GOIÂNIA	p.131
3.1 Formato definido	p.131
3.2 Público alvo (a quem o produto é destinado)	p.135
3.3 O impacto esperado	p.136
4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO	p.137
4.1 Manual de uso do Produto e proposta de aplicação na comunidade participante	p.137
4.2 Devolutiva para a comunidade	p.140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.142
REFERÊNCIAS	p.148
ANEXOS	p.157

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar uma temática ligada aos mercados em Goiânia iniciou-se quando, ao cursar a Pós-Graduação *Latu Sensu* em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico na Universidade de Brasília, foi possível fazer o levantamento dos mercados públicos que há em Goiânia. No total, existem seis¹ espaços edificadas destinados às vendas e compras de diferentes produtos, que foram construídos de maneira descentralizada na cidade. A partir disso, surgiu o interesse de verticalizar o estudo para um desses mercados públicos partindo não somente da pesquisa desses lugares ligados ao segmento econômico, mas também enquanto espaço de ofícios, saberes e fazeres. Assim, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP), Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Goiás, a proposta centrou-se na análise do Mercado Público de Goiânia, localizado na rua 3, no Centro, com ênfase aos saberes e aos ofícios que permanecem ao longo dos anos e são transmitidos de geração a geração.

Assim, nesta proposta de pesquisa, o bem cultural selecionado para a investigação que atuam no Mercado Central de Goiânia e detêm conhecimentos e práticas populares. Tendo em vista que esses lugares expressam vida e memória e, mesmo que com o passar dos anos sofram adaptações, entende-se que o Mercado Central de Goiânia possibilita uma interação com a comunidade detentora e produtora de saberes mediante a realização de ações de educação patrimonial dando condições de dialogar sobre o patrimônio cultural goianiense.

A escolha por essa pesquisa ancora-se no fato de que existem saberes e fazeres em lugares como o Mercado Central de Goiânia. Nesse espaço, as lembranças são compartilhadas e mostram rotinas do cotidiano de pessoas que estão inseridas em um dado recorte espacial. Isso pode ser observado nas

¹ Mercado Central; Mercado Bairro Popular, conhecido como (Mercado da 74); Mercado Municipal de Campinas; Mercado Municipal Centro-Oeste; Mercado Municipal da Vila Nova e Mercado Municipal Pedro Ludovico. A Prefeitura de Goiânia, por meio Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Economia Criativa (SEDEC), órgão responsável pelas políticas públicas para esses espaços, considera o espaço aberto de feiras, localizado na Avenida Paranaíba, no Setor Central, como “Mercado Aberto da Paranaíba”. No entanto, nesta pesquisa, consideraremos apenas os mercados edificadas.

atividades produzidas ou nos produtos adquiridos para a sobrevivência social e familiar de seus moradores e das pessoas que buscam por itens diferenciados nesses espaços.

Trata-se do primeiro mercado público da cidade, denominado de Mercado Central de Goiânia, construído no início da década de 1940, assumindo um sentido importante para a população que nas feiras e nos mercados supriam as necessidades básicas de alimentação, entre outros produtos comercializados. Esse mercado foi edificado inicialmente na Rua 4 no Setor Central, em uma área de 3.240m², que corresponde a um quarteirão, onde atualmente se localiza o Edifício Parthenon Center, sendo transferido, na década de 1980, para um novo prédio, com entradas para o público pela Rua 3 e pela Avenida Anhanguera no Setor Central.

O eixo norteador da investigação centra-se no estudo dos saberes e fazeres ligados à produção de empadas e garrafadas. Assim, essa seleção foi estabelecida considerando a importância de pesquisar sobre os saberes culturais e suas divulgações em face das peculiaridades inerentes à realidade da comunidade local envolvida. Nesse sentido, a pesquisa tem como recorte espaço-temporal principal o setor Central de Goiânia, no período de 1941 a 2023, considerando os locais de funcionamento do Mercado espaço dos saberes e fazeres em estudo, bem como o seu período de funcionamento até o momento da pesquisa.

Diante do bem cultural selecionado, o saber-fazer empada e garrafadas no Mercado Central de Goiânia, ressalta-se a importância de mapear os ofícios exercidos nesse espaço, os quais são contextualizados a partir da memória histórica. Do mesmo modo, destaca-se a relevância em se realizar o inventário dos saberes e fazeres a partir de entrevistas com os detentores como etapa essencial para o registro e proteção dos distintos saberes cotidianos presentes em comunidades e grupos sociais responsáveis por conhecimentos tradicionais.

O Mercado Central de Goiânia, fundado em 1941, cinco anos após a transferência da capital, “é um espaço pioneiro e que, pois, é parte da memória e da construção da identidade local” (Rebello, 2006, p. 39). Partindo desse ponto de vista, compreende-se que o mercado comporta elementos que marcam significados, sentidos e valores culturais para a sociedade goianiense. Além disso,

nesse espaço, identificam-se vários ofícios que merecem um estudo que aborde os saberes dos detentores no preparo de garrafadas com ervas medicinais e de empadas.

Dessa forma, as ações de Educação Patrimonial possibilitaram realizar o mapeamento dos saberes e fazeres por meio da História Oral (HO) em que os detentores de saberes e memórias, narraram nas entrevistas individuais, suas histórias de vida, os conhecimentos adquiridos e as relações com o mercado público. As atividades foram adaptadas às metodologias do “Inventário”, elaborado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Nesse turno, atribui-se que esse espaço público se constituiu como revelador da riqueza da capital goiana, pois seu valor cultural é do grupo de pessoas para as quais o Mercado Central de Goiânia tem sentido e significados. É por intermédio dos ofícios e dos saberes que carregam que se torna possível transmitir valores históricos e culturais para distintas gerações, as quais participam desses processos, seja como produtoras, seja como consumidoras. Assim, no estudo, considera-se que “O patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para uma pessoa ou família. Dessa maneira, interliga as pessoas” (Florêncio et al, 2016, p. 8).

Do mesmo modo, ainda em relação ao trabalho final, a pesquisa tem como proposta de produto a elaboração de um vídeo documentário com duração de 21 minutos e 38 segundos que em sua narrativa aborda os saberes tradicionais com o preparo de garrafadas de ervas medicinais e empadas no Mercado Central de Goiânia. O conteúdo compreende de maneira sucinta a história do Mercado Central de Goiânia e aborda os ofícios nesse espaço mediante os depoimentos, as entrevistas e as fotografias com os protagonistas dos saberes e fazeres, bem como das memórias ligadas à história desse espaço.

Dessa forma, apesar de considerar a existência de vários saberes no mercado, a proposta centra-se no mapeamento do saber-fazer empada e garrafada. Nesta perspectiva, com o intuito de mapear esses dois saberes culturais presentes no Mercado Central de Goiânia, esta pesquisa vale-se da abordagem da História Oral com entrevistas acerca das tradições e dos costumes enraizados na população local. Assim, foram analisados os saberes

que envolvem sentidos práticos e conhecimentos sobre: a maneira de se preparar empadas; o ofício tradicional das raizeiras que fazem garrafadas com ervas medicinais. Além disso, o estudo centrou-se também nas memórias de pessoas que trabalham no mercado por mais de trinta anos como vendedores de fumo de rolo, de calçados em couro, açougueiro e vendedor de frutas.

Outro procedimento de coleta de dados aplicado na pesquisa, ocorreu num segundo momento, com a aplicação do questionário estruturado, proposto para o público visitante do mercado composto de 70 pessoas. Nessa atividade não foram obtidos registros fotográficos, sonoros e audiovisuais da conversa, somente a aplicação do questionário impresso em papel sulfite A4, composto de nove questões, sendo oito de múltipla escolha e uma para descrição, com o objetivo de obter o perfil dos sujeitos que frequentam o Mercado Central.

Como forma de documentar e produzir conhecimento dos saberes no Mercado Central de Goiânia, a pesquisa utilizou-se das fichas do Inventário Participativo, propostas no manual² de aplicação do Instituto Histórico e Artístico Nacional (Iphan), para coletar e organizar as informações por meio de história oral com entrevistas que buscaram identificar as referências culturais que formam o patrimônio cultural local.

Com base nas metodologias já aplicadas em diversas pesquisas, o “inventário é, primordialmente, uma atividade de educação patrimonial” (Florêncio et al, 2016, p.11), uma vez que possibilita “coletar e organizar informações”, contando com a participação da comunidade do Mercado Central de Goiânia, numa construção dialógica em que as memórias e as identidades afetivas que interligam as pessoas e fazem referência ao espaço de vida, formam o patrimônio local.

Para a realização da pesquisa, o *corpus* documental é composto por fontes escritas (leis nacionais, estaduais e municipais, decretos referentes ao patrimônio cultural, decretos estaduais e municipais e jornais com reportagens

² O Manual do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural é uma ferramenta de Educação Patrimonial que sensibiliza e motiva discussões acerca do patrimônio cultural. Além disso, proporciona aos grupos e às comunidades que estes sejam identificados pelas suas referências culturais e, assim, possam participar e dizer quais são os meios para a valorização de suas identidades. A utilização deste instrumento pretende contemplar as categorias (Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão e Saberes) estabelecidas no Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000.

sobre o Mercado Central de Goiânia). Além disso, recorreremos também às fontes iconográficas abarcando os registros fotográficos sobre o bem cultural em estudo com ênfase para os saberes e as tradições existentes na cultura goianiense e que se expressam no Mercado Central de Goiânia.

Do mesmo modo, para discutir as memórias e os ofícios manifestados pelos detentores de saberes pertencente ao Mercado Central de Goiânia, o procedimento para coleta de dados envolve também as informações construídas a partir das entrevistas com os participantes da pesquisa (detentores de tradições e costumes dos ofícios).

A esse respeito, compreende-se que as comunidades são produtoras e detentoras dos saberes locais. Destarte, trata-se da alteração de uma perspectiva que vê a comunidade como reprodutora ou consumidora para uma que a posiciona como promotora de conhecimentos, conforme ângulo de visão de Florêncio et al. (2014). Em sua concepção, os educadores e os agentes do patrimônio são, antes de tudo, mediadores com foco na apropriação de conhecimentos e atentos à promoção e à valorização da construção coletiva.

Por isso, as ações de educação patrimonial propõem o “[...] conhecimento como uma ação mediadora a partir de uma construção coletiva e dialógica” (Tolentino, 2016, p. 41). Assim, exercita-se a escuta qualificada das falas de pessoas que detêm os saberes tradicionais e também daqueles que por hábitos e tradições os mantêm. Em complemento a essa perspectiva, na ótica de Florêncio et al (2014, p. 22), é importante compreender que “os diferentes contextos culturais em que as pessoas vivem são, também, contextos educativos que formam e moldam os jeitos de ser e estar no mundo”.

Em essência, a educação patrimonial é um direito social que contribui para o exercício da cidadania por intermédio da valorização dos processos de patrimonialização. Além disso, é considerada também “[...] como o direito de promover a apropriação social do patrimônio” (Scifoni, 2019, p. 30). Assim, a relevância da educação patrimonial marca-se pela presença em processos educativos formais em unidades escolares, bem como em ambientes formativos não-formais, como é o caso do Mercado Central de Goiânia.

Nesse horizonte, enaltece-se que o Mercado Central de Goiânia é um lugar elencado para a pesquisa pela riqueza de saberes e fazeres que o integra

socialmente. Tal fato instiga a conhecer sobre os saberes que singularizam e integram a diversidade do patrimônio cultural do Mercado Central de Goiânia, uma vez que as pessoas tornaram esse espaço em um meio de garantir a manutenção da vida de suas famílias. Além disso, configura-se como uma possibilidade de consolidação de ofícios que resistem ao tempo e se revelam como bem cultural capaz de ofertar mecanismos de manifestar a “[...] existência material, moral e sentimental” (Britto, 2014, p. 981).

Assim, explicita-se que esta investigação visa responder aos seguintes questionamentos: Quais são os ofícios que singularizam e integram a memória e a diversidade do patrimônio cultural do Mercado Central de Goiânia? Quais os saberes que perpassam décadas e são tradições familiares? Quais os sentidos e os significados que estão atrelados às memórias e à história do Mercado Central de Goiânia? Como as pessoas notam os saberes, os sabores e os aromas desse patrimônio cultural na cidade?

Hipoteticamente, elencamos possíveis respostas que satisfaçam os questionamentos acima: no mercado existem diversas atividades e serviços colocados à disposição das pessoas, por exemplo, o comércio de produtos como o fumo de corda, a confecção de sandálias de couro, os saberes atrelados ao modo de preparar empadas e garrafadas.

Dentre esses ofícios, a escolha em inventariar o saber-fazer empadas e garrafadas deu-se por esses serem conhecimentos populares que permanecem no mercado, desde a sua primeira edificação. Além disso, a seleção considerou ainda que são saberes adquiridos pelos detentores mediante transmissão no seio familiar. Assim, mesmo que haja no mercado outros objetos, como as sandálias de couro, de produção artesanal, não são produtos resultados do saber-fazer do permissionário do mercado, ao contrário dos dois ofícios selecionados para essa pesquisa.

Esses ofícios envolvem saberes que são práticas transmitidas de uma geração a outra por famílias que com tais ofícios podem rememorar suas heranças familiares e narrar as memórias afetivas e as histórias do mercado, direcionando e proporcionando o reconhecimento dos saberes e do bem cultural, bem como de sua importância como patrimônio cultural em Goiânia.

Nesse contexto, o Mercado Central de Goiânia é um espaço onde os

saberes, os aromas e as cores são peculiares ao lugar, notados pelas pessoas que buscam conhecer tradições locais, hábitos e práticas vistos em ambientes específicos. Evidenciam-se, assim, vínculos entre os detentores do bem cultural e a comunidade local (Nora, 1993), isso porque há sentidos e significados que podem ser elencados do bem cultural.

Dessa forma, o Mercado Central de Goiânia é um lugar que desperta interesses diversos para visitação e passeio, tanto pelos moradores da cidade quanto pelas pessoas que estão apenas de passagem e procuram conhecer nesses espaços um pouco das tradições locais que podem ser notadas. Assim, o mercado carrega uma importância que não se relaciona somente à sua localização que contextualiza com a história da cidade, com as práticas e os hábitos da comunidade local, como também com a memória cultural que vai sendo construída ou reconstruída ao longo do tempo.

O relatório está estruturado em quatro partes. Na primeira, intitulada **O mercado Central de Goiânia: História e discussão teórico-metodológica**, apresenta-se o bem cultural, os saberes e fazeres ligados ao preparo de empadas e garrafadas no Mercado Central de Goiânia, fazendo uma contextualização histórica dividida em uma abordagem dos períodos nos quais ele funcionou em três diferentes lugares na cidade. Para isso, foi feita a análise de documentos levantados como leis, decretos e jornais sobre esse espaço público. Além disso, o estudo se pautou em pesquisa bibliográfica e análise iconográfica com imagens fotográficas. Do mesmo modo, utilizamos como arcabouço teórico e conceitual, norteadores da pesquisa, os conceitos de memória e patrimônio cultural.

Na segunda seção, **Entre aromas, sabores e ofícios: o mapeamento dos saberes e fazeres no Mercado Central de Goiânia**, o objetivo é fazer uma discussão acerca da concepção de Educação Patrimonial, em que apresentamos as referências culturais proposta na pesquisa, caracterizando-a de acordo com as categorias do patrimônio imaterial de natureza intangível. Assim, recorreremos à História Oral para o mapeamento dos saberes do Mercado Central de Goiânia, no preparo de empadas e de garrafadas. Para o desenvolvimento das ações de Educação Patrimonial, adaptamos a metodologia do “Inventário Participativo” para a pesquisa acadêmica, envolvendo

depoimentos feitos pelos permissionários³, bem como entrevistas com o público visitante, tendo utilizado como modelo as “Fichas do Inventário Participativo”, elaborado pelo IPHAN.

Na seção 3, denominada **Documentário: histórias, memórias, saberes e fazeres no Mercado Central de Goiânia**, o foco é a apresentação da proposta do produto em forma de vídeo documentário. Trata-se de um curta-metragem cujo foco principal é a apresentação dos saberes do Mercado Central, no preparo das empadas e no preparo de garrafadas. Além disso, aborda também a história do Mercado Central a partir das memórias daqueles que trabalham nesse lugar. Assim, destacam-se a valorização de ações de Educação Patrimonial no mercado público e o uso do vídeo documentário como instrumento de registro, de valorização dos saberes existentes no mercado, numa perspectiva que contribua para a preservação da memória.

Por fim, na seção 4, **Proposta de Aplicação do Produto**, o objetivo é disponibilizar o manual com instruções básicas para uso do Documentário “Saberes e Memória no Mercado Central de Goiânia” que vivem e revivem ao tempo no Mercado Central de Goiânia” e uma proposta de aplicação na comunidade, tendo como foco o convite e o estímulo para que o público a quem o produto é destinado seja protagonista da sua própria história. Do mesmo modo, procura-se indicar como será a devolutiva para a comunidade participante da pesquisa, os permissionários do Mercado Central de Goiânia.

³ Termo utilizado pela Administração Municipal de Goiânia-GO e pela associação que representa as pessoas que têm permissão para trabalhar no comércio, com a venda de produtos no Mercado Central.

1. O MERCADO CENTRAL DE GOIÂNIA: HISTÓRIA E DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste item, aborda-se o bem cultural selecionado para a pesquisa: o primeiro mercado público da cidade de Goiânia, construído no início da década de 1940, em uma área correspondente a um quarteirão no Setor Central. A atual edificação foi construída na década de 1980, e possibilita perceber que saberes e fazeres se mantêm vivos nos dias atuais. Assim, é necessário o estudo do território onde o mercado se encontra, bem como da sua história que perpassa por diferentes espaços no centro de Goiânia. Do mesmo modo, visa-se discutir os principais conceitos norteadores do estudo, tais como patrimônio cultural e memórias. Além disso, a seção aborda também os procedimentos metodológicos, apresentando o que foi realizado, como e por que foi escolhido cada método, a fim de elaborar o produto: vídeo documentário.

1.1 Lugares e patrimônio cultural

Para o estudo do bem selecionado para a pesquisa, propõe-se entender o processo de construção do primeiro mercado público, no Setor Central, durante os primeiros anos de fundação de Goiânia. No processo de realização do inventário dos saberes no Mercado Central de Goiânia, pressupõe-se o estudo sobre o conceito de lugar. No campo do patrimônio cultural, a noção de lugar tem representação direta com o bem cultural, pois considera a sua história e as relações humanas e sociais das comunidades com esse espaço.

Os lugares também podem ser especificamente edificações. As edificações podem ser de diferentes épocas e estilos e podem servir para diferentes finalidades. O importante é que elas representem uma referência para as pessoas. [...] Um lugar pode ser importante para uma comunidade por ser referência de seu dia a dia, de suas crenças, de atividades de trabalho (Florêncio et al, 2016, p. 32).

Campos (2018), ao abordar o conceito de lugar com base na análise historiográfica, principalmente relacionada à área da Antropologia bem como à da História e à da Geografia, afirma que não é possível desassociarmos a noção

de lugar com a de patrimônio. Nesse sentido, entende-se a vivência dos grupos e os sentidos e os significados por eles atribuídos ao local que passa a ser imbuído de histórias, memórias, sentidos e afetos.

Para evidenciar essa questão, podemos nos ater aos detentores entrevistados nessa pesquisa e a relação deles com o Mercado Central de Goiânia, concebido como espaço de trabalho e vida. A esse respeito, compreende-se que ao se humanizar o espaço, ou seja, abordá-lo do a partir dos detentores e dos usos sociais, esse se torna um lugar (Campos, 2018).

Assim, partimos do pressuposto de que os lugares podem ser entendidos como espaços físicos repletos de significados culturais que devem ser observados mediante a relação com a qual as pessoas e os grupos estabelecem com ele. Nesse sentido, o lugar, como uma das categorias dos bens culturais intangíveis, envolve tanto as demarcações físicas como as simbólicas do espaço (Teixeira, 2015, p. 1), compreendendo, assim, os usos pela comunidade que lhe atribuem sentidos de afeto e pertencimento.

Nesta perspectiva, ao considerar os conhecimentos e as técnicas necessárias no preparo de empadas e garrafadas, por exemplo, não podemos desvinculá-las, primeiramente, dos detentores desses saberes. Nesse sentido, os ofícios e os modos de fazer se constituem como patrimônio imaterial ao alicerçarem em si as “relações de sociabilidade que envolvem práticas e domínios da vida social” (Pelegrini, 2000, p.72). Por outro lado, nota-se uma estreita ligação entre o patrimônio cultural imaterial e o espaço onde há a articulação das experiências e vivências dos grupos. Nessa perspectiva, entendemos não ser possível abordarmos dos ofícios sem envolver a história do lugar.

Essa categoria foi incluída pelo Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000, no Livro de Registro dos Lugares, no qual se encontra a menção de que “onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas” (BRASIL, 2000). Nesse mesmo ano, foi criado o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), manual de aplicação do Iphan, cuja proposta circunscrita define lugar como uma das categorias dos bens culturais e o relaciona à vida social, às práticas e às

atividades a ele associadas. Ademais, de forma mais detida, ao definir a categoria de lugares, afirma que

toda atividade humana produz sentidos de lugar. Neste inventário serão incluídos especificamente aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas (exemplo: trabalho, comércio, lazer, religião, política, etc.), tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculos quanto oficiais. Essa densidade diferenciada quanto a atividades e sentidos abrigados por esses lugares constitui a sua centralidade ou excepcionalidade para a cultura local, atributos que são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas. Do ponto de vista físico, arquitetônico e urbanístico, esses lugares podem ser identificados e delimitados pelos marcos e trajetos desenvolvidos pela população nas atividades que lhes são próprias. Eles podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade (INRC, 2000, p. 32).

Tal como a citação elucida, compreendemos que os lugares, tanto os espaços naturais como sociais, são os cenários da cotidianidade que revelam a história, a identidade e os valores que os compõem, como as feiras e os mercados públicos. Esses espaços exibem marcas mutáveis de práticas e conhecimentos antigos e convive com as atuais.

Por ser um recinto essencialmente humano, um lugar, o mercado foco dessa pesquisa, é uma referência das atividades de trabalho realizadas no espaço. Por essa razão, ao trabalharmos com os saberes e com os fazeres como patrimônio cultural imaterial, é necessário abordarmos, ainda, a história do lugar onde esses ofícios estão atrelados. Outrossim, conforme afirma Florêncio *et al* (2016), são experiências e práticas das pessoas no local que dão sentido a esse lugar. Logo, o estudo da história desses lugares é essencial no processo de realização do inventário do bem cultural proposto nessa pesquisa.

1.1.1 No tempo histórico da construção de Goiânia

O Mercado Central de Goiânia, construído em 1941, é um lugar de saberes, de memória e de afetividade para moradores e visitantes. Ao longo de sua história, seu funcionamento ocorreu em três espaços distintos que têm em comum a localidade na região central de Goiânia. Nessa perspectiva, para estudar os ofícios selecionados nessa pesquisa, considera necessário também

compreender a história do lugar em que esses saberes são praticados. Do mesmo modo, ao analisar o histórico do mercado, observa-se que há um entrelaçamento com a história da construção dessa cidade.

A mudança da nova capital goiana efetivamente só ocorreu no ano de 1933, por meio de propostas encabeçadas pelas lideranças políticas em Goiás, cujo principal defensor foi o interventor Pedro Ludovico Teixeira⁴. Na proposta para a construção da cidade, foi apresentado um projeto idealizado a partir de ideais de modernidade, com modelo arquitetônico e urbanístico elaborado pelo urbanista Atílio Correia Lima, que anos depois contaria com contribuições e intervenções do arquiteto urbanista Armando Augusto Godói.

Assim, na década de 1930, a capital goiana deixou de ser Vila Boa e passou a ser a cidade de Goiânia, inaugurada em 1942. No contexto, havia o discurso de progresso e modernidade referente à nova capital, que contava com o poder político do ex-Presidente Getúlio Vargas e sua redentora “Marcha para o Oeste”⁵. A proposta tinha como discurso romper com o atraso e com o isolamento que estigmatizavam a antiga capital imersa no sertão. Nessa perspectiva, “tanto o discurso ideológico de modernidade e desenvolvimentismo como a implantação de um plano urbanístico completamente diferente de tudo já construído no estado foram molas propulsoras desse projeto” (Pelá; Chaveiro, 2009, p. 161).

Para Chaul (2009), as discussões referentes à escolha de um novo lugar que sediar a capital goiana foram temas de embates tratados desde os séculos XVIII e XIX. No entanto, tais discussões só foram colocadas em prática nos anos de 1930, por meio de alianças e estratégias políticas estabelecidas por interesses de Pedro Ludovico Teixeira, Interventor de Goiás, e Getúlio Vargas, Presidente da República do Brasil. Ambos usaram discursos políticos e econômicos para tornar público a toda nação a chegada do desenvolvimento e do progresso que fortaleceriam o sistema capitalista nas regiões Norte e Centro-

⁴ Pedro Ludovico Teixeira, nasceu em 1891 na Cidade de Goiás. Foi médico, jornalista e político. Interventor do Estado de Goiás, na década de 1930, liderou a fundação de Goiânia e a mudança da capital para esta cidade.

⁵ A “Marcha para o Oeste” foi um movimento político desenvolvido à época do Estado Novo (1937-1945), no Governo do Presidente da República do Brasil, Getúlio Vargas, que no discurso apresentava como propósito era o promover integração econômica e populacional das regiões Norte e Centro-Oeste do país.

Oeste do Brasil. Com isso, por um lado, tal processo favoreceria os cofres públicos regionais e, por outro, melhoraria as parcelas destinadas à nação, dividindo a opinião principalmente de pessoas possuidoras de grandes e inúmeras propriedades agrárias.

O discurso de progresso e modernidade que definia os ideais para a nova capital contrapunha-se à situação da cidade de Goiás em que, segundo o Relatório do Governo Provisório (1930-1933), apresentado pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira a Getúlio Vargas, constavam:

a) sítio – situada em meio a uma bacia, conquanto sobre terreno acidentado, cercada de altos montes que a comprimem em diminuto âmbito, embaraçando-lhe a regular ventilação, estreitando-lhe, demais o horizonte visual [...]; b) clima – [...] castigada por excessiva temperatura graças à sua baixa latitude; c) homem – [...] pela poderosa influência do meio na mentalidade dos homens, estreitando os horizontes e embargando os impulsos de engrandecimento; d) abastecimento de água – O problema do abastecimento de água permanece insolúvel, tal como em 1890, tal como sempre. Toda água potável consumida pela população da capital é transportada na cabeça, e, potes, e fornecida pelas únicas e pobres fontes existentes [...]; e) rede de esgoto – Como pode uma cidade ser limpa, higiênica, habitável sem possuir um sistema de galerias subterrâneas para o escoamento dos detritos, águas servidas e matérias fecais?; f) habitações – [...] as habitações da cidade de Goiaz [...] aberram de todos os princípios de higiene e de todas as utilidades. (Teixeira, 1933 apud Freitas, 1999, p.246).

No relatório, a descrição feita da Cidade de Goiás, a partir da perspectiva de um médico, o próprio interventor Pedro Ludovico, além de apontar a precariedade sanitária, expressa negativamente a imagem de uma cidade formada socialmente em meio a uma bacia hidrográfica, envolvida de uma cercania natural cujos rochedos visíveis de seu relevo são apresentados como se fossem “altos montes”. O clima é descrito como uma punição aos seus habitantes que convivem com elevada temperatura. Ademais, além dos problemas de saneamento, a maneira rústica do transporte de água é expressada de forma que pudesse causar o desprezo dos moradores, sendo reforçada a ideia de serem pessoas que prejudicariam qualquer proposta de avanço social, econômico e político que houvesse.

Na concepção de Lena Castello Branco Freitas (1999), a decisão a respeito da construção de Goiânia contou com um endossamento de questões

atinentes a saúde e higiene e a favor da mudança da capital, respaldadas pela formação profissional como médico de Pedro Ludovico. Isso porque fala-se em aspecto referentes à preocupação sanitária da população, uma vez que a Cidade de Goiás enfrentava condições de insalubridade e não detinha de uma estrutura urbana. Além disso, o relatório dizia que a nova capital, ao contrário, teria abastecimento de água, rede de esgoto, coleta de lixo e outros serviços que viessem a possibilitar melhores condições de saúde aos moradores. Percebe-se assim que o “debate em torno da saúde tomou a forma de um programa político” (Sandes; Caixeta, 2016, p.398).

Por um lado, temos essas justificativas apresentadas por um grupo em defesa da necessidade de transferência da capital goiana, a partir do viés negativo na Cidade de Goiás, abordando, sobretudo os aspectos naturais de seu relevo e hidrografia somados aos fatores relacionados às péssimas condições sanitárias. Por outro lado, há o olhar dos moradores que permaneceram na Cidade de Goiás. Assim, a partir de entrevistas com vilaboenses que vivenciaram o contexto da transferência de capital, a historiadora Cristina Helou Gomide (2007) destaca a insatisfação verbalizada que os moradores da cidade apresentavam a respeito de Pedro Ludovico Teixeira. Nesse sentido, se opunham a figura heroica criada para o idealizador da mudança da capital, uma vez que as manifestações pelas quais as pessoas expressaram diziam ser ele “um traidor da cidade” e, por outras, como “um fugitivo das intrigas que envolvia a família Caiado”. Essas eram insatisfações sufocadas que não poderiam não ecoar externamente as Serras Douradas.

Ainda na concepção de Gomide (2007), as memórias e sentimentos de mágoa e abandono tomaram conta dos becos e ruas da Cidade de Goiás até o final da década de 1990, uma vez que os moradores descontentes comentavam entre si ou eram impressões percebidas pelos turistas aos visitarem os museus da cidade. Com a criação do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA)⁶ e com o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, uma

⁶ O Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) foi o primeiro festival de cinema a abordar a temática ambiental no Brasil e um dos primeiros no mundo, que teve como foco a construção de um desenvolvimento sustentável, a promoção da economia local e o fortalecimento do turismo. Esse evento foi realizado pelo Governo do Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Cultura (Secult) e contou com a correalização da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Fundação de Rádio e Televisão Educativa e Cultural (Fundação

“memória hegemônica passa a incorporar uma tendência, reconhecendo que a mudança da capital foi um ato necessário e que o aspecto pacato da cidade é [...] fundamental para a cidade histórica” (Gomide, 2007, p.22).

Por fim, constatamos que em Goiás, as questões sanitárias foram utilizadas no discurso político em defesa da construção de Goiânia. As péssimas condições relatadas nas quais a Cidade de Goiás se encontrava foram concebidas como razões favoráveis para a proposta de mudança da capital e para a escolha de um outro lugar que viesse a ser a nova capital do Estado de Goiás. Assim, Pedro Ludovico Teixeira decide, com o Decreto nº 2.737, de 20 de dezembro de 1932, nomear uma comissão para escolher o local a ser formada a nova capital. No contexto de disputas políticas, a escolha da área onde hoje se localiza Goiânia foi feita por uma subcomissão técnica que, após fazer observações e desenvolver estudos de campo, entregou o parecer à comissão encarregada. Tal comissão, por sua vez, era responsável por atender os requisitos exigidos pelo Interventor Federal e fundador Pedro Ludovico Teixeira na consolidação e no estabelecimento da nova capital, com um urbanismo que se opusesse às descrições negativas da antiga capital goiana, Vila Boa, e que deveria se basear nos aspectos e nos elementos naturais, com atenção em especial para: “abundância d’água, bom clima e topografia adequada” (Monteiro, 1938, p. 34).

A comissão nomeada para o trabalho solicitado por Pedro Ludovico, após a realização de levantamentos e viagens, entregou pareceres técnicos de quatro áreas visitadas: “Bonfim, Ubatã, Campinas e Pires do Rio”. Todas foram examinadas em relação à questão hidrográfica e climática, sendo Campinas e Bonfim as regiões recomendadas por se encontrarem no ponto mais central da área mais povoada da região. Dentre as duas localidades, a área próxima à Campinas foi a eleita para construção da nova capital, com dois votos contra (Pires, 2009). Dessa forma, esse foi o lugar de acolhimento e amparo de muitos sujeitos detentores de diferentes interesses e perspectivas que chegavam a

RTVE). O Fica foi criado há 25 anos na ocasião da candidatura da Cidade de Goiás para receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Em 1978, o conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico de Goiás foi tombado pelo Iphan e o reconhecimento como Patrimônio Mundial aconteceu em 16 de dezembro de 2001.

Goiânia, mas que buscavam em Campinas o abastecimento de alimentos nos armazéns, o descanso e o lazer.

Chaul (2009) aborda que o dia três de janeiro de 1933 foi a data em que a comissão deveria dar seu parecer técnico. Mesmo com pressões das autoridades locais, essas não influenciaram a escolha de Campinas, uma vez que o local apresentou os fatores naturais decisivos que a elegeu na análise por ter abundância de água, clima favorável, topografia apropriada, próxima à ferrovia e atestada por Armando Augusto de Godói, profissional que daria continuidade ao projeto, com contribuições para o plano urbanístico de Goiânia.

A implantação do plano urbanístico moderno, segundo Daher (2003), mostra que a escolha e a proposta apresentada por Atilio Correia Lima, na construção da nova cidade goiana, visava o desenvolvimento para ser uma cidade ideal. Assim, considerava essencial a qualidade de vida percebida por meio da circulação pela cidade com ruas e avenidas que pudessem oferecer boa fluidez, com traçado simples. Para as áreas comerciais, era prevista uma “largura maior do que as de outros bairros” (Daher, 2003, p. 94) para as calçadas, porque favoreceria o trânsito e a circulação de pessoas e carros. Além disso, previa que os grupos de estabelecimentos de atividades fossem distribuídos de forma racional no “espaço da cidade: bairro comercial, residencial, áreas verdes, aeroporto, estação ferroviária.” (Daher, 2003, p. 90).

Nessa perspectiva, o projeto contemplou a preservação de áreas verdes, os primeiros bairros, as praças e as avenidas e o modelo arquitetônico dos primeiros edifícios. Também foi inserida a construção de 20 tipos de casas para funcionários, mencionados no “Decreto nº 3.547, de 6 de julho de 1933”: “6ª – os planos aludidos na letra f da cláusula 3ª constarão do projeto completo, isto é, fachadas, plantas e cortes, bem como das especificações, cálculos e orçamentos dos edifícios e 20 tipos diferentes de casa para funcionários” (Decreto Nº 3.547, 1933).

No projeto urbanístico, houve a escolha pelo modelo arquitetônico no estilo *Art Déco* que como destaca Daher (2003, p. 51), espelhou-se no “urbanismo francês do início do século XX”, com elementos decorativos e formas simétricas marcadas por linhas verticais e horizontais nas edificações. Essas

características são evidenciadas nos prédios públicos citados no Decreto nº 3.547, de 6 de julho de 1933, bem como em algumas residências particulares.

8ª - os edifícios de que trata a alínea da mencionada condição 3ª serão os seguintes:

1º - Palácio do Governo;

2º - Secretaria Geral do Estado;

3º - Diretoria Geral de Segurança e Assistência Pública;

4º - Palácio da Justiça;

5º - Palácio da Instrução;

6º - Quartel da Fôrça Pública;

7º - Hotel com 60 quartos;

8º - Prefeitura. E mais os vinte tipos de casas para funcionários.

9ª – pagamento da importância de cinquenta e cinco contos de réis (Decreto Nº 3.547, 1933).

Na concepção de Daher (2003, p. 51), o projeto urbanístico de Goiânia teve edificações arquitetônicas no estilo *Art Déco*, presente em prédios públicos e diferentes imóveis privados. O traçado das avenidas Goiás, Araguaia, Tocantins e Paranaíba compõe o núcleo urbano da capital goiana. Foi um plano idealizado, envolto no discurso de divulgação de modernidade. Sua elaboração se deu pelo contrato feito com o urbanista Atílio Corrêa Lima, representante à época da empresa P. Antunes e Cia., e alterado anos depois pelo arquiteto urbanista Armando Augusto de Godói.

O Decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933, foi elaborado com divisões em partes que se referem a três serviços destinados à empresa P.A. Antunes e Cia., do Rio de Janeiro, contratada para elaborar o projeto para a área escolhida para ser a nova capital formada por três fazendas⁷. Assim, era exigência do Interventor Pedro Ludovico Teixeira que houvesse um anteprojeto, que definiria como seria a nova capital, um projeto urbanístico e um arquitetônico, que se refere ao plano diretor da cidade. O item 4º do decreto menciona que o projeto de criação da cidade previa uma “população de 50.000 habitantes”⁸. No item 13º, menciona-se que a planta da cidade foi feita na escala de 1:5000, no qual a

⁷ As fazendas que compreendem a área de Goiânia eram denominadas “Criméia”, “Vaca Brava” e “Botafogo”.

⁸ Atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), de acordo com o Censo realizado no ano de 2022, a população de Goiânia é composta de 1.437,237 pessoas.

espaço previsto seria para a formação de uma população de até 50.000 habitantes.

Assim, no projeto urbanístico de Goiânia, o centro foi pensado e projetado para desenvolver diversas atividades, como também para que o espaço se destinasse ao núcleo inicial de ocupação da cidade, com o Centro Administrativo e o Palácio do Governo que estes trouxessem funcionalidade para as quadras comerciais e de serviços, localizadas nas quadras das ruas 4 e 5 no Setor central, como mostra a figura 1, do traçado do núcleo pioneiro de Goiânia, com o objetivo de unir uma área a outra com relações de dependência.

Figura 1: Núcleo Pioneiro de Goiânia - 1938



Fonte: <https://www.goiania.go.leg.br/sala-de-imprensa>

Ao observar o projeto urbanístico (1938) da área central de Goiânia, figura 1 acima, nota-se que foi estabelecida e delimitada, no núcleo inicial da cidade, uma “zona comercial”, onde o comércio se instalaria, ocupando trechos das avenidas Goiás e Anhanguera, além de outras nas ruas 3 e 4. Observa-se que não há menção sobre espaços para mercado. No entanto, anos depois, na rua 4, foi definido o lugar onde haveria de ser construído o Mercado Central.

A nova capital suscitou a migração de inúmeras pessoas, tanto de municípios goianos quanto de outros estados da federação brasileira (Minas Gerais, São Paulo e Bahia, entre outros), atraídas pela perspectiva de melhores condições de vida e de moradia. Para suprirem necessidades básicas de sobrevivência alimentar, os novos moradores passaram a realizar uma feira improvisada, em uma área no Setor Central, onde faziam trocas, vendas de alimentos colhidos nas pequenas plantações, construindo ali também um local para momentos de convívio.

1.2 Feiras e a edificação do primeiro mercado público da nova capital

Em Goiânia, antes da construção dos mercados, as feiras eram os locais que os moradores tinham para comprar alimentos. É oportuno destacarmos, desde já que, ao longo de sua história, várias outras feiras foram construídas, inicialmente Setor Campinas, no Setor Centro-Oeste e outros setores, surgindo as feiras especiais entre os anos de 1970 a 1990. De acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Economia Criativa (SEDEC)/Prefeitura Municipal de Goiânia, há algumas convenções que classificam esses espaços goianienses como: Feira Especial⁹, Feira Livre¹⁰ e

⁹ As feiras especiais são as que comercializam variados produtos como roupas, comidas, artesanatos, decoração, calçado e obras de arte. Ao contrário das feiras livres, o horário que as feiras especiais acontecem geralmente é no período noturno. Dentre as feiras especiais, destacamos a Feira Híppie, que oferece uma variedade de produtos de confecção. Há, também, no Setor Oeste, a feira da Lua, que acontece aos sábados e a Feira do Sol, sempre realizada aos domingos.

¹⁰ As feiras livres acontecem pela manhã ou à noite, em diferentes bairros da cidade durante a semana. Nelas são comercializados verduras, frutas, carnes, utilidades para a casa, artesanatos, roupas e acessórios.

Feira Orgânica¹¹. Atualmente, Goiânia tem 122 feiras livres e 26 feiras especiais¹², conforme pode se observar no Anexo 3 (ver páginas 163).

As feiras livres em Goiânia foram oficializadas na gestão do Prefeito Professor Orivaldo Borges Leão¹³, no ano de 1946, conforme afirma Borges (2013). Os moradores da cidade enfrentavam uma escassez no abastecimento de alimentos, principalmente as pessoas que residiam em Campinas e eram suporte àqueles que trabalhavam na construção de Goiânia. Ao levar em conta essa precariedade da recém instituída capital, o prefeito Orivaldo Leão apoiou financeiramente a formação das primeiras feiras livres. Por isso, então, devido ao processo de habitação da cidade de Goiânia estar ligado à região de Campinas, uma das primeiras feiras da capital foi instituída nessa região. Com o passar dos anos, outras feiras surgiram em Goiânia, tal como afirma Larissy Borges (2013):

Até a década de 1990 tivemos a predominância das feiras livres ocupando alguns espaços públicos da cidade. Após o crescimento da Feira Híppie e o surgimento das Feiras do Sol (1990) e da Lua (1993), foram aparecendo outras feiras especiais, que atualmente são as que recebem a maior quantidade de frequentadores. O surgimento oficial das feiras goianienses ocorreu ainda na década de 40, mas exatamente no ano de 1946, quatro anos após o batismo cultural da cidade que ocorreu em 1942. O apoio financeiro para a formação das primeiras feiras fazia parte do programa administrativo do terceiro prefeito de Goiânia, Orivaldo Borges Leão (Borges, 2013, p.33).

Em Goiânia, a criação das feiras e, também, dos mercados está ligada à construção da nova capital, no final da década de 1930. Diversos operários

¹¹ As feiras orgânicas é a maneira de comercializar alimentos saudáveis cultivados sem o uso de agrotóxicos (grãos, verduras, frutas, carnes) que tenham sido produzidos numa cadeia de sustentável no Brasil. Visa com isso, que o consumidor consiga ter acesso direto com o produtor.

¹² Informações cedidas pelas Prefeitura de Goiânia por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Economia Criativa – SEDEC/Prefeitura Municipal de Goiânia, por meio da Gerência de Abastecimento e Feiras Livres e Cepal. A mesma quantidade foi constada no seguinte endereço eletrônico <https://www.goiania.go.gov.br/sobre-goiania/feiras>, somente para a quantidade de feiras livres.

¹³ Orivaldo Borges Leão, foi prefeito de Goiânia de 18 de fevereiro de 1946 a 25 de março de 1947. Durante o período de seu mandato criou o projeto político de criação das “Feiras Livres, tendo sido noticiadas matéria, no Jornal O Popular, “Funcionário em breve as Feiras Livres”, no dia 10 de março de 1946. As regras de funcionamento eram desde a confecção das barracas, convocação de pessoas (feirantes) interessados em trabalhar.

que chegaram com suas famílias ou sozinhos, que migraram de municípios goianos e de outros Estados, tais como os de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e de municípios goianos necessitavam de alimentos básicos vendidos na feira. Por tais razões, os trabalhadores manifestaram a necessidade de adquirir produtos alimentícios. É nesse contexto que se identifica a origem da feira em Goiânia. As atividades de comércio de venda de produtos básicos para sobrevivência se fizeram presente e, também, facilmente poderiam ser encontradas. A esse respeito, Borges afirma que

alguns pioneiros de Goiânia relatam que existiu uma feira livre na Rua 4 do Setor Central ainda na década de 1930, onde existe o Hotel Umuarama, antes mesmo de ter sido construído o primeiro Mercado Municipal da cidade, o qual foi derrubado para a construção do edifício comercial Parthenon Center (Borges, 2013, p. 38).

Esses lugares eram, ainda, espaços nos quais muitos indivíduos iam para vender os produtos. Inicialmente, as práticas dos feirantes funcionavam improvisadamente com a venda de víveres em carrinhos de construção, nos carros de bois ou até mesmo em barracas montadas. As feiras, assim como os mercados, não são somente espaço de comercialização, são também espaços de socialização, “promovendo o encontro e reencontro de indivíduos” (Andrade, 2016, p.16).

No final da década de 1930 e início de 1940, na rua 4, de forma improvisada, funcionava uma feira para que os trabalhadores pudessem procurar por alimentos básicos que eram vendidos oriundos de pequenas plantações. No livro “Tempo e Formas da cidade”, organizado por Manoel Ferreira de Lima Filho e Laís Aparecida Machado, consta o depoimento da pioneira de Goiânia, Virginia Pereira Mendes. No relato, é narrado que a feira, na rua 4, era frequentada pelos “operários solteiros” que moravam próximos, em “barracões feitos de tábuas”. Outras moradias eram construídas de “pau-a-pique cobertas com capim” por eles próprios (Santana et al, 2007, p.167).

Nos primeiros anos, as dificuldades relacionadas à subsistência fizeram parte do cotidiano das pessoas que já estavam na cidade, como mostra o

depoimento feito no ano de 1985, por Bernardo Élis, que revela fatos dos anos iniciais de Goiânia, haja vista que

aqui, as condições de vida eram precárias e difíceis. O Governo teve que providenciar as mais simples coisas. Para garantir o alimento, organizou uma granja que fornecia leite, aves e verduras ao tempo muito vasqueiros. A partir daí, por vários anos adiante, criou-se o hábito de constituir o Governo no árbitro dos problemas da cidade, desde as briguinhas por beira de cama dos casais, até questões de dinheiro (Goiânia, 1985, p. 51).

Assim, nesse contexto em que a cidade crescia e predominava a necessidade por itens básicos de alimentação, a feira livre foi criada, de maneira improvisada, em ranchos cobertos de palhas e em carros de bois, nos quais ficavam à venda produtos originários de pequenas plantações. Dito isso, percebemos que, à época,

ali existia pouca coisa, incluindo algumas árvores chamadas de Pau-Terra, que serviam para os feirantes amarrarem os animais da condução, que na maioria, eram carros de boi cobertos com couro, ou simplesmente no lombo de jegues. A mercadoria vinha toda amarrada em bruacas de couro nos animais. Os feirantes vinham de Campinas, dessas chacinhas. A gente ia fazer as compras. Manteiga, galinha, frango, carne de porco. Tudo tinha aí... Tinha uma carniinha de sol que até hoje não esqueço, verduras fresquinhas... (Lima Filho e Machado *apud* Borges, 2013, p. 39).

Antes das edificações que dão forma arquitetônica à área de um mercado público, as feiras assumiram um dos principais lugares de venda, vistas como uma das opções para o abastecimento de casas. Sua função socioeconômica é vista de maneira social nas feiras e se mantém em um novo ambiente, já que mesmo que tenham uma estrutura de alvenaria, os costumes e os hábitos relacionados a esses lugares continuam, como a comercialização de alimentos pelos quais o grupo de moradores procura cotidianamente, bem como as trocas mantidas com as conversas entre o comerciante e cliente. Dessa forma, nota-se o fato social dos encontros dos sujeitos que trabalham e visitam ou mesmo circulam sem interesse de compra de produtos, mas que, pelo ato da

comunicação, podem estabelecer interação humana coletiva em um ambiente público (Pintaudi, 2006).

A imagem a seguir de 1936 mostra uma feira livre na área central que propiciava a trabalhadores e moradores que estavam na cidade meio de aquisição de gêneros alimentícios. O transporte de produtos comercializados na feira era feito com auxílio de animais como jegues e cavalos ou em carros de boi, cobertos com couro. Nota-se também os ranchos rústicos cobertos de palhas e até carrinhos de madeira que eram utilizados em serviços da construção civil.

As feiras deram origem aos mercados públicos pela sua função de abastecer e pelas movimentações das pessoas que frequentam esses espaços públicos de socialização. Assim, segundo Silva (2014), “A palavra *feira* deriva-se do latim *feria* que significa dia festivo”, o que leva a observar que muito tem a relativizar a movimentação como se fosse mesmo de festa, tanto para os vendedores quanto para os compradores.

Figura 2: Ranchos onde funcionava a feira livre de Goiânia - 1936.



Fonte: Acervo do Museu de Arte de Goiânia /SeCult Goiânia. Foto: s/r. Data: 1936.

Assim, o espaço escolhido para a feira ganhava também uma outra funcionalidade sendo um lugar de encontros para bate-papos, como mostra a figura 3 (fotografia de autoria de Hélio de Oliveira, sem data), onde se observam algumas construções nas proximidades do atual Umuarama Plaza Hotel.

Figura 3: Feira que existia na rua 4 com a rua 6, no Setor Central.



Fonte: Acervo do Museu de Arte de Goiânia /SeCult Goiânia. Foto: Hélio de Oliveira. Data:s/r.

Nesse contexto, Goiânia era uma cidade que crescia demograficamente, contando em 1941 com uma população de 46.667, conforme afirma Godinho (2013), e que, por outro lado, enaltecia e projetava para o cenário econômico e capitalista a imagem de modernidade. Assim, já não sustentava ter feiras improvisadas.

O improvisado não perduraria por muito tempo, isso porque os sinônimos positivos que anunciavam a cidade não poderiam colocá-la negativamente, uma vez que seu crescimento se expandia. No entanto, havia sinais de preocupação da situação em que estavam as barracas de venda de alimentos, consideradas como lugares insalubres e impróprias para a exposição de alimentos. A feira

conviveu com a construção na rua 4, do mercado público como mostra a figura 4, outra fotografia de autoria de Hélio de Oliveira, de 1939.

Figura 4: Feira livre de Goiânia em 1939.



Fonte: Acervo do Museu de Arte de Goiânia /SeCult Goiânia. Foto:Hélio de Oliveira. Data:1939.

Ao centralizar a comercialização de produtos essenciais e básicos no cotidiano das pessoas, o Mercado Central de Goiânia levou os moradores a não dependerem exclusivamente de feiras que não dispunham de muitas opções de produtos, e assim, recorriam aos armazéns situados no município de Campinas – GO, como pode ser observado no depoimento feito com o senhor Jorge da Cunha Bastos, natural de Goiás-GO, em entrevista dada para um departamento de história e memória da Prefeitura de Goiânia, no ano de 1985, na qual as memórias contadas pelo participante mostram sua vinda para Goiânia no ano de 1946. Na entrevista, ele revela ainda suas vivências na cidade com o trabalho de carteiro e de inspetor de alunos no Colégio Lyceu de Goiânia, e relata como era o comércio durante a década de 1940 e o abastecimento em relação à compra de mantimentos no período.

Havia muitos comerciantes, como: Alencastro Veiga, na rua 3; a Relojoaria Arantes na Rua 7 e muitas outras. Outro dia, encontrei o Ricardo Arantes, ele me abraçou muito e disse que tinha saudades daquele tempo nosso, quando eu era o carteiro dele. Nós, carteiros, brigávamos muito por causa do distrito, pois o distrito que tinha comércio sempre dava um presentinho para a gente, na época do Natal. Os comerciantes sempre davam um presentinho: era meia, outra vez camisa, uma calça, nós não podíamos dispensar isso. Eu comprava sempre no Mercado Municipal, onde hoje é um prédio, ali na rua 4. Isso quando eu vim para Goiânia. Em Campinas eu comprava em armazém (Goiânia, 1985, p. 124-125).

Os mercados municipais, ao serem construídos, apresentam o objetivo de “coibir” o exagero praticado nos valores cobrados nos produtos, como forma de possibilitar condições de sobrevivência com produtos nos quais se perceba o melhor custo-benefício. Os mercados representam um ambiente visto como espaços que podem ser frequentados por diferentes públicos em que os grupos sociais podem ocupar e se beneficiar de trocas que atendam diferentes interesses e relações (Mello; Mahler, 2020; Rebello, 2006).

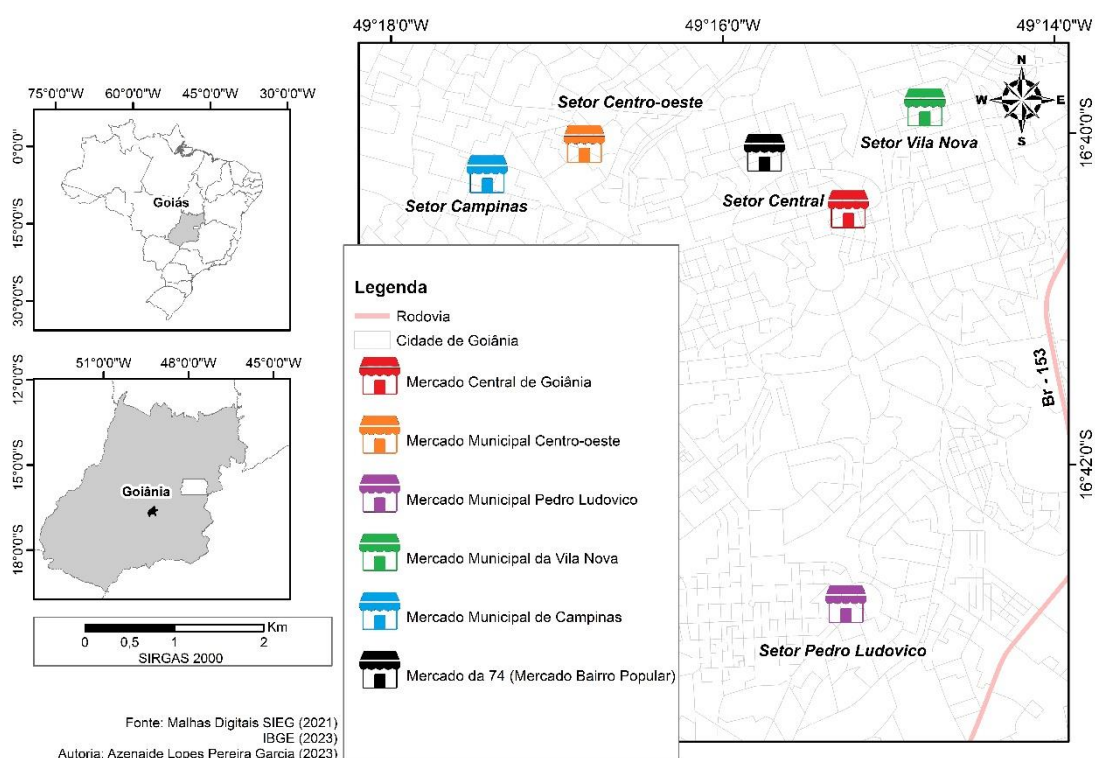
Esses elementos envolvendo as vendas, as trocas, sejam elas feitas de uma mercadoria por outra ou de momentos para as conversas, são características que fazem com que o mercado público possa ser um entendido como um espaço social em que relações humanas e sociais acontecem e são percebidas na interação e na sociabilidade, mostrados por Lopes e Vasconcelos (2010):

Desta forma, é possível reconhecer os lugares de mercado enquanto espaços de sociabilidade, uma vez que estes constituem um *locus* de interação recíproca entre indivíduos, através de costumes predominantes ou pelo comportamento relacionado às múltiplas atividades, as quais neles, historicamente teceram seu lugar (Lopes; Vasconcelos; 2010, p.3).

Ainda em relação aos mercados públicos, outro aspecto refere-se à centralização do comércio em certo espaço “o que facilitava o controle sobre as trocas de mercadorias que ali se efetuavam, como também sobre as fontes abastecedoras de produtos” (Pintaudi, 2006, p. 87).

No mapeamento realizado em 2018, consta que a cidade de Goiânia tem seis mercados públicos: Mercado de Campinas, Mercado Setor Pedro Ludovico, Mercado Vila Nova e Mercado Centro Oeste, construídos em diferentes regiões; na região central, foram construídos o Mercado Central e o Mercado Popular, conhecido como Mercado da Rua 74.

Mapa 1: Mercados públicos em Goiânia



Fonte: Elaborado por Laís Naiara Gonçalves dos Reis, 2023.

No mapa acima, observa-se a localização dos seis mercados da cidade de Goiânia: o Mercado Central (1941); Mercado Popular (1950); Mercado Municipal de Campinas (1954); Mercado Municipal da Vila Nova (1957); Mercado Municipal Centro-Oeste (1958) e Mercado Municipal Pedro Ludovico (1968).

Esses espaços foram construídos em diferentes bairros, de forma estratégica que os descentralizam e proporcionam aos moradores, locais e de setores adjacentes, rápido acesso a esses ambientes, como mostra o mapa acima (Pereira, 2018). Em relação aos seis mercados indicados no mapa, o foco da análise nessa pesquisa, é o Mercado Central, o primeiro construído na cidade.

Tanto as feiras como os mercados públicos precisam ser abordados olhando-se pelo viés de não serem somente compreendidos como lugares feitos para o comércio de variados produtos, pois há a necessidade de que se analise sua “representação histórica como entrepostos de trocas culturais, lugares de encontro e de sociabilidade” (Mello & Mahler, 2020, p. 6-7)

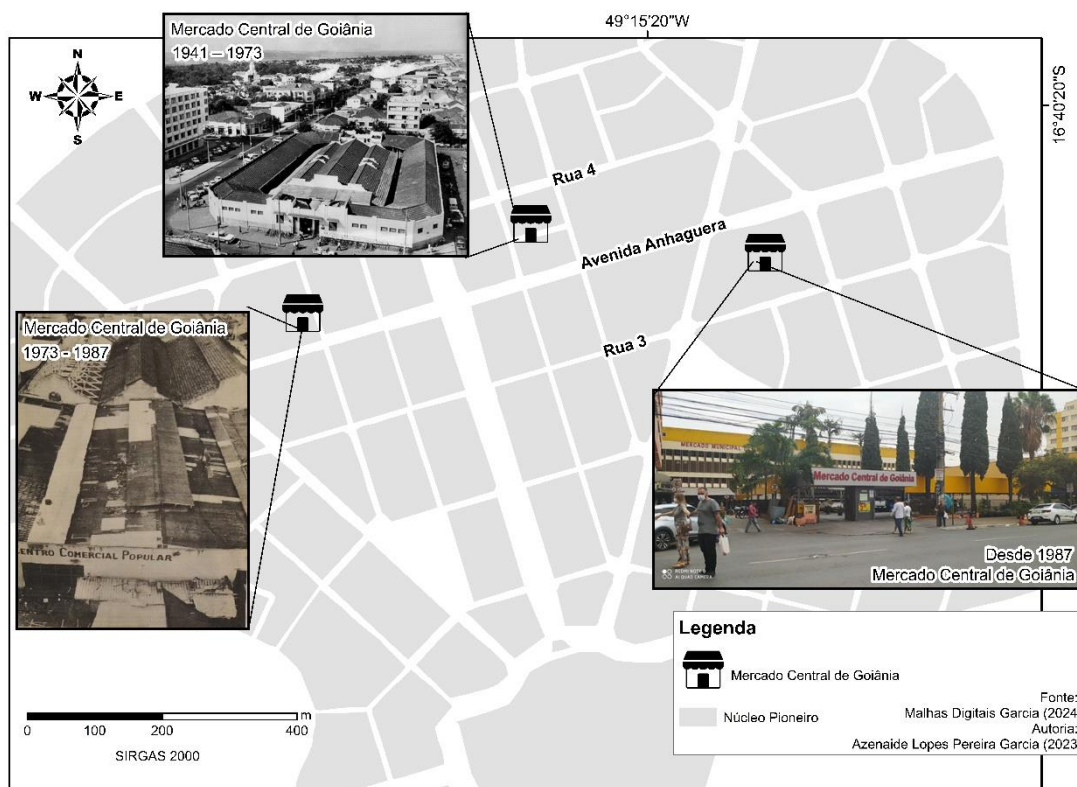
Assim, por se consolidarem nos espaços urbanos e fazerem parte tanto da paisagem quanto das relações sociais, estabelecendo a cultura que cada lugar evidencia, predomina uma concepção para reconhecer o espaço dos mercados como “centro natural de vida social” (Braudel apud Mello & Mahler, 2020, p. 9)

Esses espaços de expressiva riqueza social e cultural na cidade precisam ser mantidos. Isso requer, portanto, um diálogo permanente entre o poder público e a sociedade com a finalidade de que ações de preservação, tanto do espaço físico quanto das manifestações populares, nos quais são notadas práticas e tradições, tenham o cuidado adequado que possibilite mantê-las vivas.

Embora os mercados públicos sejam estáticos do ponto de vista de existência no mesmo lugar, muitos já se adaptaram a necessidades comerciais atuais visando oferecer produtos direcionados para o turismo. Isso se dá também pelo motivo de a sociedade se adaptar ao que é novo, haja vista que tende a competir com redes de supermercados e outros espaços comerciais. Esses espaços sobrevivem se recriando tanto com artigos e produtos expostos à venda, como pela ocupação às demandas presentes, com “uma nova roupagem em termos de infraestrutura e novas propostas quanto à oferta de produtos e comida pronta” (Freire, 2018, p.178).

Embora o Mercado Público não tenha feito parte das construções decretadas pelo Governo de Goiás, o mercado funcionou na área central de Goiânia e teve três espaços de localização: no primeiro momento na área da rua 4 (1941-1973); depois, provisoriamente no Centro Comercial (atual Camelódromo do Centro); e, por fim, desde o final da década de 1980, na rua 3. O mapa a seguir mostra as três localizações onde funcionou o Mercado Central:

Mapa 2: Localizações do Mercado Central de Goiânia



Fonte: Elaborado por Laís Naiara Gonçalves dos Reis, 2023.

Atualmente, no local onde o Mercado esteve instalado provisoriamente por mais de dez anos, funciona o Camelódromo do Centro. Nas fotos a seguir, temos a entrada do Camelódromo pela Avenida Anhanguera no Setor Central e a área interna do antigo centro comercial.

Figura 5: Camelódromo do Centro de Goiânia – Avenida Anhanguera



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Desse modo, o Mercado Central de Goiânia foi construído no início da década de 1940, sendo o primeiro da nova capital, localizado na rua 4, no Centro. Com o passar dos anos, devido à falta de cuidados necessários para a sua conservação, a edificação foi demolida e os comerciantes foram transferidos para um lugar provisório, por 13 anos. A expectativa e as promessas de retorno para a nova edificação, na rua 4, em que supostamente haveria uma área destinada exclusivamente para o Mercado Central, acabaram não se concretizando. Assim, na década de 1980, uma outra área na rua 3, no Centro, foi escolhida para a construção da atual edificação do Mercado Central de Goiânia.

1.2.1 O primeiro mercado público de Goiânia: 1941 a 1973

No ano de 1941, durante o mandato do prefeito e pecuarista Manoel dos Reis e Silva, uma área de 3240m² de Goiânia, entre as ruas 4, 6, 7 e 17 no Setor Central, equivalente a um quarteirão, foi doada pelo Governador de Goiás, à época, Mauro Borges Teixeira, para a construção do mercado (Jornal o Popular, 1983).

O Mercado Central funcionava desde o início de Goiânia no local onde se ergue hoje o Parthenon Center, entre as ruas Seis e Sete, no Centro. Um andar do edifício, inaugurado em 1976, seria destinado à instalação do Mercado, que durante a construção do prédio se transferiu para o atual, reconhecido como propriedade da Telegoiás. E ali permanece até hoje, porque o Parthenon é de luxo e não pode abrigar um mercado (O Popular, 1979).

Assim, nota-se que o quarteirão de 3240m² permeado pelas ruas 4, 6, 7 e 17 no Setor Central, desde a fundação de Goiânia, já havia sido destinado para a construção do Mercado Central, com doação homologada pela Lei nº 4.647, de 08 de outubro de 1963, pelo ex-governador do Estado de Goiás, Mauro Borges Teixeira (1961-1964), para a Prefeitura de Goiânia.

Lei nº 4.647, de 8 de outubro de 1.963
Autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Goiânia a área de terras compreendida entre as ruas 6,

7, 17 e 4, atualmente ocupada pelo Mercado Central desta Capital, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Goiânia a área de terras atualmente ocupada pelo Mercado Central e compreendida entre as ruas 6, 7, 17 e 4, desta Capital.

Art. 2º - Além de outras exigências que se fizerem necessárias ao resguardo do interesse público, deverão constar da escritura as seguintes:

- a) – A área objeto desta Lei se destinará exclusivamente ao Mercado Central de Goiânia, salvo se o doador, com audiência prévia de seus órgãos técnicos e especializados, autorizar outro destino, parcial ou total;
- b) – No caso de alienação, terá o Poder Executivo preferência na aquisição, pagando as benfeitorias pelo preço histórico e voltando a área de terras ao seu patrimônio, sem qualquer ônus; e
- c) A donatária deverá iniciar, dentro de três (3) meses, a partir da data da expedição do título de domínio, a construção de novo mercado, nos moldes da técnica e arquitetônica modernas, e concluí-lo em trinta e seis (36) meses.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos 16 de outubro de 1.963, 75º da República.

(D. O. de 8/11/63)

O prédio construído para o Mercado Central não atendia às exigências para uma cidade urbanizada e de aspectos sanitários correspondentes aos parâmetros de um ambiente moderno e desenvolvido. Somente após mais de duas décadas de sua edificação, o Governo do Estadual resolveu doar a área para a ser “exclusivamente” para o mercado, alínea a do artigo 2º, cabendo ao Governo do Estado, o doador, mudar seu uso, em parte ou total, somente após a análise de órgãos técnicos especializados.

Ao ocupar um lugar estratégico e central na cidade, o primeiro mercado público municipal de Goiânia dava indícios de sua necessária existência, como marco histórico, e sua utilidade como sendo lugar de abastecimento com a venda de gêneros alimentícios, produtos para a higiene e certamente outros que passavam a ser incorporados e dispostos à comercialização, surgindo com o tempo devido à procura. Ademais, o mercado é espaço público no qual a

territorialização consegue instituir o encontro do urbano e do rural, além da convivência das diferenças de classes sociais, realidades sociais e culturais desiguais, e tal socialização possibilita até mesmo gerar laços de amizade (Araújo e Barbosa *apud* Servilha e Doula, 2009, p.125).

A imagem a seguir, fotografia de 1964 e de autoria de Hélio de Oliveira, representa o edifício do Mercado Central, construído na década de 1940, na rua 4, do Setor Central.

Figura 6: Mercado Municipal de Goiânia – década de 1960



Fonte: Acervo do Museu de Arte de Goiânia/Secult Goiânia. Foto: Hélio de Oliveira. Data: 1964

Na imagem acima, nota-se o mercado em primeiro plano e, ao fundo, a paisagem urbana da nova capital. Em Goiânia, várias edificações foram erguidas com o propósito de privilegiar a arquitetura moderna. Assim, segundo Caixeta (2021), no Setor Central e Setor Sul, prevaleceram casas isoladas no lote e grandes áreas verdes de preservação. Nesse sentido, o traçado urbano e a morfologia da cidade, além das zonas residenciais, contavam com espaços

destinados ao comércio, às escolas e à construção de praças públicas e também as áreas verdes, escolhidas para o lazer.

O Mercado Central, construído na rua 4, era um lugar procurado pelas pessoas e suas famílias para a integração e o convívio social, haja vista que as relações humanas e culturais iriam estabelecer os costumes e hábitos do goianiense. Na imagem 7, a fotografia de Hélio de Oliveira, sem data, mostra uma expressiva movimentação de mulheres e homens vendendo ou comprando na área interna do Mercado Central. Demonstra assim, que desde os primeiros anos de existência do mercado público, havia a aceitação dos moradores que o frequentava.

Figura 7: Comercialização de produtos alimentícios no Mercado Central de Goiânia na rua 4, Setor Central.



Fonte: Gerência de Patrimônio Cultural/Secult Goiânia. Foto: Hélio de Oliveira. Data: s/r.

Por aproximadamente três décadas, o Mercado Central funcionou na rua 4, Setor Central. No Diário Oficial N.7, do Município de Goiânia, de 23 de junho

de 1960, publicação que tornava públicas as receitas e os impostos, consta a seguinte informação sobre o Mercado Central:

Logradouro público dos mais frequentados da Cidade, esse próprio municipal não satisfazia às menores condições de higiene e conforto, em seus sistemas primitivos de instalação. Projetamos sua reforma sem desalojamentos e sob criterioso cálculo e medida, em pouco tempo, realizamo-la, construindo um galpão para localização das bancas, inteiramente novas, de material fórmico que substituíram as antigas, e foram adquiridas através de concorrência pública, desobstruindo as áreas de trânsito e procedendo a adaptações funcionais para atendimento às necessidades dos banqueiros e frequentadores (Diário Oficial do Município, 1960)

A publicação do Diário Oficial do Município, de 1960, mostra que nesse ano o Mercado Central havia passado por uma reforma, sobre a qual o documento dizia que:

Concluída que está a reforma do Mercado Municipal Central, podemos assegurar que, com suas instalações altamente higiênicas e modernas ficou à altura do progresso de nossa Cidade. Todo o serviço, com exceção do pavilhão central, foi feito às expensas de proprietários de bancas (Diário Oficial do Município, 1960)

Novamente, observa-se a utilização de termos referentes ao progresso e a modernidade com o resultado de uma reforma em uma obra que estava com 21 anos de construção. Na edição do dia 11 de março de 1961, o Jornal O Popular, quando o mercado público já tinha aproximadamente 30 anos, veiculou uma reportagem em que se afirmava que “O mercado Central, nos moldes atuais – acomodado num prédio velho e castigado – não atende mais às necessidades da população, decorrentes da própria evolução da cidade.” Em outras reportagens, conforme observa-se nas imagens a seguir, prevalecem os problemas apontados acerca do mercado:

Figura 8: Falta de conservação levou o prédio do Mercado Central à ruína



Fonte: O Popular/1965. Arquivo: SEPLAM/Prefeitura de Goiânia.

No Jornal Folha de Goiaz, edição do dia 21 de maio de 1965, figura 9, consta que funcionários da prefeitura trabalharam na tentativa de impedir a demolição do prédio, tendo em vista que o serviço de saúde pública feito pela vigilância sanitária ameaçava cumprir o fechamento do mercado público (Jornal Goiaz, 1965).

O prédio estava em péssima situação causada em decorrência da falta de manutenção e restauração pelo poder público, conforme mostra a reportagem. Todavia, observam-se os argumentos contrários e que demonstravam interesses não a favor da permanência da edificação, mas em prol da venda de sua área para a construção de um empreendimento noticiado com uso de palavras que ressaltavam ser um projeto de edificação moderna.

Figura 9: Funcionários da Prefeitura de Goiânia tentam recuperar o Mercado Central



Fonte: Jornal Goiaz, 1965. Arquivo: SEPLAM/Prefeitura de Goiânia

A construção do Edifício Parthenon Center disseminou uma série de polêmicas no que se refere à liberação da área por parte da administração municipal, na gestão do Prefeito Municipal de Goiânia, o pecuarista Manoel dos Reis e Silva. À época, a prefeitura liberou para a incorporadora “Irmãos Valle” uma área pública destinada a ser uma praça de 3240 m², mas no local, na década de 1940, pela necessidade de se dar melhores acomodações para o funcionamento de feira, veio a funcionar o Mercado Central de Goiânia. A construção da edificação foi descrita como “Parthenon Center, de 17 andares, 30 lojas, 160 salas, 819 boxes para carros, além de dois pavimentos ocupados pela Câmara Municipal de Goiânia e o Centro de Tradições Goianas” (O Popular, 1983). Toda uma discussão política e de interesses econômicos em Goiânia com a construção do Parthenon Center ocorreu no ano de 1970, com a decisão pela

demolição do antigo prédio e pela construção de uma outra edificação considerada como moderna.

A reportagem veiculada no Jornal O Popular, de 1º de março de 1970, estampou a expressão “mercado velho”. Assim, ressaltam-se as péssimas condições em que o prédio ficou geradas pela negligência e pela ausência de prioridades e cuidados por parte do poder público. Os trabalhadores que comercializam nesses espaços públicos não foram ouvidos. Nesse sentido, como forma de justificar a demolição do prédio por considerá-lo obsoleto, disseram que “em seu lugar se levante um conjunto arquitetônico compatível com a atualidade de Goiânia” (O Popular, 1970). Assim, para que fosse mantida a imagem da cidade como moderna, dizia o jornal ser necessário haver um novo mercado.

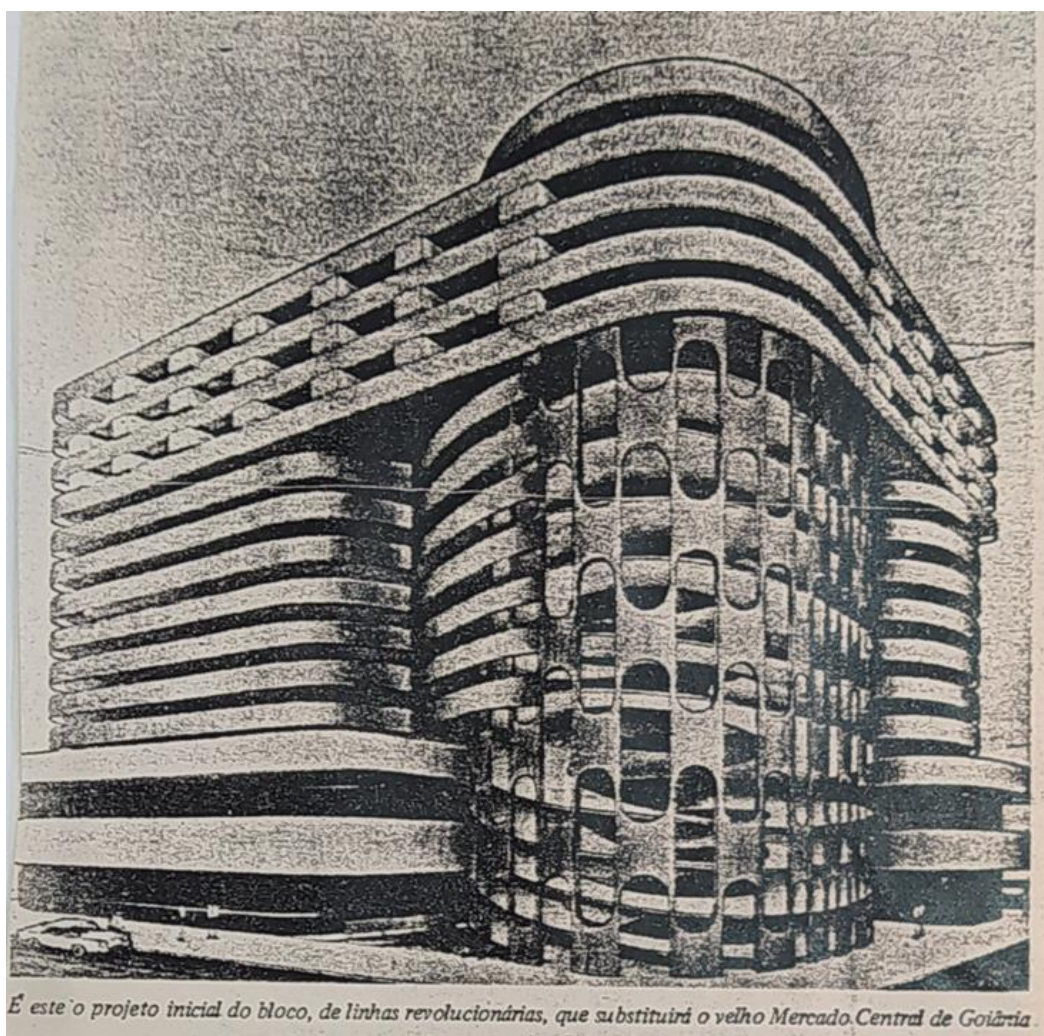
De duas, uma: ou a Prefeitura manda demolir o velho Mercado Central, fazendo com que em seu lugar se levante um conjunto arquitetônico compatível com a atualidade de Goiânia, ou decreta o seu tombamento, transformando-o em um monumento histórico. Pois na verdade só se pôr mesmo em homenagem ao nascimento da Cidade é que se pode conceber a preservação dessa aparente ruína que continuamos a conservar no centro da Cidade (O Popular, 1970).

Dez anos após a reforma no mercado, que ocorreu em 1960, identifica-se notícia no jornal O Popular chamando a atenção da Administração Municipal para a preservação do edifício. Além disso, ressalta-se a ausência de lei específica de preservação e valorização para bens culturais que somente viria a existir na década de 1990 – a Lei Municipal Nº 7.164/1992. Do mesmo modo, a matéria veiculada no jornal O Popular no dia 15 de dezembro de 1970, dizia:

O velho Mercado Central, plantado no coração da Cidade, entre prédios de vários andares, é o contraste que qualquer visitante distingue logo ao entrar em Goiânia, passando pela rua 4. As velhas paredes, carecendo de pinturas, já não suportam qualquer espécie de reforma a não ser a substituição. O mau-cheiro que exala da rede de esgoto sanitário faz com que qualquer cego identifique o local onde se encontra ao passar pelas vias que dão aceso ao nosso maior centro de abastecimento. O seu aspecto, visto de cima de qualquer outro prédio, apresenta um colosso cheio de ratos e baratas, constituindo-se na vergonha de qualquer administração (O Popular, 1970).

Nota-se, assim que as péssimas¹⁴ condições do espaço estampavam as notícias dos jornais e pareciam fortalecer um discurso desfavorável a recuperação e adequação do mercado na área central. A descrição feita denunciava um ambiente totalmente inadequado à comercialização de produtos alimentícios. A seguir, identifica-se o desenho do edifício que seria construído no local do antigo mercado público:

Figura 10: Desenho do edifício Parthenon Center - 1972



Fonte: Jornal O Popular, 1972. Arquivo: SEPLAM/Prefeitura de Goiânia

No dia 28 de junho de 1970, o jornal O Popular estampou diversas imagens do mercado e um de seus subtítulos consta que: “O mercado que bem

¹⁴ O processo de degradação do prédio onde funcionava o mercado foi noticiado em jornais. No desenvolver na pesquisa, não identificamos outras fontes que abordam a deterioração do edifício.

serviu a cidade no início de Goiânia tornou-se hoje incompatível com o desenvolvimento da cidade”, incongruência que revela o descaso e o descuido direcionados à edificação. Ademais, o Umuarama Hotel, presente na figura 5, foi construído antes da demolição do Mercado Central e ainda se mantém em frente ao prédio Parthenon Center até os dias atuais. Ao evidenciar o desenho do projeto do prédio Parthenon Center, o novo edifício era um “casarão destoante na paisagem urbana”, conforme consta no Jornal O Popular (1972).

O Jornal O Popular (1973) também noticiou a solenidade pública do dia 12 de junho de 1973, em que houve fogos de artifícios e discursos de autoridades pela demolição do Mercado Central. Parecia ser o ato comemorativo nas quais as palavras eram de entusiasmo e ânimo pela destruição do prédio que, devido ao abandono e à falta de uma política pública para a sua permanência na rua 4, estava em ruínas.

Assim, o Prefeito Manoel dos Reis, ao iniciar sua fala na cerimônia, pediu a presença do funcionário (que havia trabalhado no mercado e esteve na sua inauguração, no dia 10 de março de 1941). Além disso, em seu discurso, antes do fechamento dos portões do primeiro mercado público, Reis homenageou o primeiro Prefeito de Goiânia, Venerado de Freitas Borges.

Abrindo as solenidades de demolição, o sr. Manoel dos Reis solicitou ao sr. Ademar Macedo que fechasse o portão do velho prédio. Em seguida, o sr. Ademar Macedo discursou, afirmando que, com muita alegria, havia participado da inauguração do mercado e, agora, também com alegria, assistia à sua demolição.

A seguir, o sr. Venerando de Freitas Borges fez uso da palavra, para agradecer ao prefeito Manoel dos Reis a homenagem que lhe prestava, naquele instante. O sr. Manoel dos Reis destacou que a demolição se efetuava por imposição do progresso e do crescimento de Goiânia e, portanto, “executava a meta com muita alegria”.

Simbolizando os 32 anos de bons serviços prestados à comunidade, logo após a demolição de parte de uma parede, com pequena dinamite, ouviu-se a detonação de 32 bombas de grande efeito sonoro. (O Popular, 1973)

Ainda contribuindo à polêmica relacionada ao prédio está a atuação da Caixa Econômica Federal, como instituição credora, embora os administradores na capital se negassem a confirmar qualquer informação sobre o interesse de

leilão no qual estava a especulação do prédio Parthenon Center. No entanto, de acordo com outra reportagem de O Popular, tudo estava sendo preparado pela Justiça Federal de Goiás. O dinheiro foi financiado pela Caixa Econômica Federal, porém à época não era permitido vender nenhum empreendimento comercial (O Popular, 1983).

Visto como uma transação de liberação para os Irmãos Valle, considerada ilegal, o deputado estadual Línio de Paiva, no ano de 1979 tentou impedir e retornar a área para o poder público, uma vez que havia ocorrido a promessa de o Mercado Central voltar a funcionar no novo prédio construído, o que não aconteceu.

Além de receber o nome com o qual é conhecido nos dias atuais, o Edifício Pathernon Center, em algumas veiculações de jornais locais, foi mencionado como “Edifício de Independência”. Era uma forma de enaltecer o projeto que dizia ser um “modelo de compras” digno de ocupar a área que antes se destinava ao mercado público, interpretado como sendo uma edificação imprópria pela aparência ocasionada pela falta de conservação e restauração.

O modelo de construção mencionado no Diário Oficial N.7, do Município de Goiânia, de 23 de junho de 1960, dizia ser a edificação¹⁵ “um galpão para localização das bancas,” (Diário Oficial do Município, 1960).

1.2.2 O Mercado Central entre os anos 1973 e 1987: lugar provisório

A demolição do Mercado Central ocorreu no dia 12 de junho de 1973 e foi noticiada no Jornal O Popular (1973) que informou às autoridades e ao público presente para se dirigirem ao lugar do “mercado provisório, na Rua 4-A, para sua inauguração”. Com a demolição do prédio que abrigava o antigo Mercado Central e a negociação da área do quarteirão, os comerciantes se mantiveram esperançosos às promessas feitas de que iriam ocupar uma área no complexo Parthenon Center.

Em relação à inauguração do novo espaço para funcionamento provisório, várias autoridades participaram, como a primeira-dama Antonieta Costa e Silva,

¹⁵ Não temos informações sobre o funcionamento do mercado nessa época, por exemplo, dados sobre a disposição do espaço e a quantidade de bancas.

que descerrou a placa de inauguração juntamente com o Chefe da 7ª Circunscrição de Serviço Militar Coronel Santos Melo. Em sequência, houve um discurso de poucas palavras do Prefeito Manoel dos Reis, mencionado que o mercado iria funcionar “durante 4 anos apenas”, até que ficasse pronto o Edifício Parthenon Center e os locatários pudessem retornar para a área mencionada para ser o “Centro Modelo de Compras” (O Popular, 1973). Contudo, o retorno para o novo prédio não aconteceu.

A reportagem dizia que a área antes ocupada pelo Mercado, chamado em várias ocasiões como “velho”, daria lugar para a construção do edifício Parthenon Center, sendo mencionado no jornal que o centro ganharia uma nova fisionomia. O Jornal O Popular (1973) estampou nas suas folhas a imagem, como pode ser notada na figura 10, a seguir:

Figura 11: Área do Mercado Central na rua 4 - Centro cede lugar para ser o prédio Parthenon Center

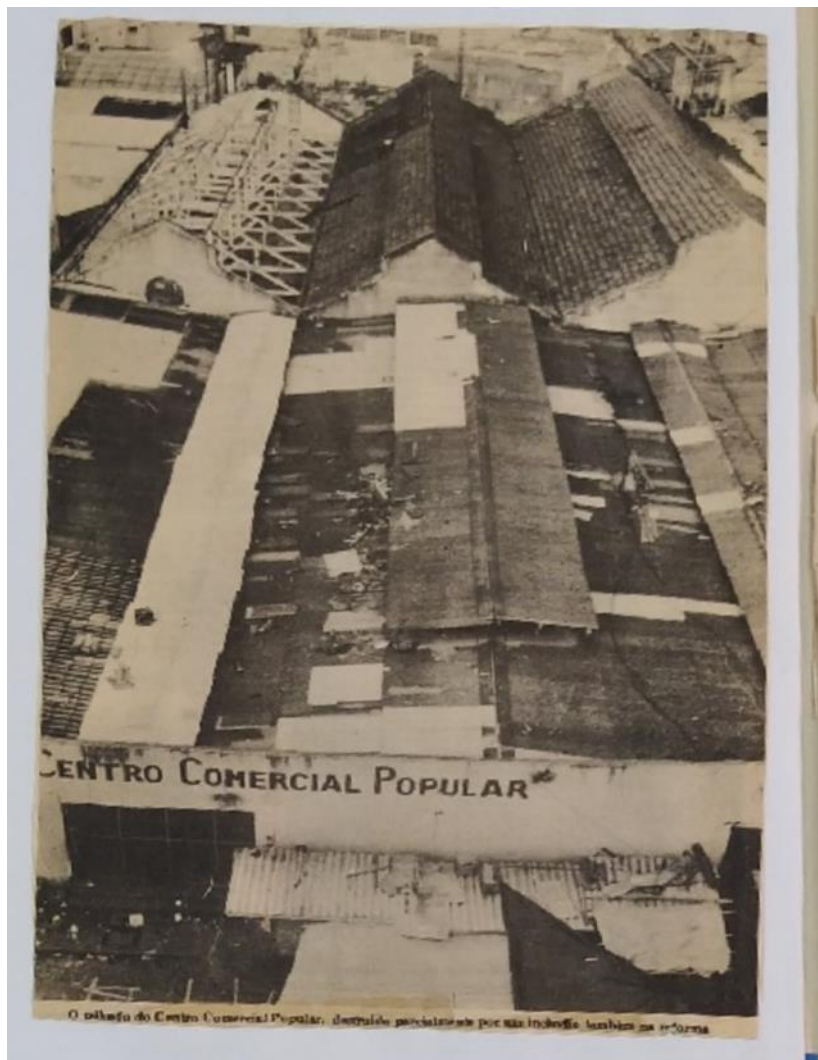


Fonte: Jornal O Popular. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM/ Prefeitura de Goiânia.

No entanto, o Mercado Central, ao invés de quatro anos, funcionou de forma provisória no Centro Comercial, Rua 4-A, Setor Central, por treze anos. Consequentemente, os proprietários de bancas que trabalhavam ainda de forma improvisada em um galpão reclamavam das más condições sanitárias e do desconforto causados pelo calor excessivo, agravado pelo tipo de cobertura da edificação, com telhado em amianto, além de ser um ambiente totalmente fechado sem janelas nas laterais, já que era um prédio germinado às

construções vizinhas, o que resulta em precária ventilação. A imagem a seguir representa o telhado do edifício e foi publicada no Jornal Diário da Manhã (1988):

Figura 12: Visão do telhado do galpão - Centro Comercial Popular



Fonte: Jornal Diário da Manhã/1988. Arquivo: Biblioteca da SEPLAM/ Prefeitura de Goiânia.

Nesse contexto, predominavam as incertezas de qual esfera pública assumiria a obra de construção da nova sede do Mercado Central e assim, possibilitar a acomodação adequada aos comerciantes: a Prefeitura de Goiânia ou o Governo Estadual. O Governador Ary Valadão, em reportagem concedida à Sônia Penteado¹⁶, dizia reconhecer a importância do mercado, sendo

¹⁶ A reportagem foi feita por Sônia Penteado, uma "Pauta Especial" com título que dizia "MERCADO CENTRAL - Prefeito diz que não vai construir nova sede" e um subtítulo "Um crime sem castigo". A parte de identificação do jornal foi cortada, o fragmento restante do jornal, que traz toda a reportagem, é parte do arquivo da biblioteca da Secretaria Municipal de Habitação e Planejamento/Prefeitura de Goiânia. A identificação que consta é de arquivo nº6044.

indispensável para a população. Contudo, mesmo assim, não assumiu os serviços de obras e mantinha a indicação de possíveis áreas a serem desocupadas para construção do mercado público: a área onde encontra a Estação Ferroviária e a Petrobrás.

Este no seu entendimento, era o “local mais apropriado”, como mostra ainda a reportagem citada¹⁷ que dizia não haver retorno à área antes ocupada pelo mercado Central, posição defendida pelo próprio Prefeito da cidade, o que levou os permissionários a se sentirem órfãos diante da situação.

Saída sem retorno

Abandonados pelas autoridades, porém com receio de serem por elas lembrados e mais uma vez se verem lesados em seus direitos, os pequenos comerciantes do Mercado preferem não reclamar ou pleitear melhorias. Desistiram de contar até mesmo com os raros oposicionistas que, na época em que foram “provisoriamente” transferidos para a atual e precária sede, assumiram na tribuna a defesa de seus direitos (Jornal sem identificação, Arquivo da Biblioteca da SEPLAM/Prefeitura de Goiânia, s/d).

Em outubro do ano de 1979, no gabinete do Palácio das Campinas (localizado à época na Praça Cívica), o Prefeito Hélio Mauro recebeu um grupo de proprietários de bancas do Mercado Central. Na ocasião, havia programado assinar um decreto de desapropriação de uma área na “Praça do Cecílio, entre as ruas Quatro e Cinco, onde existe um conjunto de casas populares, em frente a rua.” (O Popular, 1979) visando a construção do novo mercado.

A assinatura do documento não foi efetivada no momento da agenda feita com os locatários do mercado, tendo sido justificada pela inconclusão da redação do decreto que dizia ser a área de 2.630m². Segundo reportagem do Jornal O Popular, edição do dia 10 de abril de 1979, tal ação foi justificada pelo Prefeito Hélio Mauro como ideal:

Hélio Mauro disse ainda que o decreto não poderia ser assinado naquele momento porque a sua redação final estava dependendo de se acertar se a dimensão da área era suficiente

¹⁷ Não foi possível localizar dados da página do jornal pesquisado na Biblioteca da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (SEPLANH), da Prefeitura de Goiânia-GO. O artigo tem como título “Mercado Central - Prefeito diz que não vai construir nova sede”, Pauta Especial escrita por Sônia Penteado. Consta apenas o carimbo da SEPLAM – Biblioteca, artigo nº 6044, sem preenchimento de nome do jornal e data de publicação.

para abrigar o mercado. Embora seja pequena, 2.630 metros quadrados, o Prefeito e seus técnicos chegaram à conclusão de que poder ser aproveitada com um prédio de dois pavimentos, mais o subsolo, uma vez que sua localização é a ideal, principalmente por ficar próximo ao local onde está instalado o atual Mercado Central (O Popular, 1979).

As atividades do mercado continuavam na área do Centro Comercial, e o galpão ocupado pelos locatários já dava sinais de problemas em sua estrutura. Além disso, destacava-se o uso irregular do solo que antes era utilizado pela empresa de telefonia, “Telegoiás” (O Popular, 1979)

Informações sobre a área escolhida foram veiculadas no Jornal O Popular (1979), no dia seguinte, em 11 de abril de 1979. A notícia dizia que o Prefeito Mauro Hélio havia assinado e homologado o Decreto nº 199, sobre a declaração de utilidade pública de uma área a ser desapropriada, referente aos lotes de números 12, 14 ,16, 18, 20 e 22, situados entre as ruas 4 e 5, no centro.

Figura 13: Conjunto de casas populares



Fonte: Jornal O Popular/1979. Arquivo: Biblioteca da Seplam, Prefeitura de Goiânia.

No Jornal Folha de Goiaz (1979), a reportagem dizia ter a prefeitura da cidade feito a escolha de uma área para a nova construção do Mercado Central. A primeira frase é o título da notícia com o trecho que fala da desapropriação de casas.

Escolhida área para o futura Mercado Central

ÁREA IDEAL

A Rua Galeno Paranhos fica entre as ruas Quatro e Cinco, no setor Central, bem em frente à rua onde está instalado o atual Mercado Central. A área a ser desapropriada para a construção do novo mercado abriga um conjunto de casas populares construídas no início de Goiânia.

A sugestão da área foi dada ao Prefeito pelos próprios comerciantes do Mercado Central, em conjunto com o deputado Línio de Paiva. (Folha de Goiaz, 1979)

O jornal Diário da Manhã (1982) mostrava em reportagem que, na área improvisada, os permissionários enfrentavam os mesmos problemas de antes, com a necessidade de serviços de manutenção e trocas de aparelhos sanitários, de telhado etc. Do mesmo modo, as redes de esgoto e elétrica precisavam de melhorias para melhor atender aos comerciantes e aos visitantes. As obras eram quase sempre interrompidas e não finalizadas, sendo recorrentes os problemas apontados pelo setor de vigilância sanitária da cidade.

O caos do descaso é evidenciado nessa trajetória de história do Mercado Central, em que se observa que as reivindicações de permissionários eram constantes: “em dias de calor passam maus pedaços em razão das telhas de eternit que aquecem sobremaneira o recinto. Em dias de chuva, o inverso. A água invade o interior do mercado” (Diário da Manhã, 1984).

Cansados da situação, os permissionários se organizaram para uma conversa com o Prefeito Nion Albernaz, com convite para uma visita ao mercado funcionando provisoriamente na rua 4-A para que a realidade enfrentada pelos comerciantes fosse conhecida. Na oportunidade, disseram ao Prefeito que o Governador Iris Rezende, “na campanha eleitoral de 1982, havia prometido desapropriar um quarteirão no centro da cidade para a construção de um novo mercado.” (Diário da Manhã, 1984). Assim, no final da década de 1980,

foi definida uma área e construída a edificação onde funciona o mercado até os dias atuais na rua 3 no Setor Central.

1.2.3 O Mercado Central na rua 3: de 1987 aos dias atuais

Decidida a área na rua 3 no Setor Central, para a construção do prédio onde definitivamente funcionaria o Mercado Central, reportagem do Jornal O Popular (1987), no dia 20 de março de 1987, dizia ter encerrado o contrato da empresa Celta que construía a edificação. Com a necessidade de renovação, o termo aditivo foi feito pela Prefeitura de Goiânia, na administração do Prefeito Joaquim Roriz, que assinou o contrato com a firma executora, a Celta Construtora e Incorporadora Ltda, para a conclusão das obras.

O projeto arquitetônico, cuja fachada não expressa a exuberância de edificações consagradas como patrimônio cultural na cidade, não acompanhou o estilo de arquitetura proposto para a capital moderna. No entanto, a riqueza do Mercado Central não está nas linhas e nos desenhos de sua arquitetura, mas em elementos simbólicos sentidos e percebidos nos sabores, nos cheiros, nos sons e nas cores que o lugar reserva em si, notados nos sujeitos que são os “tesouros vivos” que revelam seus saberes e fazeres mantidos na tradição familiar. Tal espaço possibilita, assim, que uma trajetória consagre protagonistas para que a existência de singulares conhecimentos populares não seja perdida.

Figura 14: Fachada e entrada do Mercado Central de Goiânia pela Rua 3



Fonte: Arquivo da autora, 2022.

Com a renovação do contrato, o projeto original foi reformulado, visto que os permissionários faziam com que suas vozes e opiniões pudessem ser acatadas. Ademais, era preciso um espaço destinado para o estacionamento do mercado. Assim, segundo reportagem do Jornal O Popular (1987), a prefeitura desapropriou três imóveis nas imediações, o que possibilitou que a área total chegasse a 8.000m² e o custo das obras foi orçado em aproximadamente Cz\$ 10 milhões.

Outra notícia veiculada dizia que “O novo Mercado Municipal terá três pavimentos. O primeiro será destinado às bancas de frutas e verduras; o segundo aos açougues e o terceiro pavimento, às lanchonetes, bijouterias e mercearias” (O Popular, 1987)

No primeiro pavimento é o lugar onde se tem maior circulação de pessoas, pois nela se encontram as bancas de ervas medicinais e garrafadas cujas receitas passam-se de pais para filhos, além de frutas, queijos e doces, fumos artesanais vindos de cidades do interior goiano, sapatos de couros, artesanatos diversos em cerâmica, palhas e outros artigos e uma área para alimentação com especialidades da culinária típica, como as empadas e o arroz com pequi. No segundo pavimento, encontram-se muitos boxes ou salas que estão fechados. O reduzido comércio em funcionamento nesse andar é formado por açougues, armazém, ferragista e outros. Já o terceiro pavimento está desativado, sua última utilidade foi o funcionamento de um restaurante popular denominado de “Restaurante Cidadão”, de responsabilidade da Organização das Voluntárias de Goiás, Governo do Estado de Goiás.

O Mercado Central de Goiânia foi construído com o objetivo de proporcionar às pessoas da cidade condições para o abastecimento alimentar de suas casas. Por isso, outros lugares que vendiam alimentos eram também conhecidos como “armazém”, uma prática vista tanto no comércio de Goiânia como no de Campinas (Goiás, 1985, p. 124-125).

O Mercado é administrado pela Prefeitura de Goiânia. O órgão responsável pelas políticas públicas e pelas normas estabelecidas é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEM), citado no Art. 1º do Decreto nº 2.208, 05/08/2003, que diz:

SEÇÃO I

DAS FINALIDADES

Art. 1º Os Mercados Municipais são unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEDEM, cuja exploração dar-se-á por concessão a pessoa física pelo Município, a título precário com a finalidade de servir a gêneros alimentícios, comercialização de bens e prestação de serviços (Prefeitura de Goiânia, 2003).

Para a existência e o funcionamento dos mercados, é estabelecido um regulamento, ocasionalmente reformulado de tempos em tempos pela administração pública. São normas utilizadas para que se consiga manter a boa ambiência e harmonização coletiva dos serviços oferecidos e que são diversificados.

Para manter organização, o Prefeito homologa o decreto de funcionamento dos mercados públicos, em que se “Estabelece normas para funcionamentos dos Mercados Municipais”, como o Decreto nº 1.440, de 14 de dezembro de 1988; Decreto nº 2.500, de 06 de setembro de 1996; Decreto nº 2.620, de 06 de outubro de 1997 e Decreto nº 2.208, de 05 de agosto de 2003 – esse último está em vigor nos dias atuais e mostra a organização e o funcionamento com diferenciação para salas, bancas e boxes.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO E RAMOS

Art. 2º Visando ordenar os ramos de atividades, dar-se-ão às salas, bancas e boxes as seguintes destinações:

I – as salas poderão ser usadas para a comercialização dos seguintes produtos e serviços:

- a) secos, molhados e mercearia;
- b) carnes, pescados e derivados;
- c) óleos, azeites e afins;
- d) bar, lanchonete, restaurante, leiteria, padaria, pastelaria, e afins;
- e) flores, mudas, plantas ornamentais e congêneres;
- f) roupas e calçados;
- g) aparelhos mecânicos, ferragista, eletro-elêtronicos e similares;
- h) artesanato, armarinhos, bijuterias, joalheria, embalagens, brinquedos, artigos de presentes e similares, livraria e farmácia;

- i) agências lotéricas, bancárias, de viagens, posto telefônico e outros do gênero;
- j) prestação de serviços, desde que não ultrapasse à 5% (cinco por cento) das salas, bancas e boxes existentes.

II – As bancas poderão ser usadas para a comercialização dos seguintes produtos e serviços:

- a) frutas, verduras, legumes, ovos, queijos, cafés, doces, raízes e fumos;
- b) artesanato, armarinhos, bijuterias, brinquedos, artigos para presentes, roupas e calçados;
- c) flores, mudas, plantas ornamentais e congêneres;
- d) prestação de serviços, desde que não ultrapasse à 5% (cinco por cento) das salas, bancas e boxes existentes;
- e) aparelhos mecânicos, ferragista, eletro-eletrônico e similares.

III – Os boxes poderão ser usados para a comercialização dos seguintes produtos e serviços:

- a) artesanato, armarinhos, bijuterias, brinquedos, artigos para presentes, roupas e calçados;
- b) prestação de serviços, desde que não ultrapasse à 5% (cinco por cento) das salas, bancas e boxes existentes;
- c) bar, lanchonete e restaurante.

Assim, para o bom funcionamento, a prefeitura estabeleceu uma organização de bancas e boxes. Do mesmo modo, foi diferenciado e especificado quais produtos podem ser comercializados nas duas diferentes divisões projetadas nos ambientes dos mercados.

No início dos anos de 2000, a administração municipal precisou atender aos pedidos dos permissionários de mercados públicos em Goiânia, entre eles, a reforma do terceiro pavimento do Mercado Central, pela falta de manutenção, tomados pelo descuido e a falta de conservação. A vigilância sanitária ameaçava a interdição com notícias na imprensa devido às péssimas condições e ao abandono em que se encontrava o terceiro pavimento do Mercado Central, como mostram, tendo sido desocupado até que nova decisão e definição acontecessem. Como forma de impedir o fechamento foi proposta a instalação de uma unidade do restaurante popular, para atendimento do público.

O prédio do Mercado Central na Rua 3, necessita urgentemente de uma reforma. Dos três pavimentos, apenas dois estão em funcionamento. O terceiro piso está em completo abandono. No último andar, somente uma sala é ocupada pela administração.

A sujeira toma conta do lugar. Os vasos sanitários dos banheiros – que já não funcionam há muito tempo – são utilizados como depósito de lixo (Diário da Manhã, 2003).

Os problemas vistos na década de 1960 e nos sucessivos anos podem ser observados não somente no Mercado Central de Goiânia, mas também em outros mercados públicos, bem como em espaços públicos. A falta de manutenção pode ser considerada como a causa para restauração e usos adequados e, caso não tenham os devidos cuidados, pode levar esses ambientes à ruína. O Jornal Diário da Manhã, na edição do 21 de outubro de 2003, veiculou que o Mercado seria recuperado e o terceiro pavimento, em estado de abandono, seria restaurado, o que não aconteceu. Até os dias atuais, esse pavimento mantém-se interditado.

Figura 15: Notícia de reforma do terceiro pavimento do Mercado Central

TRADIÇÃO Espaço contará com Restaurante do Trabalhador, que servirá 2,5 mil refeições a preços populares

Mercado Central será restaurado

Terceiro piso está em completo abandono

O prédio do Mercado Central, na Rua 3, necessita urgentemente de uma reforma. Dos três pavimentos, apenas dois estão em funcionamento. O terceiro piso está em completo abandono. No último andar, somente uma sala é ocupada pela administração. A sujeira toma conta do lugar. Os vasos sanitários dos banheiros – que já não funcionam há muito tempo – são utilizados como depósito de lixo.

O elevador, que antes auxiliava no transporte de mercadorias, também está parado. Agora, a carga é de entulho.

RESCDO – A rampa, localizada no centro do Mercado e que dá acesso a todos os pavimentos, além de ajudar no trânsito de portadores de necessidades especiais, pode representar, por outro lado, um perigo às crianças, pois o currimão é muito baixo. O número de pontos que habitam o prédio do mercado é outro ponto de preocupação, pois, além de transmitirem doenças, suas fezes entopem a calha, o que provoca infiltrações em algumas salas comerciais.

Anote

É proibido de funcionamento segundo a lei, de 7 às 18 horas; sábado, de 7 às 14 horas; domingo, de 7 às 10 horas.

Flávia Lellis
Da edição de Cidades

O Mercado Central passará por reforma e adequação do espaço. Em parceria com o Ministério da Segurança Alimentar, a Prefeitura de Goiânia constrói, no terceiro piso, o Restaurante do Trabalhador. O projeto está em fase inicial e ainda não tem data de inauguração definida.

O restaurante irá fornecer 2,5 mil refeições por dia à comunidade de baixa renda. O preço do prato será a partir de R\$ 1. O governo federal fornecerá os equipamentos e a prefeitura proporcionará a adequação do espaço físico. O projeto prevê ainda a capacitação de profissionais, como em um restaurante-escola.

Além disso, ainda no terceiro andar, será destinado um espaço para apresentações culturais. As obras devem começar ainda neste ano.

RELACIONOS – O histórico Mercado Central é símbolo da tradição e memória goianas. A proximidade dos comerciantes com os clientes confere ao local uma característica singular. São mais de 90 lojas que vendem de tudo, hortifrutigranjeiros, produtos típicos do Estado, artesanato, ervas, raízes medicinais, fumo, açouques e armazéns.

As deliciosas empadas do seu Alberto Cavalcante de Sousa são um bom motivo para uma visita ao Mercado Central. "O mercado é muito especial. Aqui você vem para conhecer o que se vendia na cidade, como era o comércio

antigamente. As pessoas que queriam um arroz de qualidade vinham ao mercado, era um ponto de encontro, um ponto de se fazer amizades e grandes amores", afirma Lellis.

A conturbada vida moderna não conseguiu destruir a hospitalidade dos comerciantes que ali estão. O clima é familiar e o relacionamento entre comerciantes e clientes é ímpar. "Aqui eu considero os meus clientes como uma família. As pessoas vêm ao mercado e encontram amigos de 20, 30 anos, esse é o diferencial. Se você vai ao shopping está todo mundo comendo, aqui não. É muito diferente", diz.

O comerciante Mário de Paula Tavares, 69, disse que sua vida está associada à história do mercado. "Criei meus filhos com o trabalho no mercado. Já tive um armazém, depois movi o trabalho com lanchonetes, sempre no Mercado Central. Não deixo aqui por nada, é minha vida que está aqui", explica Tavares.

SATISFAÇÃO – O permissionário José Mendonça Ribeiro, 77, popularmente conhecido como Negrinho Mendonça, comercializa mais de 100 produtos em sua loja. A aposentada Benedita de Sousa Amorim, 84, é sua cliente assídua. "Adoro vir aqui, as coisas são muito boas, em especial o café torrado na hora, e o queijo de Minas. Toda semana venho comprar e prestigiar o amigo", afirma Benedita.

O casal Carlos Solaresvink, 66, e Maria das Graças Dias, 52, também gosta de fazer compras no mercado. "Morei aqui mesmo no Centro, e todo fim de semana venho comprar. O melhor café da cidade está aqui, por isso sempre voltamos", diz Carlos.

Terceiro piso do Mercado Central: estruturas totalmente abandonadas oferecem risco aos frequentadores

Comerciantes e consumidores do Mercado Central são fiéis ao local: qualidade e tradição são pontos fortes

Fonte: Diário da Manhã, 2003. Arquivo: Biblioteca SEPLAM/Prefeitura de Goiânia

A abertura do Restaurante Popular, sob a responsabilidade da Organização das Voluntárias do Estado de Goiás (OVG), do Governo do Estado de Goiás, com a parceria da Prefeitura de Goiânia, na cessão do espaço no Mercado Central, deu-se dentro da programação do 76º aniversário de Goiânia.

Figura 16: Restaurante Popular no Mercado Central de Goiânia



Fonte: A Hora, s/d. Arquivo: Biblioteca SEPLAM/Prefeitura de Goiânia

A inauguração foi no dia 23 de outubro de 2009, mesma data de dia e mês correspondente ao aniversário de nascimento do Interventor Federal e ex-Governador do Estado, Pedro Ludovico Teixeira, com homenagens pelo prefeito Iris Rezende Machado. No discurso de inauguração, o Prefeito falou sobre o fundador de Goiânia e ressaltou ser “o primeiro restaurante popular de Goiânia” (A Hora, s/r). Atualmente, o terceiro pavimento está fechado devido a problemas na parte hidráulica do mercado.

1.3 Mercado público: lugar de memórias e valores do patrimônio cultural

A abordagem dos mercados públicos proposta neste trabalho foca-se no estudo dos saberes e ofícios, patrimônio cultural imaterial, presentes nesses espaços, capazes de revelarem os significados atrelados à história do lugar. Nesse sentido, o arcabouço teórico no qual a pesquisa se ancora pauta-se pelas discussões de autores que abordam os conceitos de patrimônio cultural e memória.

Do mesmo modo, ao considerarmos o bem selecionado para a pesquisa, nosso estudo requer discussões no âmbito das referências culturais que é uma importante forma de perceber o que diferencia grupos ou comunidades em uma sociedade. Isso se dá porque são notadas as características que descrevem as identidades e as memórias que os unem, de modo específico, em um espaço determinado, no seu lugar de origem.

O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidos entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avôs e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações (Florêncio et al, 2016, p.7).

A respeito desse termo, destaca-se, em 1975, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), junto ao Ministério da Indústria e Comércio em convênio com outras agências do governo federal, sob a liderança Aloísio Magalhães. Para Chuva (2015), o CNRC não adotava a noção de patrimônio e nem de folclore, mas recorria à concepção de bem cultural e a cultura popular. Nesse contexto, a noção de referência cultural passou a ser utilizada como revelador da diversidade cultural brasileira.

A concepção de referência cultural que não pode ser limitada aos bens intangíveis obteve uma nova concepção a partir do entendimento da noção de cultura, uma vez que leva em consideração que as regiões apresentavam uma diversidade social, natural e de criatividade expressa nos modos de vida, etc.

Referências, portanto, são sentidos atribuídos a suportes tangíveis ou intangíveis, materiais ou não, a artefatos assim como a manifestações da oralidade. Elas podem estar nos

objetos, assim como nas práticas, nos espaços físicos, assim como nos lugares socialmente construídos (Arantes, 2010, p. 55).

Assim, a noção de referência cultural associada aos grupos sociais é a de que os valores e os significados que o bem cultural possui são atribuídos pelo grupo detentor da cultura, indicando para os pesquisadores quais são as referências para a comunidade. Essa concepção que considera as referências culturais a partir do diálogo entre os usos e as atribuições do grupo é essencial nos processos de patrimonialização (Chuva, 2015; Campos, 2013).

Para Fonseca (2000), abordagens acerca das referências culturais devem considerar os sujeitos, os grupos e comunidades para quem essas referências têm significados. Ademais, a perspectiva desloca-se do bem cultural em si “que não valem por si mesmos”, para os valores, afetos e sentidos atribuídos, por exemplo, pelos detentores dos saberes e fazeres no mercado em estudo. Entendemos, então, que tais abordagens em torno na noção de referências culturais pressupõem “dirigir o olhar para representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos fazeres e saberes, às crenças, hábitos, etc (Fonseca, 2000, p.113).

Nessa perspectiva, para Campos (2013), a noção de referência cultural surge na perspectiva de dar novos usos e atribuições à forma como se seleciona o bem, considerando os critérios que serão adotados e atribuição de valor aos bens culturais que estejam sobre a análise. O bem cultural receberá o valor atribuído pelos sujeitos que historicamente são parte daquela cultura, sendo indispensável o diálogo dos “grupos detentores” com o “corpo técnico” (Campos, 2013, p. 25). Consequentemente, é estabelecida a construção de ideia de referência de identidade para os grupos formadores da nossa sociedade.

A respeito da concepção de patrimônio cultural, Márcia Chuva (2015) afirma que este carrega em si elementos que o constituem com simbologias capazes de relacionar uma descrição de aspectos ligados às referências de natureza material e imaterial. Em sua concepção, um bem cultural “pode ser incluído na categoria de patrimônio quando são atribuídos a ele sentidos e

significados que o torna referência para um grupo, que se identifica com aquele bem, sendo um elo entre todos aqueles que compõem esse grupo” (Chuva, 2015, p.1).

Para chegar na criação das leis específicas para o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial, houve uma trajetória marcada e construída por pesquisas, estudos e discussões em fóruns internacionais e nacional. Como resultado, destaca-se a elaboração do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que regulamentou o Registro do Patrimônio cultural imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. A partir desse feito, o decreto instituiu o registro como forma de preservar os bens de natureza intangíveis nos seguintes livros:

Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2000).

Nesse sentido, o Decreto nº 3.551, de 2000, instituiu o registro do Patrimônio Cultural Imaterial nos Livros de registro dos saberes, das celebrações das formas de expressão e dos lugares. Em relação a essas categorias, compreende-se que são as relações, as ações e criações das pessoas que integram os grupos ou comunidades que atribuem os sentidos e significados aos bens culturais, capazes de confirmar quais são suas referências culturais. É preciso considerar também que a análise necessariamente deve ter a anuência e a participação dos sujeitos protagonistas que revelam quais são as referências de seus territórios.

Ainda em relação à concepção de patrimônio cultural, José Reginaldo Gonçalves (2003, p. 22-23) compreende patrimônio como “[...] uma categoria

importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana”, uma vez que é utilizado em diversos contextos.

Em 17 de outubro de 1972, em Paris, foi aprovada pela Conferência Geral da Unesco, o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Nesse documento, identifica-se a divisão do patrimônio em patrimônio cultural e natural:

Artigo 1 - Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio cultural”:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Artigo 2 - Para os fins da presente Convenção serão considerados como “patrimônio natural”:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais nitidamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (Unesco, 1972).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, deu reconhecimento legal ao patrimônio cultural, entendendo que patrimônio não se refere somente a edificações e monumentos, mas também a lugares regados de beleza natural, repletos de conhecimentos e saberes. Em decorrência disso, com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, houve a ampliação do conceito de patrimônio cultural no Brasil:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Mesmo que se tenha percebido, durante o percurso que permeiam as políticas de preservação para o patrimônio cultural no Brasil, que elementos e grupos deveriam ser integrados, no entanto, o primeiro documento regulamentador (Decreto-Lei nº 25/1937) não os tinha contemplado. Segundo Campos (2013, p. 26), “o conceito de patrimônio imaterial foi adotado, no Brasil, somente com a Constituição Federal de 1988”. Dessa forma, a lei garante uma ampliação democrática e que abarcou a diversidade cultural com o propósito de preservar “os portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, nos quais se incluem “os modos de criar, fazer e viver”, como os saberes do Mercado Central de Goiânia, que existem a décadas e são vistos no preparo de empadas e garrafadas, transmitidos no seio familiar. Pode ser entendido também pelas memórias do grupo vive e revive a história, tradições e práticas no mercado.

Ainda em relação à abordagem feita por Márcia Chuva (2015), mesmo que pareça haver uma divisão do patrimônio em material e imaterial, o que fez com que por algum tempo se apresentasse o bem cultural de forma dicotômica, com a ampliação do patrimônio cultural, é possível notarmos que há uma interdependência entre essas naturezas. Isso porque para a imaterialidade existir e vir a ocorrer ela se materializa em um espaço de acordo com modelos estabelecidos pelos grupos e aspectos naturais para a sua formação e desenvolvimento. Ao mesmo tempo, aquilo que é hoje reconhecido como patrimônio imaterial - as festas ou as celebrações, os modos de fazer, as formas de expressão e os lugares, [...] – requer algum tipo de materialização para se concretizar (Chuva, 2015, p.1).

Trazemos, como um exemplo, o bem cultural selecionado na pesquisa, em que para preparar as empadas, além do conhecimento que é de natureza intangível, os detentores de saberes recorrem também ao uso de utensílios, objetos, ou seja, elementos materiais. Do mesmo modo, para fazer as garrafadas, os detentores utilizam objetos e ervas medicinais que são materiais. Nesse interim, os dois saberes são conhecimentos que se transmitem de pessoa para pessoa e que para a sua execução requer em algum momento da produção o uso de elementos materiais.

A esse respeito, Ulpiano Meneses (2009) ressalta que o patrimônio cultural apresenta como sustentação elementos materiais. Nessa perspectiva, compreende-se que os bens tangíveis têm uma dimensão imaterial e, do mesmo modo, os bens de natureza intangível, como os saberes, possuem valores e significados materiais para serem realizados, como os objetos necessários para a execução de um ofício. Assim, “seria desejável que, ao utilizarmos a expressão patrimônio imaterial, a despíssemos de qualquer polaridade com um patrimônio material” (Meneses, 2009, p. 31).

Dessa forma, o conceito de patrimônio foi ampliado com a Constituição Federal de 1988, mostrando que a preservação deveria abarcar a memória, as referências culturais, as práticas e os sentimentos. Assim, engloba o saber-fazer, as manifestações, as celebrações e as formas de expressão que se constituem no que não é palpável como as edificações. Nesse sentido, a Constituição integra à definição de patrimônio os bens de natureza imaterial. Por exemplo, os saberes vistos nas receitas de garrafada medicinal de raízes ou no preparo de empadas, transmitidos no seio familiar e existentes por várias décadas no Mercado Central de Goiânia.

Com isso, houve a regulamentação da ampliação do patrimônio cultural, fazendo com que as manifestações tradicionais populares de grupos e comunidades passassem a ser investigadas, buscando-se as simbologias e os significados que abordam as formas de expressão, os modos de fazer, os modos de saber, as celebrações e as manifestações artísticas e culturais.

Por esse meio, é possível ressaltar a singularidade do Mercado Central de Goiânia, um bem cultural que possui memória e história. Nesse sentido, assim como o Mercado Central, é oportuno também lembrar do Mercado Ver-

O-Peso, em Belém, no estado do Pará, tombado em 1977 pelo Iphan, e do Mercado Municipal da Rua 74, patrimonializado pela Prefeitura, na década de 1990, em Goiânia, lugares que, por suas especificidades culturais, revelam que “[...] as relações cotidianas tornaram-se objetos de investigação” (Chuva, 2011, p. 157).

Em vista disso, o bem cultural selecionado para esta pesquisa, os ofícios ligados à produção de empada e garrafada, está ligado ao Mercado Central de Goiânia, concebido como um lugar de significados e qualificações. A sua edificação atual data de quase cinco décadas da construção de Goiânia e envolve referências culturais apoiadas nas tradições e nos costumes atrelados à diversidade de saberes que constituem uma face daquilo que se denomina patrimônio intangível ou patrimônio imaterial. Demarca-se que a “[...] imaterialidade foi resumida à impossibilidade de tocar (mas não de ser percebida, claro). Assim, podemos tocar nos instrumentos musicais, nas pessoas e nas roupas, mas uma dança popular não pode” (Pelegriani, 2008, p. 27), portanto, dimensões como saberes, aromas, sabores, cores, poesias e melodias são intocáveis e se constituem como imateriais.

Dentre os vários lugares na cidade, nota-se que o mercado público tem uma singularidade própria, mas que ao mesmo tempo é plural. Nesse caso específico, o Mercado Central de Goiânia é um espaço de tradições e costumes enraizados na população local, com ofícios e saberes que são vistos no preparo de garrafadas e de empadas, passados de uma geração a outra. Isso ocorre por meio dos seus protagonistas, que lhe dão sentidos e recordações, e assim se mantém e se revela viva a permanência de objetos, de saberes e de aromas lá encontrados. Os ofícios e os saberes expostos em bancas, identificadas por nomes e números, têm a ver com tradições e costumes e são contextos de diversidade cultural e da categoria do patrimônio de natureza imaterial.

Nesse sentido, evidencia-se, como fundamentos nessa empreitada, a noção manifestada por Britto (2014), na qual destaca que o patrimônio não é somente composto pela herança de cada povo, mas também pelos bens culturais visíveis e invisíveis, pelos conhecimentos gerados e pelos documentos construídos. Dessa forma, o patrimônio é compreendido como “[...] metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder, construto político que ao mesmo

tempo produz e controla a informação, orienta lembranças e esquecimentos, e configura, assim, o poder de dominação, subversão e construção de identidades” (Britto, 2014, p. 979).

Pontua-se, sob o elã das lições de Chuva (2012), que os saberes tradicionais relacionados ao domínio de ofícios são apropriados por gerações diferentes e se constituem como insumo reflexivo para o aprofundamento de ações voltadas para a gestão de patrimônios, a fim de proporcionar as estruturas suficientes para se pensar um futuro com a articulação de três aspectos centrais: patrimônio, memória e cultura.

Esse aspecto é deslindado por Guimarães (2012, p. 106), pois “O poder que não se exterioriza por meio do uso da força, mas pelo domínio de saberes específicos”. Isto posto, nota-se que os saberes são delimitados e se apoiam em diversos campos de conhecimento, embora não se confundam com eles. Tais saberes são as dimensões práticas da sociabilidade que desenham os lugares de memória coletiva, os quais se expressam nas rotinas diárias que imbricam e materializam um legado histórico criado pelo povo que ainda consegue persistir no tempo. Cabe ainda lembrar que, de acordo com Ribeiro (2012, p. 246), é salutar entender “[...]o papel do patrimônio cultural como fonte para a compreensão da formação e da ação da sociedade brasileira”.

O mercado público é entendido como suporte de preservação de patrimônio cultural imaterial. Dessa forma, evidencia-se que os espaços destinados para gerar economia, subsistência e socialização, os quais são vistos também como promotores de cultura, expressam a historicidade e os modos como as pessoas fazem ou criam objetos, artefatos, músicas, comidas, entre outras. Pontua-se que tais características demarcam a identidade cultural das pessoas que participam de determinado lugar.

É relevante assinalar que as políticas públicas que implementam ações de valorização dos mercados e a continuidade das atividades oferecem condições de trabalho cruciais para o sustento dos permissionários. Ressalta-se, ainda, que o patrimônio cultural está relacionado às questões de memória e às recordações de laços que remetem às vivências que os pais e os avós tiveram e que são reproduzidas, muitas delas, como modo de sobrevivência e tradições da família.

Porém, para Assmann (2011, p. 17), o patrimônio cultural é regado de lembranças que formam laços e ligam as pessoas “a uma nação ou região específica”. A memória ganha o olhar observador e sábio de perceber que a riqueza cultural de uma nação são os lugares onde relações sociais e humanas estão presentes e são manifestadas pelas celebrações, pelos saberes que se referem aos costumes e aos hábitos próprios de determinadas comunidades e grupos, sejam eles de áreas urbanizadas, ribeirinhas, agrícolas, quilombolas, indígenas, de migrações europeias ou orientais.

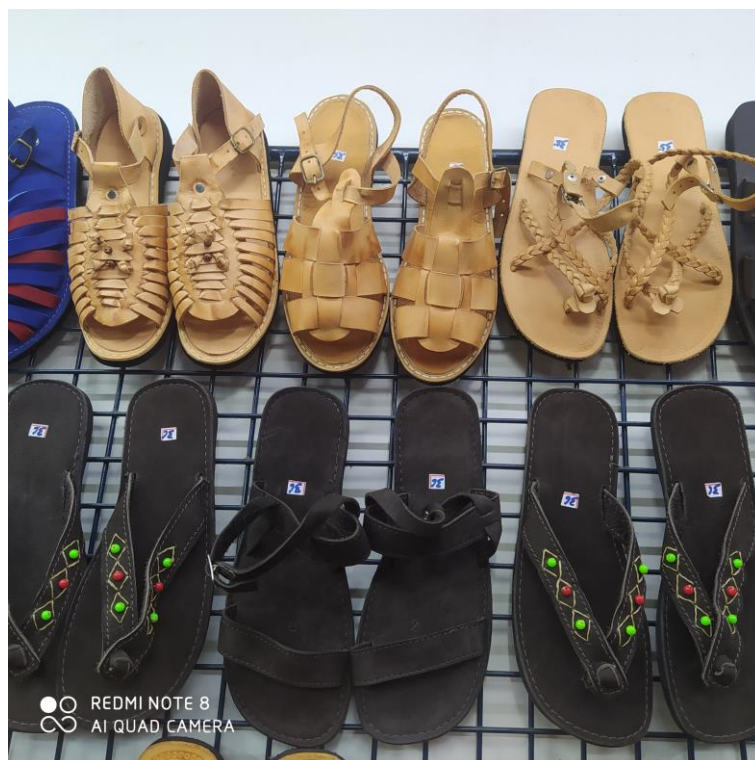
Mas de que memória se fala quando o lugar é um mercado, e o que isso tem a ver com patrimônio cultural? Primeiro, conforme Pierre Nora (1993), existem lugares de memória porque existem pessoas que revivem aprendizados e saberes que receberam de seus antepassados e os transmitem aos seus sucessores na sua cadeia de formação familiar. Estes podem estar presentes nos hábitos e costumes adquiridos e presenciados na coletividade.

No Mercado Central de Goiânia, as lembranças são reveladas pelos permissionários que trabalham por mais de trinta anos no local. Eles narram as trajetórias vividas por homens e mulheres em defesa de melhores condições de vida para si e para suas famílias, como se percebe fala do senhor Joel de Souza Brito, 70 anos de idade, comerciante de sandálias em couro entre outros artigos como calçados diversificados e roupas.

Ao ser questionado sobre recordações de quem eram as pessoas que frequentaram o mercado, quando funcionou na rua 4 e no camelódromo, e se seria o mesmo público, o senhor Joel diz o seguinte:

Na rua 4, naquela época, não existia shoppings. Nem supermercados. O único supermercado que existia na época era o “Servi Lar”. Esse Servi Lar, era de um prefeito de Goiânia, esse prefeito já até morreu. Não lembro o nome dele. Ele queria até acabar com o mercado. Mercado aqui em Goiânia, se eu não estou enganado, são sete parece. Servi Lar é antigo (Brito, Joel de Souza, 2023, informação verbal).

Figura 17: Calçados em couro da Banca do Joel.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 18: Calce-Bem calçados em couro. Banca do Joel.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Na compreensão de Charles Santana (1998, p. 87), as narrativas orais demonstram os registros de histórias em suas diferentes fases da vida. O cotidiano das pessoas se revela nas falas de permissionários do Mercado Central de Goiânia. A esse respeito, questões como a situação socioeconômica ligadas à possibilidade de subsistência de vida aparecem na narrativa da permissionária Maria Ednalva, de 48 anos, que migrou de Minas Gerais para Goiânia – Goiás, aos 18 anos de idade.

Figura 19: Garrafadas preparadas por Maria Ednalva



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Em meio às recordações de sua vivência no mercado, conta que passou a atuar no mercado junto com sua tia que trabalhava comercializando raízes medicinais:

A minha tia começou desde o Parthenon Center de Goiânia. Ela começou lá. Ela tinha uma banquinha, tinha uma banquinha assim, colocava quatro cavaletes. E tinha uma grade ela vendia as raizinhas: folha de douradinha, falava mama-cadela, pé-de-perdiz, unha-de-gato, era aqueles pacotinho. Aí, depois, o Mercado Central passou a ser ali pro camelódromo. É onde hoje vende só mais é roupa, eletrônica, aí ela ficou mais um tempo lá, aí depois inaugurou aqui o Mercado Central. Se eu não me lembro acho que foi em 1990 que inaugurou o Mercado Central, ela veio prá cá, ela ganhou uma banquinha, aí ela veio para cá. Eu vim lá de Minas. Eu nasci no norte de Minas. Meu pai mora lá ele é irmão da minha tia. Eu vim prá cá morar com ela, em 1991. Eu fui aprendendo com ela. Eu via ela fazendo garrafada aí ela falava vai fazendo aí. Ela ia falando qual que era as raiz que iam na garrafada. (Souza, Maria Ednalva de, 2023, informação verbal).

Nesse sentido, compreende-se que as memórias estabelecem as habilidades de compreender e conectar as vivências, os saberes, os sentimentos, os afetos e as percepções interligando-os para a construção das relações sociais que perpassam os processos educativos com inteligência sócio-histórica. Enfatiza-se que a educação patrimonial é vital nesse contexto para manter um diálogo produtivo com a comunidade e, assim, viabilizar o aprofundamento necessário que torne possível revelar os significados relacionados aos espaços de memória e a leitura dos saberes culturais presentes no bem cultural em estudo (Demarchi, 2018).

Bosi (1994) afirma que entre o ouvinte e o narrador existe uma relação comum evidenciada pelas recordações que deve ser reproduzida de geração a geração capaz de gerar uma história nova, chamada pela autora de “memória épica”. Nesse sentido, o participante da narrativa expõe fatos ao ouvinte que sustentam a história, possibilitam a concretização e a reafirmação da existência, uma vez que o que está em oculto revela-se e pode despertar outros olhares e atenções tornando-se “um fruto inesgotável da memória” (BOSI, 1994, p.406).

O servidor público Agnaldo Jacobs, de 68 anos de idade, natural de Goiânia (GO), trabalha há 36 anos no mercado atuando como Diretor Administrativo. Em seu relato, conta a história do mercado nos três espaços no

Centro, iniciando com o que denomina como primeiro mercado municipal: “ele era localizado ali onde é o Parthenon Center. Após sair do Parthenon Center, foi onde é o camelódromo hoje, na Avenida Anhanguera com a rua 4. Em 1988, ele veio para esse prédio onde nós estamos instalados” (Jacob, Agnaldo, 2023, informação verbal).

Figura 20: Funcionário Agnaldo Jacob mais de 30 anos de trabalho no Mercado Central



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Os significados e os sentidos do mercado enquanto lugar de memórias, podem ser percebidos nos relatos do senhor Agnaldo Jacobs que trabalha há mais de 30 anos no local:

Metade de minha vida eu passei aqui dentro do mercado. Eu tô com 66 anos, 36 anos eu passei aqui dentro, eu vi pra cá menino ainda, aqui representa tudo pra mim. Eu gosto de trabalhar, gosto do cheiro do mercado, gosto desse convívio com os permissionários do mercado (Jacob, Agnaldo, 2023, informação verbal).

Nesse ponto de vista, as memórias individuais ou coletivas são processos que levam o indivíduo ao pertencimento do local, ao que o autor Pierre Nora (1993, p. 13) chama de “lugares da memória, quando os espaços fazem com que as pessoas consigam estabelecer uma ligação de suas lembranças afetivas com a história do lugar”. A rigor, esses locais são genuínos construtores das formas e dos modos de vida das pessoas.

Com isso, não se tem o interesse de apresentar uma memória dita como verdadeira e intocável, mas de possibilitar que a própria comunidade perceba que as memórias vivenciadas cotidianamente relacionam-se com o seu patrimônio. E, nessa ótica, para que o bem cultural seja tirado do adormecimento, Nora (1993, p.7) defende que “[...] o sentimento de continuidade torna-se residual e local. Há locais de memória porque não há mais meios de memória”.

Considerando que os lugares expressam vida e memória, mesmo que com o passar dos anos sofram adaptações, entende-se que o Mercado Central de Goiânia possibilita uma interação da comunidade detentora, produtora para a ação educativa dando condições do diálogo sobre o patrimônio cultural no Brasil, reforçando a necessidade de se criar vínculos entre os detentores do bem cultural e a comunidade local (Nora, 1993).

A análise da concepção de lugares de memórias para Pierre Nora pressupõe três acepções que precisam coexistir: materialidade, simbologia e funcional. No caso do Mercado Central de Goiânia, apesar de ter seu funcionamento em diferentes endereços desde a sua criação, a sua existência concreta está ligada ao espaço físico, ou seja, material. Do mesmo modo, tem também a acepção simbólica, se considerar o significado do lugar e as

experiências vividas pela comunidade no qual o bem cultural está inserido. E assim, tornam-se lugares funcionais que sedimentam as memórias coletivas que são transmitidas a partir das associações do grupo com o lugar. Em relação a essa terceira característica, a funcional, ressalta-se a prática das memórias individuais dos detentores sobre o lugar que se entrelaça com às recordações do grupo e passam a serem atribuídas por moradores da cidade a procura de produtos como as empadas, garrafadas, frutas, calçados e outros.

Em relação às memórias sobre o mercado, destacam-se as contribuições do senhor Valdivino de Paula Estanislau, 71 anos de idade, conhecido como “Rei das Frutas”, nome que recebe sua banca no Mercado Central, e natural da cidade de Aragoiânia (GO).

Figura 21. Valdivino de Paula – “Rei da Frutas”. Banca 127 Mercado Central de Goiânia



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Quando sua família decidiu mudar para a nova capital, deslocaram-se para Campininha (atual bairro Campinas), em 1955, época em que ele tinha a idade de 13 anos¹⁸. Seu primeiro trabalho foi de engraxate. Ao resolver trabalhar no centro da cidade de Goiânia, conheceu o Mercado Central, construído na rua 4. Durante a entrevista, ao ser questionado acerca do significado do mercado em sua vida, ressaltou que:

O mercado é como se fosse assim o meu lar. Porque eu convivo aqui mais do que em qualquer lugar com a minha família, do que a minha casa. Aqui o mercado se tornou minha família, aqui o mercado. Aqui eu convivo mais com os meus colegas de serviço, então por causa do tempo que a gente já está junto, sempre trabalhando sempre em conjunto. A gente adaptou de uma maneira que ficou insurportável sair do mercado. A gente não consegue sair mais do mercado. Eu e minha esposa aqui. Eu criei meus filhos aqui. São todos adultos e, tudo dependeu dessa trajetória minha (Estanislau, Valdivino de Paula, 2023, informação verbal)

O estudo dos saberes e fazeres no mercado possibilita também entender a história desse lugar, rico em práticas, conhecimentos, vida e memórias. Assim, as recordações de tantas pessoas que trabalharam no local desde a sua construção, na rua 4 no setor Central, traz a existência de descendentes, herdeiros não somente das bancas de vendas de produtos diferenciados, mas principalmente testemunhas autênticas dessa história, que fazem, como afirma Bosi (1994, p. 407), o “passado reviver”.

Dessa forma, nesse prisma em que se notam as lembranças, conta-se com as memórias de moradores que estão na cidade por mais de três ou cinco décadas. Essas recordações contribuem para que a rememoração individual se torne coletiva o que, segundo Bosi (1994), é uma memória que “revive o passado” (1994, p. 81) resgatando as lembranças do Mercado Central em Goiânia no seu aspecto espacial ao falarem de suas localizações e do convívio social cotidiano entre vendedores e clientes.

¹⁸ À época, era comum crianças exercerem trabalhos para sustento e complemento da renda familiar. Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, não é permitido o trabalho infantil, sendo liberado que o adolescente tenha oportunidade de ter um acesso a ambientes de trabalho para aprendizagem.

A esse respeito, temos o relato do permissionário Marcos Tavares, 63 anos de idade, que trabalha com a produção de empadas. Ele herdou o saber com seu saudoso pai, o senhor Mário, um dos pioneiros no ramo de lanches no mercado, desde a instalação na rua 3.

Já na sua identificação, oferece informações não somente sobre si, mas que também dão indícios da família ao dizer: “Meu nome é Marcos de Paula Tavares. Sou natural de Goiânia. De 1960 pra cá minha vida inteira (foi) dentro do Mercado. Meus pais sempre foram permissionários daqui desse local” (Tavares, Marcos de Paula, 2023, informação verbal). Além de garantir o sustento familiar, ele emprega funcionários.

Figura 22: Saberes das empadas passado de pai para filho, de Mário para Marcos.



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Ao ser questionado sobre os registros de sua infância e se lembraria das mudanças de endereço do mercado, ele disse o seguinte:

Bom, eu comecei a trabalhar no Mercado quando eu tinha 10 anos. Naquela época crianças podiam trabalhar. E, eu tinha uma carrocinha de pau e eu pegava frete. Antigamente, as pessoas chegavam, aquelas senhoras vinham fazer compras e colocavam na carrocinha e a gente levava até a casa delas. Foi meu primeiro contato com o Mercado Central de Goiânia (Tavares, Marcos de Paula. 2023, informação verbal).

Na infância e juventude, muitos dos detentores que estão no Mercado Central, como o senhor Marcos Tavares, ao invés de dedicarem parte do tempo as brincadeiras de criança, já trabalhavam, embora ele mesmo tenha reconhecido que isso não seria permitido nos dias atuais. No entanto, tal oportunidade possibilitou seu acesso ao mercado público, que se transforma com o decorrer dos anos, e permitiu a continuidade da história de vida construída pelo seu pai, o senhor Mário, com a prática do saber de fazer das empadas, receita de família, ofício realizado atualmente por ele e por sua mãe, como meio de sobrevivência de vida.

Do mesmo modo, em seus relatos, Tavares nos informa sobre o exercício do ofício nas diferentes localidades onde o Mercado Central funcionou, por exemplo, na rua 4 onde funciona atualmente o camelódromo. “No ano de 1987. Quando saímos do primeiro era o ano de 1973. Quando saímos do provisório, daquele que se dizia provisório, ficamos por lá até o ano de 1987, de onde hoje é o camelódromo” (Tavares, Marcos de Paula, 2023, informação verbal).

Dessa forma, é preciso pensar o Mercado Central de Goiânia sobre o aspecto de sua nova posição que diz respeito a rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas à questão da identidade. Para isso, o conceito de identidade desenvolvido por Stuart Hall (1997) é essencial. Hall percebe a identidade como algo não unificado, não entendido como singular. Isso ocorre porque ela é múltipla, uma vez que se estabelece numa construção social, sujeita a uma historicização, em constante processo de mudanças e transformação, que são resultados de representações culturais influenciadas pela globalização. Assim, é definida pelo autor da seguinte maneira:

O que denominados “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente (Hall, 1997, p.26).

Assim, quando falamos das referências culturais do Mercado Central, buscando relacionar a sua preservação como Patrimônio Cultural goianiense. O reconhecimento não se deve à excepcionalidade e à monumentalidade de sua edificação, mas às identidades que decorrem de relações social e cultural construídas no lugar principalmente por sentidos e significados de natureza imaterial.

Além disso, para discutir a relação entre identidade, memória e patrimônio cultural associados aos saberes culturais manifestados pela comunidade pertencente ao Mercado Central de Goiânia, serão utilizadas as informações construídas a partir das entrevistas com os participantes da pesquisa (detentores de tradições e costumes dos ofícios), assim como dos saberes captados com base na análise bibliográfica e documental (análise das cartas patrimoniais, leis de organização para a preservação do patrimônio cultural e acervo referente à história do Mercado Central de Goiânia) e do registro fotográfico sobre a preservação do patrimônio cultural e as suas referências acerca dos saberes e tradições existentes na cultura goianiense e que se expressam no Mercado Central de Goiânia. Desse modo, na pesquisa, valorizam-se as relações, os atos e os vínculos em função do contexto cultural demarcado pelo Mercado Central de Goiânia, considerando as subjetividades dos sujeitos.

1.4 Procedimentos metodológicos

Em termos metodológicos, a análise bibliográfica visa explorar conceitos importantes e compreensões desenvolvidas por autores consagrados no campo da discussão sobre patrimônio cultural, memória e identidade. Para tanto, foi realizada a pesquisa bibliográfica utilizando livros, dissertações, teses, artigos científicos e relatórios técnicos especializados que compõem o referencial de conhecimentos necessários para o balizamento teórico desta pesquisa. Essa análise objetiva explorar o arcabouço já produzido sobre o tema com recorte nos saberes culturais do Mercado Central de Goiânia.

Metodologicamente, a coleta de dados se deu pela análise de alguns documentos escritos, tais como: legislações sobre a organização e a

administração dos mercados públicos de Goiânia, mencionado no Decreto nº 1.440, de 14 de dezembro de 1988; Decreto nº 2.500, de 06 de setembro de 1996; Decreto nº 2.620, de 06 de outubro de 1997 e Decreto nº 2.208, de 05 de agosto de 2003.

Além das legislações municipais, a análise se baseou nas leis específicas de preservação do patrimônio cultural, como o Decreto-Lei nº 25 de 1937 (IPHAN). Além disso, recorremos ao estudo da Constituição Federal do Brasil de 1988, com ênfase para os artigos 215 e 216, e para o Decreto nº 3.551 de 2000 (IPHAN), que estabelece o reconhecimento do patrimônio cultural de natureza imaterial, uma vez que foram criados para dimensionar a garantia não somente de preservação do patrimônio cultural na sua plenitude e multiculturalidade, como também para evidenciar que a posse de tais bens recai sobre todos os cidadãos, sendo acrescida a importância de sua participação no processo de reconhecimento, conservação e continuidade às gerações futuras.

Para caracterizar a singularidade histórica relacionada à memória e ao patrimônio cultural do Mercado Central de Goiânia, utiliza-se a pesquisa qualitativa entendida a partir de Martinelli (2011) como uma perspectiva que se estabelece na contramão da visão de pesquisa alicerçada em modelos experimentais. O esforço será na tentativa de alcançar o entendimento dos significados associados às ações e às suas interações com os espaços utilizados, com enfoque nos saberes constituídos pelos envolvidos. Desse modo, valorizam-se as relações, os atos e os vínculos em função do contexto cultural demarcado pelo Mercado Central de Goiânia, considerando as subjetividades dos sujeitos.

Na segunda etapa, no intuito de inventariar os saberes culturais relacionados aos ofícios tradicionais presentes no Mercado Central de Goiânia, esta pesquisa valeu-se da abordagem da História Oral (HO) ancorada nos ensinamentos de Alberti (2008, p. 155) que a define como “[...] uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita”. Tendo em vista tal enfoque e em sintonia com a orientação epistemológica da pesquisa, foram realizadas entrevistas gravadas com os detentores de saberes culturais do Mercado Central de Goiânia, haja vista que tais sujeitos são representantes

e testemunhas dos “[...] acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (Alberti, 2008, p. 155).

O mapeamento dos saberes foi feito com a História Oral (HO) a partir dos relatos colhidos nos depoimentos dos detentores dos saberes do Mercado Central de Goiânia: os indivíduos que preparam empadas e as pessoas que conhecem ervas medicinais e aprenderam com seus antepassados o saber no preparo de garrafadas, chás e emplasto; os que trabalham com o ofício da confecção dos chinelos e sandálias de couro; os que detêm saberes sobre o fumo e o sebo de carneiro. Nesse contexto, as narrativas orais revelam lembranças de pessoas que trabalham no mercado por mais de 30 anos.

Para alcançar o objetivo da pesquisa de mapear os saberes no Mercado Central de Goiânia e evidenciar o seu patrimônio cultural, concebido como lugar de memória, as entrevistas com os permissionários do mercado eram essenciais. Nessa perspectiva e considerando a importância da preservação de ofícios que resistem ao tempo, em junho de 2022, o projeto com a proposta da pesquisa foi submetido na Plataforma Brasil, apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Goiás.

Os participantes da pesquisa foram os permissionários cujos saberes relacionam-se aos ofícios observados no preparo de empadas e ao conhecimento de ervas medicinais e de preparo de garrafadas. Foram entrevistados¹⁹ cinco permissionários, haja vista que, apesar de atualmente no mercado haver mais comerciantes que detêm saberes tradicionais, muitos não puderam participar devido a tratamento de saúde, e outros não quiseram conceder entrevista. Foi estabelecido um marco temporal para participantes detentores de saberes que trabalham no mercado entre 30 a 50 anos, a fim de resgatar os relatos de memórias vividas ao longo dos anos por esses entrevistados, que estão no mercado e repercutem costumes e tradições pelos anos de trabalho. Foram elencadas algumas questões pelas quais buscou-se analisar os saberes e fazeres ligados à produção das empadas e das garrafas e também as memórias dos permissionários que atuam há mais de 30 anos no

¹⁹ Os instrumentos para a gravação foram o uso de câmeras e gravador, com apresentação da proposta da pesquisa, leitura e assinatura do Termo Consubstanciado de Livre e Esclarecido (TCLE).

mercado. No roteiro para as entrevistas (Ver anexo 1), foram elencadas algumas questões referentes à vida dos detentores, às lembranças relacionadas ao mercado, ao modo de preparar as empadas e as garrafadas e outras.

Além disso, foi utilizado um questionário estruturado²⁰, composto de nove perguntas, sendo sete questões de resposta única, uma de múltiplas respostas e uma de pergunta aberta²¹ (Ver anexo 2). O questionário foi aplicado para um grupo participante de 70 pessoas de todos os gêneros sociais e maiores de idade, de acordo com a legislação brasileira, com vistas a resultar em uma amostragem quantitativa norteada pela memória e pelos significados que o lugar tem para elas. Com isso, as questões visavam conhecer com qual frequência as pessoas vão ao mercado. Assim, entre os questionamentos feitos, encontram-se: Seus interesses e procuras são por quais produtos? O mercado lhe traz alguma recordação? Que tipo de recordação possuem do espaço? (Passeios com pais ou outro parente/ idas em dias específicos da semana / algum produto? Qual?); O mercado é um lugar importante na cidade? O que o mercado representa para você? Essas perguntas, entre outras, objetivam mostrar o perfil dos entrevistados contando com diferentes gêneros, idades, grau de escolaridades, origem de sua naturalidade, morador da cidade ou visitante.

Não participaram da pesquisa e ficaram excluídos todos os demais comerciantes do Mercado Central de Goiânia que trabalham com produtos industrializados ou hortifrutigranjeiros²², já que não se enquadravam nas propostas da pesquisa, como também não têm nenhuma característica com os ofícios tradicionais que os detentores de saberes singulares oferecem, citados anteriormente no projeto.

²⁰ Questionário estruturado segue um roteiro de perguntas previamente estabelecidas, elaboradas anteriormente.

²¹ As questões denominadas de escolha única são aquelas na qual a pessoa terá a opção de escolher apenas uma resposta. Para as chamadas de questões múltiplas são as que possibilitam os respondentes marcarem mais de uma opção. A questão aberta não possibilita que a pessoa responda objetivamente com “sim” ou “não”, o participante precisará responder escrevendo um pouco mais em resposta à pergunta feita.

²² O senhor Valdivino de Paula, 71 anos de idade, contribuiu com a pesquisa por ser um dos pioneiros no Mercado Central, tendo iniciado seus trabalhos aos 13 anos como engraxate e depois passou a ser comerciante de frutas, foi o único vendedor de frutas a participar da pesquisa por trabalhar no mercado desde quando funcionava na rua 4.

Considerando a Constituição Federal do Brasil de 1988 e os marcos regulatórios da ética em pesquisa presentes nas resoluções do Conselho Nacional de Saúde, que regulamentam as “Pesquisas Envolvendo Seres Humanos”, como as CNS nº 196/1996, CNS nº 466/2012 e CNS nº 510/2016, a pesquisa utilizou o Termo de Anuência Coparticipante com a administração do Mercado Central de Goiânia, correspondente com o órgão responsável pelos mercados públicos e que pertence à Prefeitura de Goiânia e da Associação dos Permissionários do Mercado Central de Goiânia. Para os depoimentos com a comunidade do mercado a pesquisa usou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de forma esclarecida e voluntária.

Os saberes em estudo envolvem o conhecimento e as matérias-primas. Para isso, a pesquisa se amparou no modelo de “Ficha dos Saberes”, elaboradas pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional e utilizadas nos inventários participativos (Iphan, 2016, p.71).

Assim, com base nas metodologias já aplicadas em diversas pesquisas, o “inventário é, primordialmente, uma atividade de educação patrimonial” (Iphan, 2016, p. 11), uma vez que o inventário participativo possibilita “coletar e organizar informações”, contando com a participação da comunidade do Mercado Central de Goiânia, numa construção dialógica em que as memórias e as identidades afetivas que interligam as pessoas, que faz referência do espaço de vida e forma o patrimônio local.

O arcabouço teórico e metodológico no qual a pesquisa se ancora tem como proposta uma devolutiva para a comunidade, sendo esse resultado dos trabalhos que a pesquisa trouxe para a produção de um vídeo documentário em que a memória, o patrimônio cultural e as diversas singularidades de saberes do Mercado Central de Goiânia representam a narrativa a ser exibida.

2. ENTRE AROMAS, SABORES E OFÍCIOS: O MAPEAMENTO DOS SABERES E FAZERES NO MERCADO CENTRAL DE GOIÂNIA

Nesse item, as discussões serão feitas a partir da análise dos dados coletados na pesquisa de campo cujo intuito foi o de mapear os saberes culturais relacionados aos ofícios ligados ao preparo de empadas e garrafadas presentes no Mercado Central de Goiânia. Para isso, utilizou-se a abordagem da História Oral (HO) com entrevistas para saber sobre as tradições e costumes enraizados na população local conferidos nos saberes que envolvem sentidos práticos e conhecimentos na maneira de se preparar empadas e no preparo de garrafadas.

Ademais, a pesquisa conta com os relatos de memórias narradas pelos permissionários, que são os “tesouros vivos” que trabalham no mercado por mais de 30 anos. Em um segundo momento, foi aplicado um questionário entrevista para o público visitante.

Como forma de documentar e produzir conhecimento dos saberes no Mercado Central de Goiânia, a pesquisa utilizará as fichas do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural (Florêncio et al, 2016, p. 71). Esse instrumento serviu para coletar e organizar as informações sobre os saberes por meio de história oral com as entrevistas que buscaram identificar as referências culturais que formam o patrimônio cultural local.

Além disso, para discutir a relação entre identidade, memória e patrimônio cultural associados aos saberes culturais manifestados pela comunidade pertencente ao Mercado Central de Goiânia, foram utilizadas as informações construídas a partir das entrevistas com os participantes da pesquisa (detentores de tradições e costumes dos ofícios), assim como dos saberes captados com base na análise bibliográfica.

2.1 Espaço interno do Mercado Central de Goiânia

Os frequentadores do Mercado Público Municipal desfrutam de serviços diferenciados, sejam eles gastronômicos, alimentícios, artesanais, econômicos ou artísticos. Assim, compreende-se que esses lugares são locais de compra de

alimentos que, com o passar dos anos, foram agregando outras necessidades e novidades. Passaram a comercializar utilidades para casa ou comércio, calçados, dentre outros produtos, alguns em datas específicas ou estações, como é o caso das frutas e verduras.

Em relação à denominação, observa-se que o Mercado Central de Goiânia possui uma identidade visual de fachada marcada com duas nomenclaturas diferentes: “Mercado Municipal de Goiânia” (entrada pela rua 3 e Avenida Anhanguera) e “Mercado Central de Goiânia” (entrada pela rua 3).

Figura 23. Mercado Central de Goiânia – entrada pela Avenida Anhanguera



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Figura 24. Mercado Central de Goiânia – entrada pela Rua 3, setor Central



Fonte: Arquivo da autora, 2018.

A nomenclatura, logomarca ou símbolo como as do mercado foco de nossa pesquisa são associações feitas a um determinado lugar. São considerados como objetos de estudo. Segundo Ramos e Triska (2019, p. 346) é “elemento principal na elaboração da Identidade”. Isso porque são composições visuais e gráficas, cujas representações são compostas de cores e desenhos. No uso desses elementos, é necessário haver uma padronização no nome, no entanto, no caso do Mercado Central de Goiânia, é nítido que isso não ocorre nos letreiros na fachada das duas entradas, o que “dá espaço à diversas interpretações” (Ramos e Triska, 2009, p. 347).

O Mercado Central de Goiânia tem o foco de ser comercial com uma variedade de produtos dispostos, de maneira independente, sendo de origens da zona rural e de pequenas plantações, como queijos, doces, ovos caipiras, bananas ourinhos, jurubebas, chuchus, limões, açafrão, buchas vegetais e cabaças, comercializados na banca nº 105, Frutos do Sítio (figura 25). Nota-se, ainda, que os produtos são em pequena quantidade e sua exposição na banca ocorre dentro de bacias, cestos pequenos ou espalhados sobre o balcão como pode ser notado com os chuchus que a imagem mostra.

Figura 25. Banca de produtos orgânicos – Frutos do Sítio



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Há, no mercado, duas bancas de hortifrutigranjeiro²³. Cada uma oferece apenas uma variedade de produto: uma somente de verduras e legumes e a outra de frutas com inserção de bebidas e outros gêneros. São as bancas do senhor Valdivino, de 71 anos de idade, que trabalha no mercado há mais de 50 anos. Sua contribuição à pesquisa sobre o mercado traz os relatos de sua recordação do lugar, desde a década de 1940.

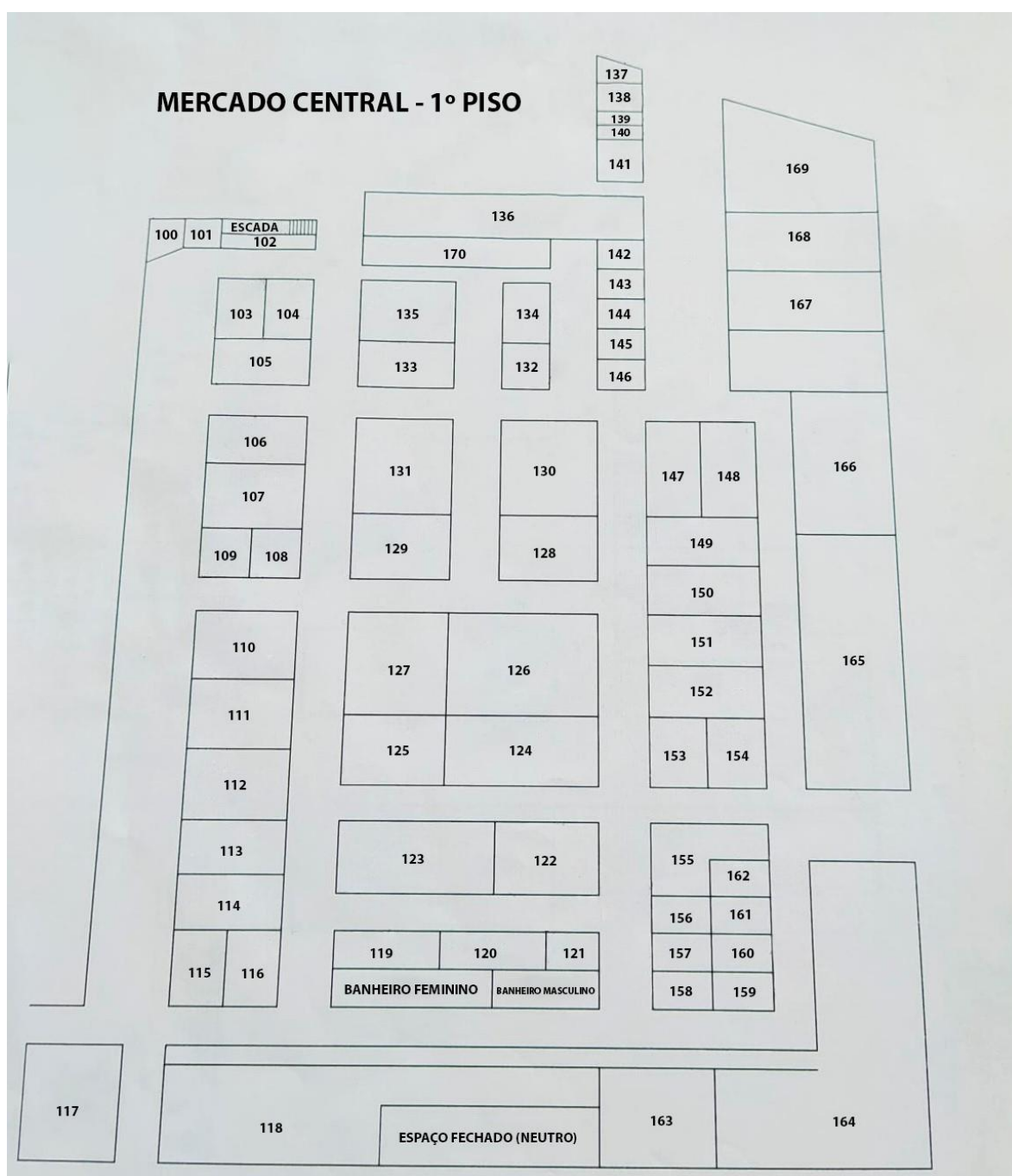
Já no comércio de raízes nota-se com a venda de babosas, ovos de pato, inhame de insulina, entre outros vendidos na banca nº 101 da senhora Cida e na banca nº 104 da senhora Ivanete.

A Gerência de Gestão dos Centros de Abastecimento e Mercados Municipais faz parte da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Economia

²³ A denominação criada para identificar como produtos do campo.

Criativa da Prefeitura de Goiânia e é responsável pela administração dos mercados públicos na capital. Foi feito levantamento *in loco*, sempre no horário entre o intervalo da manhã para à tarde do dia, em que se observou que no primeiro pavimento (térreo) é onde há uma maior concentração de bancas e consequentemente maior número de circulação de pessoas. A figura a seguir mostra o desenho dessa distribuição.

Figura 26. Desenho de distribuição de bancas – Piso 1



Fonte: Gerência Administrativa do Mercado Central/Prefeitura de Goiânia, 2023.

O primeiro pavimento ou piso 1, como é assim descrito pela administração do Mercado Central, apresenta a divisão do espaço da seguinte forma: bancas de alimentação nas quais predominam restaurantes e lanchonetes (com exclusividade as de empadas), lojas de calçados, produtos naturais, artesanatos, as de hortifrutigranjeiros, bancas que oferecem itens feitos em pequena produção²⁴ e de maneira tradicional (doces, queijos, rapaduras etc). No quadro a seguir é apresentado o levantamento de bancas no primeiro pavimento. Em relação ao quantitativo de bancas inativas no piso 1, foram contabilizadas 17.

Quadro 1. Bancas no Mercado Central de Goiânia - Piso 1 (térreo)

N.	Nº Banca	Nome ou Segmento	Produto
01	100	Bar	Bebidas
02	101	Raízes	Raízes e garrafadas
03	102	Produtos naturais	Castanhas, frutas secas e raízes empacotadas
04	103	Produtos naturais	Castanhas, frutas secas e raízes empacotadas
05	104	Central Ervas	Raízes e garrafadas
06	105	Frutos do Sítio	Castanhas, frutas secas e raízes empacotadas
07	107	Vita Center	Produtos naturais, fitoterápicos e suplementos alimentar
08	108	Produtos naturais	Castanhas, frutas secas e raízes empacotadas
09	109	Produtos naturais	Castanhas, frutas secas e raízes empacotadas
10	111	Produtos naturais	Castanhas, frutas secas e raízes empacotadas
11	112	Armazém das Ervas	Raízes e garrafadas
12	113	Produtos naturais	Castanhas, frutas secas e raízes empacotadas
13	114	Uniformes e rasgados	Consertos de roupas e artesanato
14	115	Artesanatos e velas	Artesanatos e velas
15	117	Produtos naturais	Castanhas, frutas secas e raízes empacotadas
16	118	Produtos naturais	Castanhas, frutas secas e raízes empacotadas
19	119	Artigos importados	Capinhas para celular

²⁴ Esses produtos são revendidos no mercado, porém, suas origens são de pequenos produtores. Segundo alguns comerciantes, são de chácaras da grande região metropolitana de Goiânia.

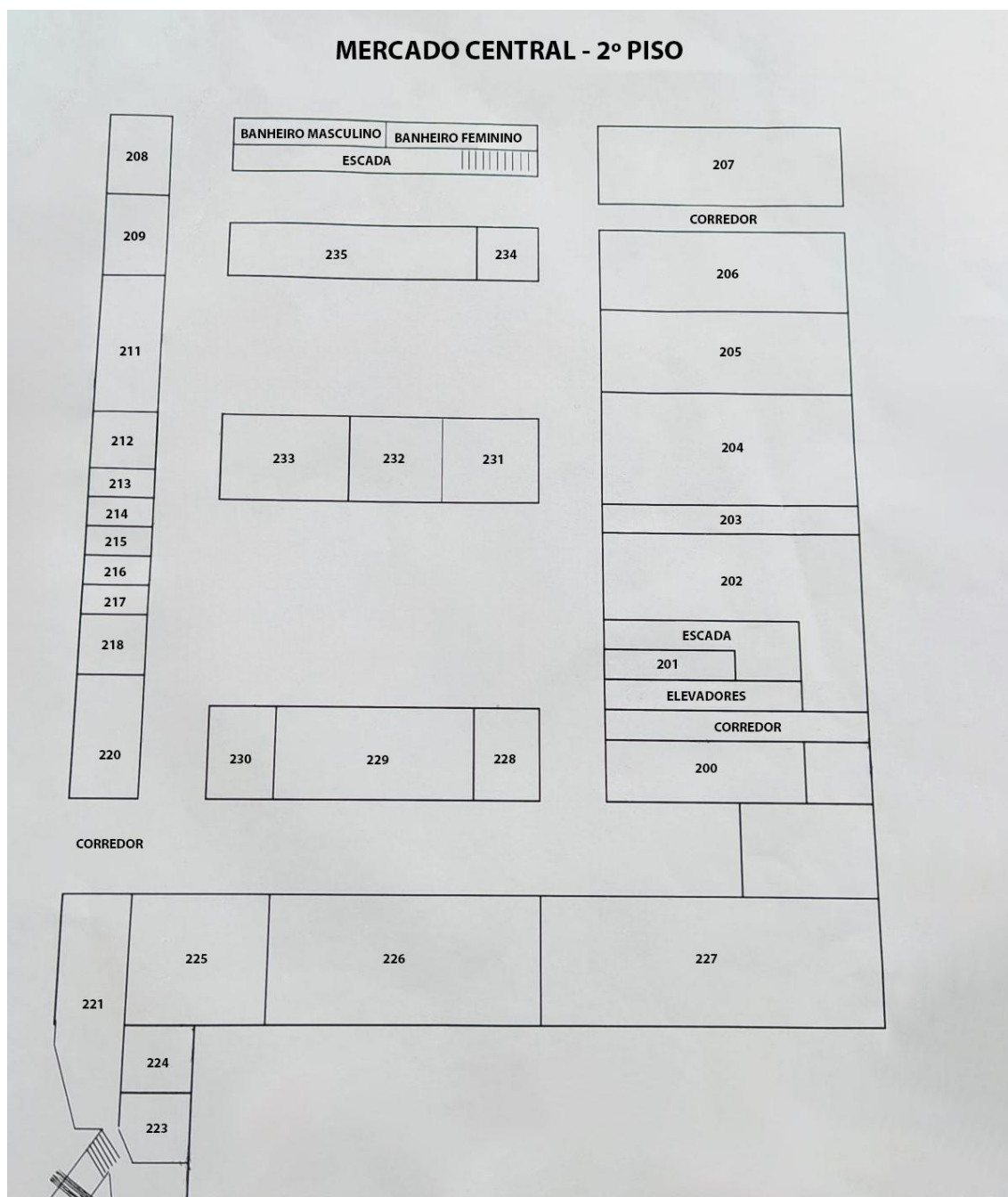
20	120	Conserto para máquinas	Consertos para máquinas de costura
21	122	Hortifruti Central	Frutas, verduras e legumes
22	123	Produtos naturais	Castanhas, frutas secas e raízes empacotadas
23	124	Produtos do campo	Ovos, queijos, doces, rapaduras e outros
24	125	Embalagens	Embalagens diversas de papéis e plásticos
25	126	Produtos do campo	Ovos, queijos, doces, rapaduras e outros
26	127	Rei das Frutas – Hortifruti	Frutas e outros produtos
27	128	Produtos do campo	Ovos, queijos, doces, rapaduras e outros
28	129	Artesanato	Artesanatos
29	130	Artesanato	Artesanatos
30	131	Artesanato	Artesanatos
31	132	Produtos do campo	Ovos, queijos, doces, rapaduras e outros
32	147	Empório Caipira	Ovos, queijos, doces, rapaduras e outros
33	149	Produtos do campo	Ovos, queijos, doces, rapaduras e outros
34	150	Produtos do campo	Ovos, queijos, doces, rapaduras e outros
35	152	Produtos do campo	Ovos, queijos, doces, rapaduras e outros
36	153	Produtos do campo	Ovos, queijos, doces, rapaduras e outros
37	154	Calçados	Calçados e acessórios em couro e outros
38	155	Tabacaria	Tabacos fumos e acessórios
39	156	Tabacaria	Tabacos fumos e acessórios
40	157	Tabacaria	Tabacos, fumos e acessórios
41	159	Indiana Raízes	Raízes e garrafadas
42	163	Variedades	Chapéus e bolsas
43	165	Calce Bem	Calçados e bolsas em couro e outros
44	167	Lanchonete Central	Salgados e bebidas
45	168	Lia Restaurante	Comidas
46	170	Produtos naturais	Castanhas, frutas secas e raízes empacotadas
47	306	Calçados	Calçados diversos
48	310	Calçados	Calçados e acessórios diversos
49	146	Lanchonete Primo	Empadas, salgados e bebidas
50	145	Mercado Original	Empadas e bebidas
51	144	Empadas do Mário	Empadas e bebidas
52	143	Lanchonete Terra	Empadas e bebidas
53	142	Empada do Alberto	Empadas e Bebidas
54	141	Sabor Goiano Restaurante	Comida e bebidas

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No segundo pavimento ou piso 2, muitas salas foram fechadas, outras ganharam novo uso. Além disso, alguns comerciantes ampliaram seus espaços,

como o que trabalha com produtos naturais e faz uso de uma sala para estocar mercadorias. Existe sala em reforma também. Nesse piso é onde estão os açougues, armazém, mercearia, ferragista, utilidades para a casa, entre outras. O desenho do piso 2, cedido pela gerência administrativa do mercado, mostra como é a distribuição das bancas.

Figura 27. Desenho de distribuição de bancas – Piso 2



Fonte: Gerência Administrativa do Mercado Central/Prefeitura de Goiânia, 2023.

No piso 2, há um total de 20 bancas em funcionamento. Nota-se a reduzida circulação de pessoas no pavimento. Na pesquisa, foram contadas 10 bancas fechadas no piso 2 (números 204; 205; 206; 207; 215; 216; 217; 225; 240 e 200-A). A seguir, observa-se a relação de comércio e a quantidade de bancas utilizadas e sem uso.

Quadro 2. Tabela de bancas no Mercado Central de Goiânia - Piso 2

N.	Banca Nº	Nome	Produto
01	200	Mercearia Mineira	Diversos
02	201	Artigos religiosos	Velas, incensos e artigos religiosos
03	202	O Panelão	Utilidades necessárias para a casa
04	203	Casa Sete	Materiais de limpeza
05	212	Empório Central	Castanhas, suplementos e raízes empacotadas
06	213	Salão da Lú	Cabeleireira e manicure/pedicure
07	214	Empório Central	Estoque
08	218/219/220	Casa – 10 utilidades domésticas	Utilidades necessárias para a casa
09	227	Utilidades	Utilidades necessárias para a casa
10	229	Rações e Ferragista Mineira	Rações e diversos
11	231/232	Casa de Carnes do Delgado	Carnes nobres, bovinas, suínas e frangos
12	226	Armazém Cinco	Alimentos e higiene e utilidades para o lar
13	234	Massoterapia	Massagens
14	209	Bendita Cachaça	Em reforma para vender bebidas, antes funcionou um açougue.
15	235	Frios de Galo	Bebidas
16	233	Casas de Carnes Noronha	Carnes bovinas, suínas e frangos
19	211	Casa de Carnes Praça do Avião	Carnes bovinas, suínas e frangos
20	228	Roupas	Roupas infantis

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O terceiro pavimento ou piso 3 está desativado, devido as inadequadas e precárias condições que levaram aos problemas nas instalações sanitárias e hidráulicas. Sua última utilização foi o funcionamento de uma unidade do “Restaurante Popular”. Alguns permissionários relataram que antes do uso para o restaurante, o espaço foi usado pelos trabalhadores informais que expusessem

seus produtos a venda, numa tentativa de tirá-los de avenidas como a Anhanguera, tendo ficado no mercado pelo tempo de 1 ano.

2.2 Mercado Central de Goiânia – público e usos sociais

A construção do Mercado Central, em 1941, no início da fundação da nova capital goiana, passou a centralizar num só lugar da cidade os produtos que chegavam de zonas rurais e as mercadorias produzidas em regiões diferentes do país. A compreensão dada aos espaços dos mercados públicos é o da convivência social na qual a sociedade estabelece e constrói elementos de sua identidade cultural.

Isso porque, o espaço público do mercado é visto como um lugar que estabelece uma construção cultural e social que capaz de gerar encontros entre as pessoas e produzir relações interculturais locais. Esses elementos dão sustentação à construção social do sentimento de pertencimento comum, além do encontro do urbano com rural. No entanto, falta evidenciar os valores e significados subjetivos que simbolizam as relações culturais e sociais e o comércio desenvolvido mediante o estudo sobre os saberes e ofícios que detém sentidos do grupo ou comunidade (Ramos e Triska, 2019; Servilha e Doula, 2009).

O mercado é visto também como um lugar social por ser habitado por pessoas onde laços de afetividade também ajudam nas “relações de sobrevivência” (ARCHELA *apud* SERVILHA e DOULA, 2009, p. 124) mantidos nos vínculos familiares. A partir dessas relações, observa-se uma transmissão de conhecimentos e experiências tradicionais e populares passadas de uma geração a outra e que vão se tornando uma representação de como pode ser entendida a vida social e os costumes relacionados a determinados grupos.

É nessa dinâmica em que o mercado é compreendido a partir da vida social e dos costumes, que inserimos a entrevista do senhor Lázaro Ananias Sobrinho, de 66 anos de idade, um goianiense nascido no bairro Vila Nova. Ele começou a trabalhar no mercado aos 14 anos de idade, servindo café em uma lanchonete. Está no Mercado Central há 52 anos. Durante a sua jornada,

trabalhou com um dos produtores de empada, o saudoso senhor Alberto, momento em que aprendeu a fazer empadas, sendo ofício dele e família.

Figura 28: Lázaro Ananias, produtor de empadas na banca Lanchonete Terra



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

O senhor Lázaro, em um trecho da entrevista, lembra como era o ambiente nos primeiros anos do Mercado Central e menciona a frequência das pessoas que iam no local:

O mercado naquela época, só tinha o mercado mesmo, era um movimento muito louco muito, era muito muito movimentado, não tinha supermercado essas coisas, então as pessoas iam

sempre no mercado; era ponto de encontro, essas coisas todas, namoro até isso encontrava lá (Sobrinho, Lázaro Ananias, 2023, informação verbal).

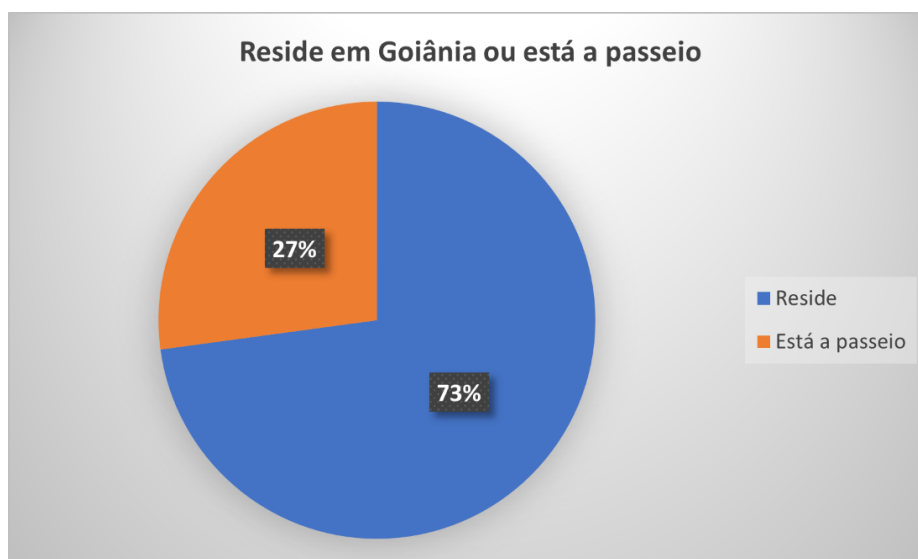
Além disso, em relação ao uso do espaço, destaca que não era somente para compras e vendas, era também para um momento social, de conversas. “As vezes as pessoas que vem aqui, as vezes vem aqui pra lanchar, conversar e tudo, parece um consultório psicológico (riso)” (Sobrinho, Lázaro Ananias, informação verbal).

Para Servilha e Doula (2009, p. 125), o mercado público é um ambiente repleto de encontros entre a cidade e o campo, feito pelas pessoas que constroem relação não somente de negócios, mas de amizades. E nessa abordagem sobre a importância atribuída ao mercado está agregada às relações sociais e econômicas pelas quais as pessoas construíram seja pela questão de sobrevivência, relações humanas, valores culturais presentes que são construídos, que sofrem modificações e com o passar dos anos se tornam estável o lugar que é social, é histórico e tem propriedades da cultura do grupo que o constitui e nessa formação de ocupação e uso do espaço é que se evidencia o “jogo das trocas” (Servilha; Doula, 2009, p. 127).

Assim, o contato social e a troca não é notada somente pela ação feita de se ter uma mercadoria e na contrapartida de pagar com o dinheiro. A permuta é evidenciada nas relações humanas feitas no contato social obtidas por conversas, seja pela procura e compra de um produto ou sua venda.

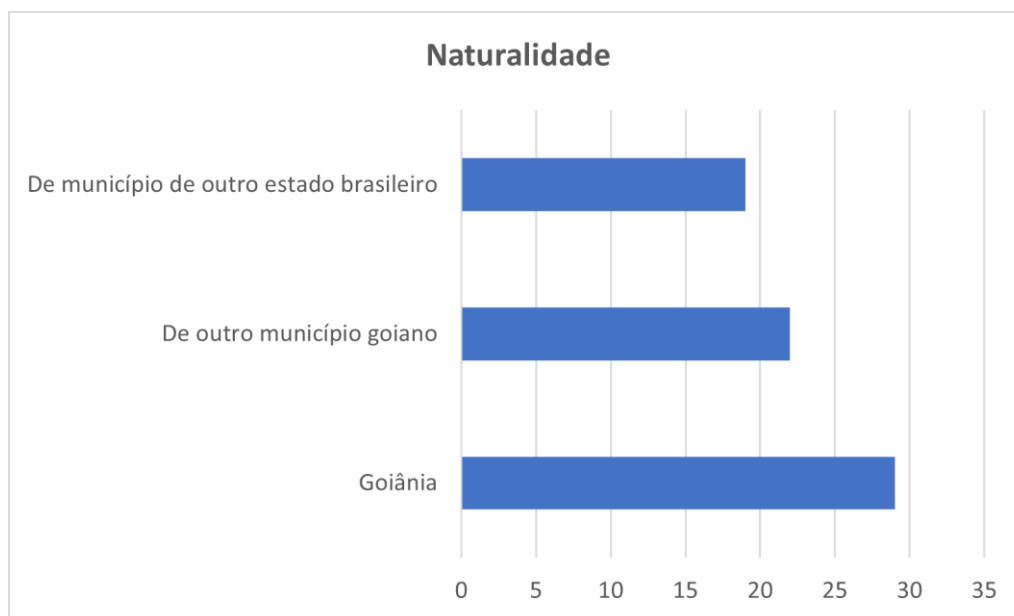
Na pesquisa, foi aplicado um questionário entre os dias 28 de abril a 31 de maio de 2023 com o intuito de conhecer o público que frequenta o Mercado Central. Na tentativa de evidenciar o perfil formador do público foi estipulado a quantidade de participantes para o questionário-entrevista de 70 pessoas de 19 a 84 anos. Os critérios abordados nas questões referem-se: à origem dos visitantes, ao gênero, ao hábito de fazer compras ou passear pelo mercado, às recordações em relação ao espaço e a quais produtos são comprados.

Em relação à origem do público que frequenta o Mercado Central, dos 70 entrevistados, 51 residem em Goiânia e 19 moram em outra localidade e estão na cidade à passeio ou trabalho, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Público do Mercado Central de Goiânia

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Assim, observa-se que o maior público do mercado em estudo vive na cidade de Goiânia. Quanto à naturalidade, das 70 pessoas, 29 nasceram em Goiânia, 22 em outro município goiano e 19 em outro estado.

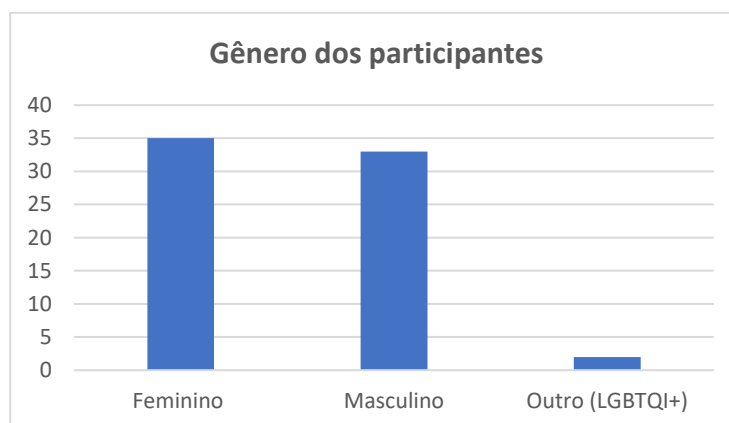
Gráfico 2: Origem dos visitantes do mercado

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A aplicação de questionário-entrevista com 70 participantes leva a compreensão do perfil do público que frequenta esse espaço de coletividade e de trocas de comunicação, além de busca por diferentes alimentos, vestuário e

calçados, entre outros. Na observação dos gêneros que apresentam maior ou menor quantidade de pessoas que procuram o mercado dos participantes 35 foram femininos, 33 masculinos e 2 LGBTQIA+²⁵. O Gráfico abaixo mostra essa variação:

Gráfico 3: Visitantes do mercado



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Notou-se ainda que o perfil do visitante varia entre 19 até 89 anos de idade. Além disso, há visitantes que procuram o mercado várias vezes durante a semana e outros raramente, como mostra o gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4: Faixa etária das pessoas que visitam o mercado



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

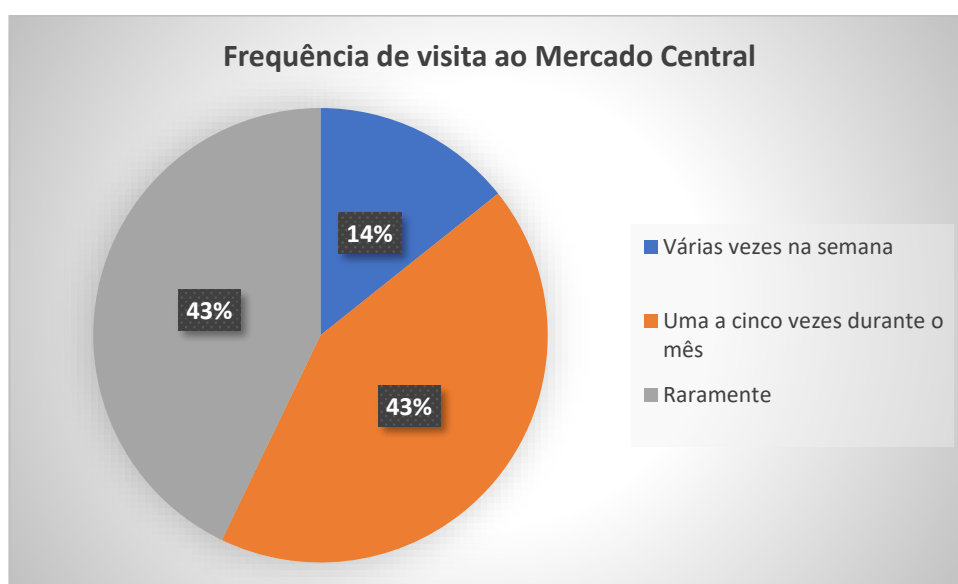
²⁵ A sigla LGBTQIA+ é usada como representatividade de diferentes grupos de pessoas que lutam por direitos e igualdade à diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero. Na década de 1990 a sigla foi ampliada de GLS (pessoas gays, lésbicas e simpatizantes), que teve atualização para a nomenclatura de LGBTQIA+, com significado de L -Lésbicas, G – Gays, B - Bissexuais, T- Transgênero, Q – Queer (transitam entre as noções de gênero, como as drag queens), I – Intersexo, A – Assexual e + o símbolo “mais” é utilizado para a inclusão de outras identidades de gênero e orientações sexuais.

Nesse aspecto, os mercados públicos são lugares atrativos pelas particularidades de costumes e práticas de suas funções no espaço, falada por Lopes e Vasconcelos, como sendo algo que dá vida a cidade, para a proposta da criação do urbano e social.

A vitalidade urbana produzida pelos mercados públicos é reconhecida pela concentração de atividades comerciais e pela convergência de indivíduos presentes nos lugares onde estes estão inseridos, qualificando os espaços públicos da cidade com a presença de pessoas em diferentes horários do dia (Jacobs *apud* Lopes e Vasconcelos, 2010)

O mercado permanece aberto de domingo a domingo. Com isso, a circulação de visitantes é constante diariamente e acontece com mais intensidade em alguns dias e dependendo do período mensal.

Gráfico 5: Frequências das idas ao Mercado Central



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A respeito da visita ao mercado, o servidor público, Agnaldo Jacobs, de 68 anos de idade, natural de Goiânia (GO), trabalha há 36 anos no mercado atuando como Diretor Administrativo, relata que são pessoas de Goiás e também de outros estados:

Eu creio que sessenta por cento são goianos, o restante é de outras partes do Brasil. É costume dos cidadãos visitando uma capital ir até o seu mercado municipal. Aqui recebe turista do

Brasil inteiro e alguns até de fora. Dias atrás nos recebemos uma comitiva da China aqui no mercado (Jacobs, Agnaldo, 2023, informação verbal).

A sociabilidade também se estabelece na rotina dos trabalhos que os permissionários executam nas atividades de venda de seus produtos, em contato com as pessoas que frequentam os mercados públicos a procura de alimentos, grãos, frutas, presentes, alimentos, carnes, entre outros produtos. Consequentemente, na busca por produtos facilmente encontrados nesses ambientes, há a formação de elos entre as pessoas que se tornam conhecidas pelos encontros e pelas conversas que revelam cumplicidades e discordâncias de escolhas de representantes políticos, times de futebol, preferências musicais, de diversão entre outras, numa variação de sons que os mercados públicos possuem (Braudel apud Servilha e Doula, 2009).

Nessa perspectiva, a partir da análise dos dados concedidos na pesquisa com 70 visitantes, observa-se que o Mercado Central de Goiânia é considerado para 69 pessoas como um lugar importante na cidade. Somente um entrevistado não opinou, conforme observa-se no gráfico a seguir:

Gráfico 6: A importância do Mercado Central para a cidade de Goiânia



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Costumes arraigados na população que se formou em Goiânia, é defendido por Haesbaert (1997) na necessidade de se pensar acerca da

territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, associados à globalização e fundamentais para compreendermos as práticas humanas. Em uma perspectiva, a migração provoca a desterritorialização, pois as pessoas são retiradas de seus locais de práticas que fundamentam seus modos de vida e sua existência. Porém, em outra perspectiva, embora ocorra a desterritorialização numa escala, se verifica a reterritorialização em outra, pois o migrante carrega estas mesmas práticas para que seja possível e suportável se acomodar em outro local, diferente do seu lugar de vivência.

A desterritorialização dos grupos de migrantes que se estabeleceram na cidade, vindos dos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e de vários municípios do estado de Goiás, caracteriza a construção de um território que passará a ter costumes e práticas de diferentes grupos migratórios, muitos deles de origem rural.

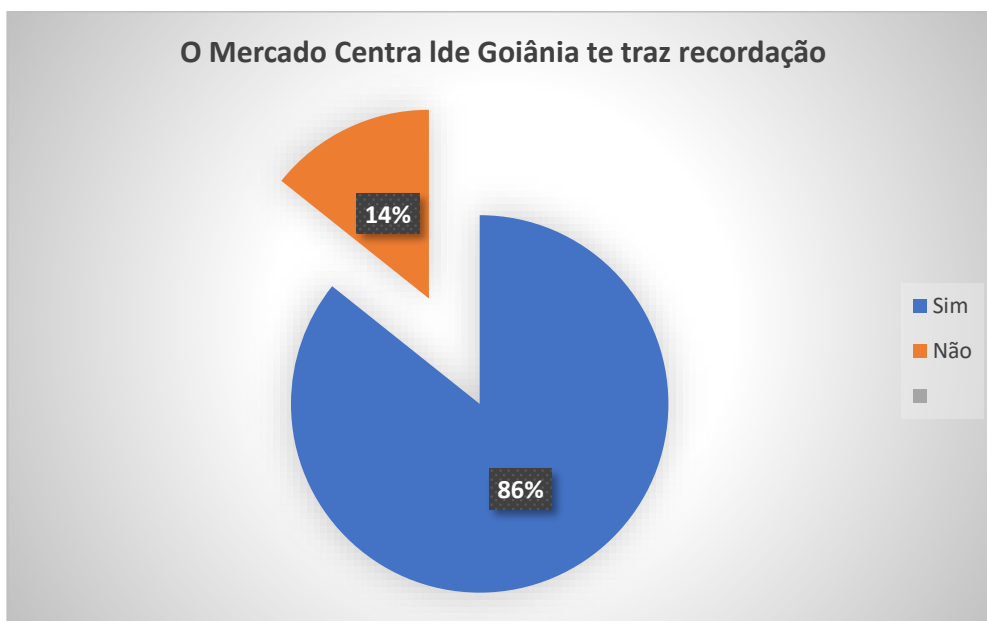
Nesse sentido, a reterritorialização do migrante, sua convivência com diferentes pessoas que também migram, principalmente nesse caso, de lugar em formação, reforça identidades, sejam elas percebidas no linguajar, nos gostos por determinados alimentos e suas formas de preparos, nas festas que são inseridas e revelam gostos musicais e danças, nas celebrações religiosas, destacando uma diversidade cultural que vai formando a identidade cultural do lugar.

Assim, o Mercado Central de Goiânia, pode ser compreendido como um espaço onde não há somente a comercialização ou trocas de produtos, as trocas que se tem são sociais, são de recordações e lembranças. E vai muito além quando passarmos a falar do patrimônio não palpável, redescoberto nos saberes transferidos de uma geração para outra.

Para Assmann (2011, p. 23), as bases de recordações podem ser históricas, biográficas e imagéticas, e em algumas situações podem não ser incluídas no processo da história oral. Tornam-se, assim, uma recordação silenciada, um “esquecimento como parte necessária do processo”. Trata-se de um construto ligado que precisa ser confirmado ou dito pelos grupos que elegem o patrimônio cultural como sendo o seu patrimônio, o que demonstra não ser algo imposto pelo poder público, mas sim uma escolha e direcionamento que o grupo pode fazer.

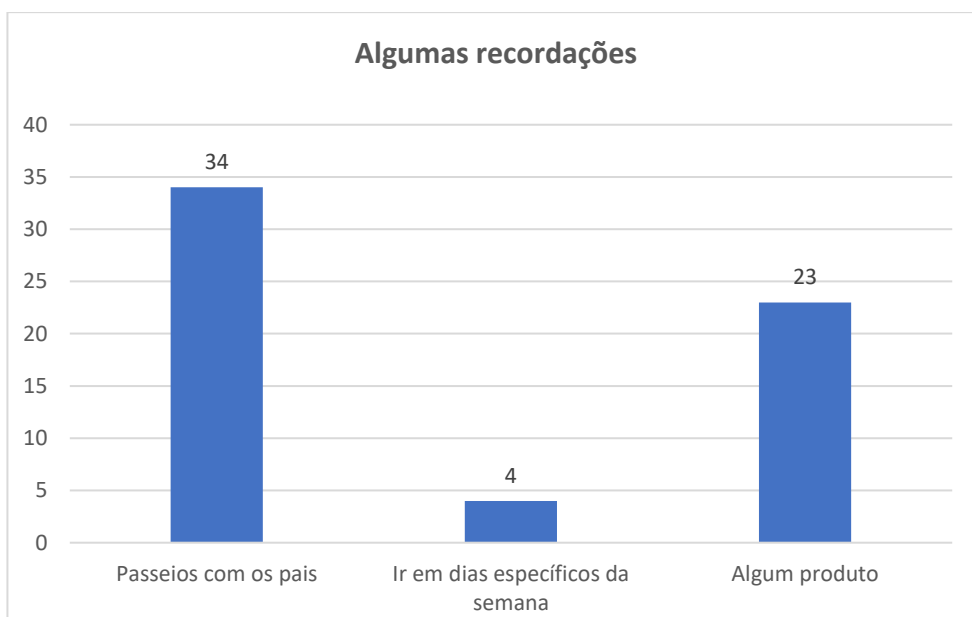
O Mercado Central traz recordações para 61 pessoas das 70 entrevistadas. Dentre esses, 34 relatam que o lugar os faz lembrar dos passeios com os pais, 23 ressaltam que o mercado traz memórias sobre algum produto e 4 relacionam o mercado com dias específicos da semana que visitam o local.

Gráfico 7: O mercado e as lembranças dos visitantes



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Gráfico 8: Rememorações em torno do mercado



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Nesse viés, observa-se que o mercado é um lugar onde as memórias são recordadas no ato e na reprodução de gostos, costumes e hábitos que pais passam aos seus filhos, sendo muitas vezes uma identidade presente na vida das pessoas. Como observamos na análise das recordações do senhor Valdivino de Paula Estanislau que trabalha com venda de frutas há 59 anos.

Figura 29. Valdivino de Paula – “Rei da Frutas”.



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Em meio às recordações de suas vivências no local, ao ser perguntado sobre o ofício que exerce, suas palavras mostram que a continuidade de atividades de trabalho que ele já desenvolve em grande parte de sua vida, não deixa de ser um legado presenciado por sua mãe.

Eu comecei a vender frutas porque minha mãe já vendia lá na roça e por causa da minha mãe mexer com isso eu me adaptei também e nunca parei de vender frutas. Noventa e nove por cento dá lucro e eu persisti e estou até hoje, e não me arrependo. A fruta para mim é o meu carro chefe de sobrevivência, porque o povo sempre com fome, né? No cotidiano há procura e sempre está vendendo. Nunca parei de mexer e não me arrependo não. (Estanislau, Valdivino de Paula, 2023, informação verbal).

Nesse aspecto, destaca-se a fala da Neuza Maria de Mendonça, de 62

anos, natural de Jussara (GO), da banca Lanchonete do Primo, ela começou a trabalhar com familiares a venda de salgados no Mercado Central, no final dos anos de 1970, quando funcionou no galpão do Centro Comercial, entre a Avenida Anhanguera e rua 4.

Figura 30. Lanchonete do Primo – Senhora Neuza é uma das detentoras do ofício de empadas e salgados



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Atualmente, ela e uma irmã, senhora Fátima, vendem empadas e outros salgados preparados por funcionários sob a supervisão das duas. Ela nos conta que trabalha no Mercado Central desde 1978: “na realidade eu comecei trabalhando com meu irmão trabalhando, depois foi meu pai e eu. Foi passando de família. E eu voltei para o mercado, nesse mercado aqui eu trabalhei até 1992, e depois eu voltei em maio de 2021 e estou até hoje” (Mendonça, Neuza Maria de, 2023, informação verbal). Durante o depoimento de Neuza Gonçalves, sua fala revelou como foi o início de seus trabalhos no Mercado Central.

Quando a gente veio para Goiânia, o mercado já era na rua 4 onde hoje é o camelódromo. Então essa lanchonete veio de lá. Começou com uma pastelaria, depois a gente foi incrementando, empada, outros salgados, mas foi em 1978 que a gente começou mesmo (Mendonça, Neuza Maria Gonçalves, 2023, informação verbal).

Dessa maneira, segundo Leidiana Oliveira (2018) o patrimônio cultural

não pode ser entendido como estático e que não tenha mobilidade, uma vez que ele sofre alterações sociais, porque é “um processo social que se modifica, se renova e que as diversas camadas sociais se apropriam desse patrimônio de formas distintas, estando ele assim também em um espaço de conflitos e lutas simbólicas.” (OLIVEIRA, 2018, p. 220)

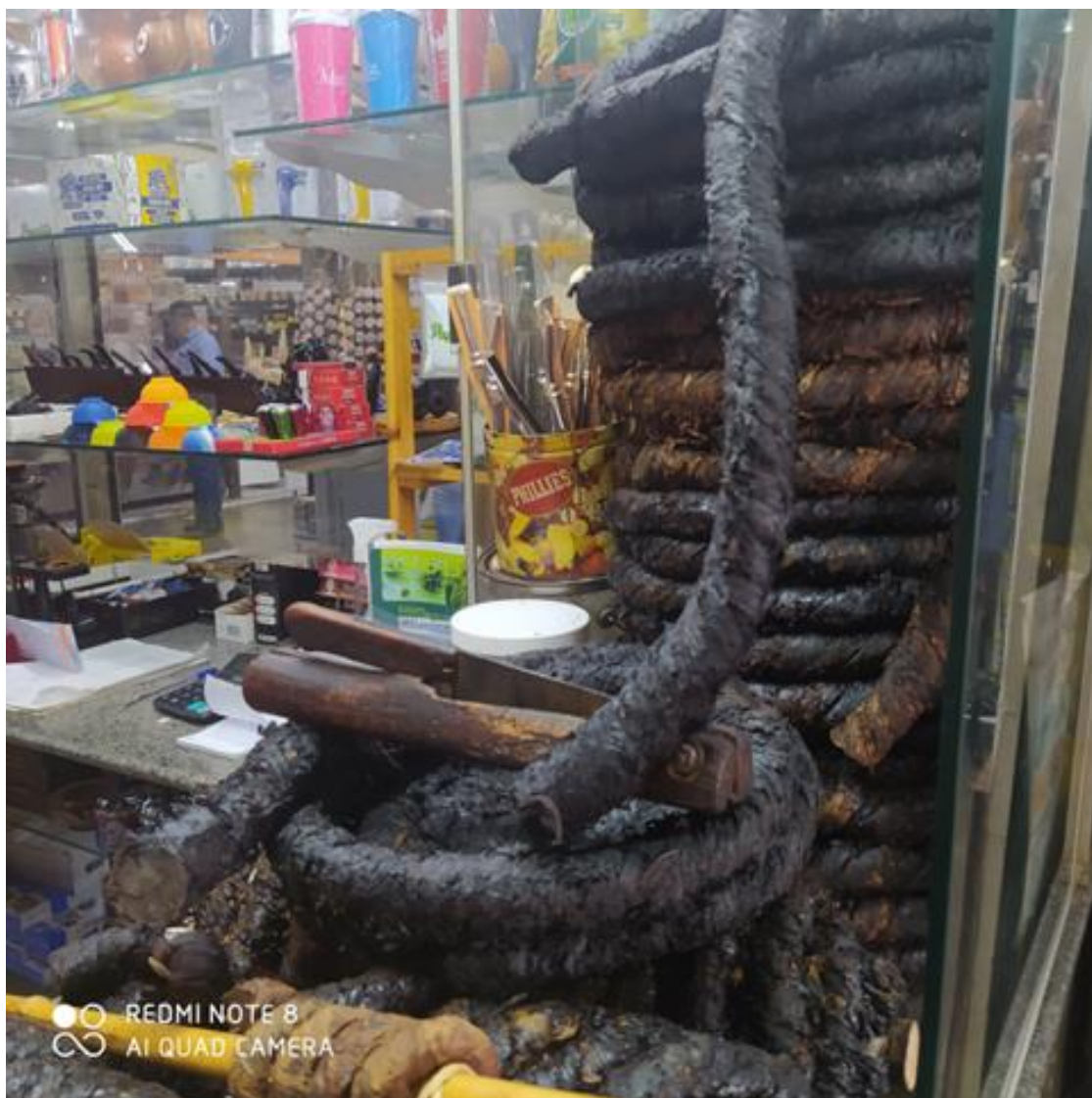
Conforme Aleida Assmann (2011, p. 23-24), numa abordagem cultural, a memória é explicada por mostrar que existe uma interação entre o que as pessoas herdaram e que são, devido a uma relação de dependência entre as práticas ritualísticas percebidas em seus hábitos e costumes. Tais práticas são ainda evidenciadas nos saberes e nas celebrações em suas relações com os lugares, consolidando a continuidade com os meios de comunicação e as mídias. Essa memória é chamada de “memória cultural” e evidencia o esforço de preservar a história, os vestígios, os rituais, os sons, os sabores, as cores que vão do passado para o futuro. As recordações da história e as vivências de comerciantes e visitantes são evidências que revelam as cores, aromas e saberes do passado vividos no Mercado Central de Goiânia, o que corrobora a construção da identidade cultural.

Outra participante da ação de educação patrimonial com suas lembranças e história do Mercado Central é a senhora Jaci Gonçalves, que comercializa fumos em rolo, tabacos e acessórios, há 45 anos. Trabalham ela e um filho com o comércio que ela chama de “teoricamente fumo de corda”, e que teve interferência da inserção de outros produtos chamados de acessórios, como a erva mate, o tererê e seus utensílios.

Seu pai, Geraldo Gonçalves, foi quem iniciou o comércio de tabaco no mercado: “Teve meu pai o fundador, Geraldo Gonçalves de Oliveira que trabalhou nas primeiras décadas do Mercado Central, que antes ele era no Parthenon Center” (Silva, Jaci Gonçalves da, 2023, informação verbal).

Somente seu pai, Geraldo Gonçalves, teve banca na edificação do mercado na rua 4 entre as décadas de 1940 a 1970. Do mesmo modo, exerceu o ofício durante o período em que o mercado funcionou no Centro Comercial, ambiente que ficou conhecido como improvisado, não sendo empecilho para que ela iniciasse e o tornasse seu meio de sobrevivência.

Figura 31. Fumo de rolo



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

As palavras de Jaci Gonçalves deixam transparecer a longa trajetória de trabalho, construída com persistência pelos permissionários.

Porque meu pai foi o fundador, e na fundação gasta muito tempo depois de fundado, né. Leva muito tempo para fazer o nome, 10, 15 anos. Era Tabacaria Jataí, depois ela passou a ser Tabacaria Central, devido ao nome do Mercado Central (Silva, Jaci Gonçalves da, 2023, informação verbal).

Costa e Castro (2008, p. 126) chamam a atenção de que o bem cultural não é estático e passa por uma ressignificação de conceitos de identidade e memória. O patrimônio deve ser visto e pensado como “um espaço em que se

constituem práticas sociais” (Costa; Castro, 2008, p. 126), como é o caso do Mercado Central de Goiânia, um lugar onde saberes singulares estão presentes em um dado espaço social, onde as práticas são vividas por laços familiares e estão enraizadas na cotidianidade de pessoas por seus costumes e hábitos.

A valorização dos bens culturais imateriais e dos “portadores de tradições culturais” (Costa; Castro, 2008, p. 127) é o que possibilita uma reflexão sobre os saberes tradicionais presentes no cotidiano do Mercado Central de Goiânia, um patrimônio cultural cujas memórias dão lugar aos sentidos de sua coletividade, dadas as tradições dos valores, das riquezas, dos conhecimentos e das práticas vivas desde os primeiros anos de fundação da capital goiana. Um pouco desse patrimônio é o que se pretende discutir.

2.3 Educação patrimonial e o inventário dos saberes no Mercado Central de Goiânia

Este poderia ser apenas mais um relato acerca da escolha do lugar, da edificação, dos produtos ou mercadorias comercializadas em um dos seis mercados construídos na capital goiana. Aqui, porém, aborda-se também os elementos que falam de histórias de vida, de pessoas que reproduzem conhecimentos e modelos de sobrevivência familiar adaptadas ao tempo presente.

Desse modo, as pesquisas no campo do Patrimônio Imaterial envolvem a descoberta de parte da vida das pessoas, sendo esse “processo dialógico que [...] produz e conhece as referências culturais dos mestres da cultura popular, parteiras, contadores de histórias, artesãos, cirandeiros, entre outros” (Florêncio et al, 2016, p.9).

Também é importante buscar mais informações com professores, estudiosos e pessoas que trabalham em instituições de cultura. Assim, “é importante saber quais são os bens patrimoniais culturais reconhecidos oficialmente em seu estado e cidade” (Florêncio et al, 2016, p.9). O inventário é uma atividade de educação patrimonial que envolve conversa, diálogos entre as instituições e as comunidades produtoras e detentoras das referências culturais

a serem inventariadas, sem haver a pretensão, contudo, de formalizar o reconhecimento institucional por parte dos órgãos oficiais de preservação.

Cabe esclarecer que a educação patrimonial é um processo de mediação que busca por meio do diálogo com as pessoas que, cotidianamente, são os atores responsáveis por deter conhecimentos de saberes e fazeres de ofícios e manifestações culturais. O que se pretende não é ensinar sobre os conceitos atrelados ao Patrimônio Cultural, mas possibilitar a compreensão dos valores e significados que o grupo considera como sendo representativo das suas tradições, as quais persistem de pais para filhos.

Por isso, as ações de educação patrimonial propõem, conforme afirma Tolentino, o “[...] conhecimento como uma ação mediadora a partir de uma construção coletiva e dialógica” (Tolentino, 2016, p. 41). Assim, se exercita a escuta qualificada das falas de pessoas que detêm e daqueles que por hábitos e tradições mantêm os saberes tradicionais. Em complemento a essa perspectiva, na ótica de Florêncio (2014, p. 22), “Os diferentes contextos culturais em que as pessoas vivem são, também, contextos educativos que formam e moldam os jeitos de ser e estar no mundo”.

Em essência, a educação patrimonial é um direito social que contribui para o exercício da cidadania por intermédio da valorização dos processos de patrimonialização. Além disso, é considerada também “[...] como o direito de promover a apropriação social do patrimônio” (Scifoni, 2019, p. 30). Assim sendo, a relevância da educação patrimonial é marcada pela presença em processos educativos formais em unidades escolares, bem como em ambientes formativos não formais, como é o caso do Mercado Central de Goiânia.

As ações de educação patrimonial propõem o “[...] conhecimento como uma ação mediadora a partir de uma construção coletiva e dialógica” (Tolentino, 2016, p. 41). Assim, se exercita uma escuta qualificada das falas de pessoas que detêm e daqueles que mantêm os saberes tradicionais por meio de hábitos e tradições, como o senhor Joel Brito, de 70 anos de idade, que herdou o comércio de vendas de sandálias de artesanato de couro do pai que trabalhava com a venda do mesmo artigo. Ele exerce esse ofício por 50 anos.

Na rua 4 naquela época não existia shoppings. Nem supermercados. O único supermercado que existia na época era

o “Servi Lar”. Esse Servi Lar, na época, era de um prefeito de Goiânia, esse prefeito já até morreu. Não lembro o nome dele. Ele queria ter acabado com o mercado. Mercado aqui em Goiânia se eu não estou enganado são sete parece. Servi Lar é antigo (Brito, Joel de Souza, 2023, informação verbal).

Em sua banca, em meio às cores e ao aroma que o couro exala, o senhor Joel relata que trabalha no Mercado Central, desde sua existência, na primeira edificação construída na rua 4, no Centro. Suas recordações em algumas falas trazem à tona a comparação do passado com o tempo presente.

Figura 32. Exposição de calçados em couro na banca “Calce - Bem”, propriedade do Joel.



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Figura 33. Sandália em couro da banca “Calce – Bem”



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Cabe esclarecer que a educação patrimonial é um processo de mediação que busca por meio do diálogo com as pessoas que, cotidianamente, são os atores responsáveis por deter conhecimentos de saberes e fazeres de ofícios e manifestações culturais. O que se pretende não é ensinar sobre os conceitos atrelados ao Patrimônio Cultural, mas possibilitar que a identidade e a compreensão de quais valores e significados que o grupo considera como sendo representativo das suas tradições, as quais persistem de pais para filhos.

Por isso, as ações de educação patrimonial propõem, conforme afirma Tolentino, o “[...] conhecimento como uma ação mediadora a partir de uma

construção coletiva e dialógica” (Tolentino, 2016, p. 41). Assim, se exercita a escuta qualificada das falas de pessoas que detém e daqueles que por hábitos e tradições mantém os saberes tradicionais. Em complemento a essa perspectiva, na ótica de Florêncio et al (2014, p. 22), “Os diferentes contextos culturais em que as pessoas vivem são, também, contextos educativos que formam e moldam os jeitos de ser e estar no mundo”.

Sabe-se que a educação é um direito de todos, e para o patrimônio cultural, a proposta não é ensinar conceitos prontos e fórmulas como sendo verdades absolutas. Segundo Soares (2009, p. 35), o direito ao desenvolvimento tem compatibilidade com outros instrumentos que garantem a liberdade e os direitos fundamentais. Ao propor a participação social para a identificação do patrimônio, segue-se o entendimento de que faz parte do patrimônio cultural proporcionar momentos e atividades que promovam o diálogo, a construção e a descoberta de elementos que sejam identificados e reconhecidos pelas pessoas como sendo patrimônio de grupos sociais e comunidades.

Ademais, a educação patrimonial é uma das formas de divulgação e possibilidade de desenvolvimento de projetos. É muito importante a participação dos protagonistas de saberes, ofícios, celebrações, entre outras manifestações culturais como a gastronomia, festas, literatura, criações artísticas e muito mais.

Com base nas metodologias já aplicadas em diversas pesquisas, o “inventário é, primordialmente, uma atividade de educação patrimonial” (Florêncio et al, 2016, p.11), uma vez que o inventário participativo possibilita “coletar e organizar informações”, contando com a participação da comunidade do Mercado Central de Goiânia, numa construção dialógica em que as memórias e identidades afetivas que interligam as pessoas, que faz referência do espaço de vida e forma o patrimônio local.

O inventário é parte de um princípio constitucional de direito a cultura, segundo o artigo 216 da Constituição de 1988. No entanto, com efeito para proteção esse instrumento está associado à uma construção que levou vários anos de pesquisa tendo chegado ao estudo do conceito designado como “referências culturais” que diz respeito ou se busca enfatizar “a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais” (Iphan, 2000, p. 13).

Assim, as vozes dos sujeitos protagonistas passam a serem ouvidas, uma vez que suas práticas sociais despertam interesse de serem inventariadas. E consideram que as comunidades estão e existem em diferentes lugares: nos centros urbanos, no campo, nas comunidades quilombolas, nas comunidades indígenas etc. Essas comunidades desenvolvem saberes e ofícios e para identificá-los e enunciá-los, é imprescindível o contato direto com pessoas pertencentes a esses grupos (Iphan, 2000).

Como forma de identificar e documentar as referências culturais foram estabelecido o “Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC”, de 2000, que tem como objetivos identificar, documentar, apreender quais os sentidos e significados que a comunidade revelará e, assim, podem ser elaboradas as diretrizes para a preservação tendo como meio o inventário participativo. (IPHAN, 2000)

Para Florêncio et al (2016), a perspectiva proposta pelo inventário participativo é também a da construção dialógica do conhecimento, do aprendizado e preservação contante, da valorização dos sujeitos como cidadãos, como participantes sociais e protagonistas que mantêm não somente a qualidade de vida, mas a memória, história, os saberes, os ofícios, as celebrações, enfim são eles que podem definir o patrimônio cultural.

Em 2012, o IPHAN, fez uma experiência utilizando o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, com o Inventário Pedagógico, para atividade de Educação Patrimonial do Programa Mais Educação, do Ministério da Educação. A proposta era trabalhar nas comunidades temas culturais que fossem “inventários participativos” (Florêncio et al, 2016, p. 6).

O Inventário Participativo, criado a partir das experiências do Inventário Nacional de Referências Culturais e do Programa Mais Educação, é um instrumento otimizador não por ser um ato administrativo, mas por possibilitar que o pesquisador fique em contato direto com a comunidade, onde é possível e se confirma a construção dialógica e a participação cultural e social. O sujeito é o protagonista no processo social de escolha do patrimônio cultural, começando pelo lugar onde ele vive e estabelece suas relações culturais, sociais e históricas. Sobre o que é inventariar Sônia Florêncio fala da seguinte maneira:

Inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que forma o patrimônio local (Florêncio et al, 2016, p. 7).

O patrimônio cultural é coletivo e interliga as pessoas porque são elas que formam e estabelecem as referências culturais e compartilham memórias, histórias, fotografias, saberes, lugares e festas que as identificam e as reveladas como protagonistas de territórios para o inventário participativo (Florêncio et al, 2016).

No processo de mapeamento dos saberes no Mercado Central de Goiânia, não foi realizado o Inventário Participativo, que requer como um dos principais critérios a presença de uma equipe responsável pelo mapeamento. Além disso, a comunidade deverá indicar membros do grupo que deverão integrar a equipe e os representar na realização do inventário. E é uma atividade que demanda um tempo demasiadamente extenso quando se compara com os anos disponíveis para a conclusão do Mestrado.

Assim, na pesquisa acadêmica, não foi possível contar com uma equipe para a realização de um inventário participativo. Do mesmo modo, tivemos dificuldades em realizar rodas de memórias/conversas com o máximo de permissionários que não tiveram disponibilidade em participar em função de não poderem deixar o comércio para reunir em outro ambiente do mercado. Assim, as entrevistas foram realizadas individualmente e seguindo os horários por eles definidos. Nesse sentido, optamos por recorrer aos princípios do inventário participativo, por exemplo, realizar um estudo que mantém a essência dessa metodologia de educação patrimonial: a comunidade detentora das referências culturais é que indicará o que considera como seu patrimônio cultural. Assim, nosso trabalho prima em ser dialógico, participativo, democrático com foco nas memórias, nos saberes e nos costumes arraigados na comunidade protagonista do Mercado Central de Goiânia, uma referência importante em Goiânia e no estado de Goiás.

Desse modo, na pesquisa, valorizam-se as relações, os atos e os vínculos em função do contexto cultural demarcado pelo Mercado Central de Goiânia, considerando as subjetividades dos sujeitos.

2.3.1 O ofício de raizeiro no mercado: a produção e venda de garrafadas

Relacionado no viés comercial, o Mercado Central tem outro aspecto que se destaca nesta análise, que diz respeito à sua identidade histórico cultural evidenciadas nos saberes que “podem ter sentido prático ou ritual e que, às vezes, até reúnem as duas dimensões” (Florêncio et al, 2016, p. 68). Nesse caso, os ofícios ou saberes e fazeres selecionados nesse inventário relacionam-se ao preparo de garrafadas de ervas medicinais e de empadas, conhecimentos adquiridos e transferidos de forma involuntária no convívio e que garantem a sobrevivência familiar.

Ofícios e modos de fazer, ou seja, as atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas) reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Este item refere-se à produção de objetos e à prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais, indistintamente. Entre estes encontram-se a carpintaria no sul da Bahia, a confecção de panelas de barro no Espírito Santo, a manipulação de plantas medicinais na Amazônia, a culinária em Goiás Velho, o benzimento nas várias regiões do país, as variantes regionais de técnicas construtivas, do processamento da mandioca ou da destilação da cana, entre muitos outros. Tal como no caso anterior, os modos de fazer não serão inventariados em abstrato, mas através da prática de determinados executantes (INRC, 2000).

Há saberes que revelam aspectos importantes sobre o lugar onde ele está estabelecido, pois ocorrem pelas relações de convivência com o meio ambiente e a interação das pessoas que são as mediadoras na apropriação de práticas de ofícios e no conhecimento de quais são as técnicas, a matéria-prima necessária e a quantidade a ser utilizada. Assim, os saberes dizem respeito à história social, à econômica e às memórias daqueles que detêm o conhecimento sobre o saber-fazer.

Alguns saberes e práticas explicam muito da história de uma comunidade. As que têm um forte vínculo com o campo, por exemplo, podem ter como referência o ofício de vaqueiro ou o de aboiador, outras podem ainda desenvolver práticas e

técnicas usadas desde muito tempo por populações que habitavam o território e que não existem mais. Algumas práticas estão presentes em muitos lugares, mas se desenvolvem de maneira diferente em cada um, como as formas de cultivo e uso da mandioca ou destilação da cana (Florêncio et al, 2016, p. 36).

Nesse contexto, o Inventário realizado com os detentores de saberes no Mercado Central evidencia histórias de vida de pessoas com as quais a continuidade do ofício é notada em diferentes graus de parentesco. Possibilita também compreender as alterações e as adaptações que ocorrem ao longo dos anos, além de revelar se há variação de um lugar para outro. A concepção de saberes pode ser definida como

A realização de um produto ou serviço envolve técnicas e conhecimentos próprios que podem se constituir em referências culturais para o grupo, como a receita de uma comida, ou uma técnica especial empregada para tocar ou produzir um instrumento musical. São saberes que podem ter sentido prático ou ritual e que, às vezes, até vezes, até reúnem as duas dimensões. É o caso dos métodos relacionados à cura, presentes nas benzeduras ou pajelanças. Tais saberes envolvem o conhecimento de técnicas e matérias-primas que dizem muito sobre o meio ambiente e o modo como as pessoas interagem com ele. Por exemplo, os ofícios tradicionais de pescador, quebradeira de coco de babaçu, catadores de açai, garimpeiro, seringueiro; ou a maneira de construir uma casa de taipa, adobe, ou madeira, como nas palafitas etc. (Florêncio et al, 2016, p.68).

O depoimento das vendedoras de raízes medicinais, Ivanete Lima de Brito e Maria Ednalva, que trabalham no Mercado com vendas de garrafadas preparadas por elas mesmas, mostram o vínculo de referência com o bem cultural marcadas pela história familiar atreladas à existência do Mercado Central.

Ivanete Lima de Brito, natural de Pedro Afonso - Tocantins, tem 62 anos, sendo que 52 anos desse tempo já foram vividos em Goiânia e são 25 anos de trabalho no mercado. Em seu relato, conta como adquiriu o saber-fazer garrafadas com sua mãe. Na figura 34, Ivanete mostra fotografia da mãe Alderina Lima de Brito publicada em um caderno de consulta sobre raizeiros.

Quem começou foi minha mãe. Ela mexia com ervas, raízes, agora é que tô mexendo com outros produtos, mas sempre mexi com ervas, mel, hoje é que eu trabalho com produtos naturais. Minha mãe começou a trabalhar com ervas lá no antigo camelódromo, onde é o camelódromo lá, começou lá só que na época eu não trabalhava lá, depois é que ela veio pra cá que eu comecei a trabalhar aqui (Brito, Ivanete Lima de, 2023, informação verbal).

Figura 34. Ivanete Brito mostra fotografia da mãe Alderina estampada em revista.



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Figura 35. Garrafada para “saúde da mulher” preparada pela Ivanete Brito.



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

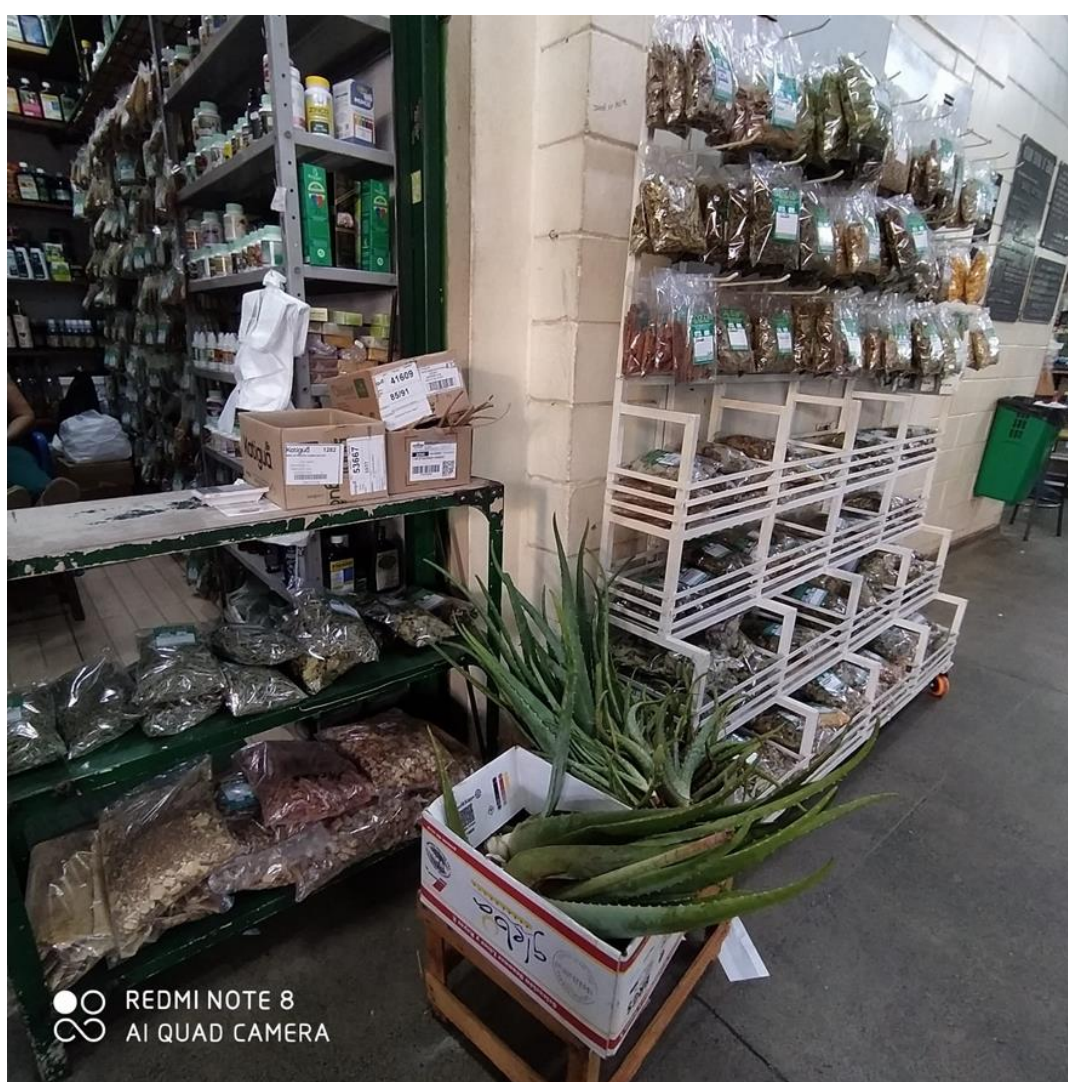
Figura 36. Garrafadas preparadas por Ivanete Brito - Mercado Central de Goiânia.



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

As bancas de raízes exalam cheiros variados de ervas. E, em meio a uma diversidade de embalagens e cestos carregados de frutos medicinais, encontram-se as detentoras de saberes, munidas de um aprendizado popular que se complementa com a simplicidade, a simpatia acolhedora e a esperança de poder ajudar pessoas. As garrafadas são feitas por esse “patrimônio vivo” (Iphan, 2012, p. 81), expressão que se pode dar a permissionários e permissionárias do Mercado Central de Goiânia.

Figura 37. “Banca nº 101 - Raízes” Mercado Central de Goiânia (GO)



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

As garrafadas têm finalidades distintas. Para o preparo, há necessidade de se ter conhecimento da erva e da quantidade indicada para a manipulação. São procuradas para interesses diversos, por isso há diferentes garrafadas. A

Ivanete Brito, de 62 anos de idade, uma das detentoras do saber adquirido com a mãe, fala sobre a tradição das garrafadas que vem se firmando há décadas no Mercado Central de Goiânia.

Ivanete Brito ressalta ainda as diferenças identificadas nos ingredientes entre as receitas das garrafadas para mulheres e homens.

A garrafada para mulher leva mama-cadela, unha de gato, uxi-amarelo, carobinha tudo leva na garrafada e pé-de-perdiz. Pé-de-perdiz, se não tiver pé-de-perdiz aí não sara qualquer inflamação da mulher, né, se não tiver pé-de-perdiz. É uma raiz importante que a gente usa na garrafada “Saúde da Mulher”. [...] Tem garrafadas para homens também. Tem a “Saúde do Homem”, tem pra próstata, pra reumatismo também, leva outros tipos de ervas diferentes da “Saúde da Mulher”. (Brito, Ivanete Lima, 2023, informação verbal)

As bancas de produtos com ervas medicinais e garrafadas são procuradas todos os dias. Os permissionários e as permissionárias são pessoas que aprenderam com seus familiares e dão continuidade no conhecimento específico e apropriado de ervas e na especificidade atribuída para o preparo de garrafadas, embora nos últimos anos tiveram que inserir outros produtos que não sejam ervas. A respeito dos ingredientes no preparo de uma outra garrafada, Ivanete indica ainda a composição das ervas utilizadas, por exemplo, no tratamento dos rins:

A gente usa a douradinha, sofre-dos-rins-quem-quer, a gente usa a caninha do brejo, cavalinha, esporão de galo e tem outras ervas que vai também pra saúde dos rins. [...] É um pacotinho [...] Essa daqui oh, ela vai na composição dela é: salsaparrilha, quebra pedra, cana do brejo, cavalinha, douradinha, sofre-dos-rins-quem-quer e chapéu de couro e granberry, saúde dos rins. A gente coloca o vinho quando a pessoa pode beber o vinho, igual eu vendi uma garrafada para uma pessoa eu coloquei o suco de uva porque a pessoa não pode com o álcool, então a gente coloca o suco de uva, faz com água inglesa também, também, porque tem pessoas que dizem que não podem com o álcool, mas eu quero uma garrafada você faz pra mim. Eu falo eu faço, aí eu faço com o suco da uva ou água inglesa. (Brito, Ivanete Lima, 2023, informação verbal).

A mesma prática no conhecimento do preparo das garrafadas é prestada pela detentora Maria Ednalva de Souza, Mineira, de 48 anos. Há 30 anos

trabalha no Mercado Central onde aprendeu a fazer garrafadas com uma tia que tinha banca na década de 1970, quando funcionou no galpão à espera do prédio novo.

Figura 38. Garrafadas preparadas por Maria Ednalva.



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Ela conta quais são as raízes utilizadas em um tipo específico de garrafada.

As garrafadas é assim. Eu faço, por exemplo, eu faço elas. Você quer saber as raízes que tem na garrafada? Vamos supor que o cliente chega aqui e ele quer uma garrafada. Uma mulher quer uma garrafada para infecção. Aí ela pergunta pra mim. O que vai em uma garrafada pra infecção? Na garrafada vai as ervas: pé-de-perdiz, velame branco, unha-de-gato, uxi-amarelo, folha de trançagem e velame branco. São as raízes que vai numa garrafada. Eu preparo ela. Eu vou é uma garrafa de um litro e

quatrocentos é uma garrafa de é uma garrafa de vinho de 750ml, aí eu intercalo as raízes coloco todas as raízes colando uma sobre a outra todas as raízes, raiz todinha, aí eu venho com a outra garrafa. (Souza, Maria Ednalva de, 2023, informação verbal)

O ofício das garrafadas na família de Maria Ednalva não foi uma herança dada somente a ela, mas para mais dois filhos de seu irmão, “Josenilton e Danúbia”, que também trabalharam e aprenderam a fazer garrafada com a tia no mercado, como ela contou durante o depoimento concedido no dia 18 de abril de 2023.

Com isso, observa-se que o contexto familiar narrado evidencia as experiências e os conhecimentos que a tia obtinha e que foram transferidos aos sobrinhos. Também é importante apontar que, no caso de Maria Ednalva, ela própria ressaltou que o que aprendeu permitiu sua permanência no mercado, trabalhando com vendas de ervas e garrafadas.

Figura 39. “Banca 112 - Armazém das Ervas” (Maria Ednalva)



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Assim, o conhecimento popular transmitido no convívio familiar e passado de uma geração para outra, mostra-se a atividade mantenedora na atualidade, como o preparo de garrafadas e empadas comercializadas no Mercado Central de Goiânia, assim como outros saberes e ofícios reconhecidos no país, como o ofício das Baianas do Acarajé realizado por mulheres “é o meio de vida para mulheres e uma profissão que sustenta muitas famílias” (Iphan, 2018, p. 81).

Além das contribuições de Ivanete Brito e Maria Ednalva, que concordaram em participar do Inventário dos saberes no Mercado Central, o mapeamento identificou outras duas pessoas que preparam garrafadas. No entanto, não participaram em decorrência de tratamento de saúde, sendo uma senhora por nome de Cida, banca 101, com o nome de “Raízes”, em funcionamento com atendimento de uma funcionária. A outra banca é a de número 159, “Indiana Raízes”, do permissionário Otávio, na qual quem trabalha é sua filha. Embora essas pessoas não consigam estar no mercado rotineiramente, as garrafadas em venda nas bancas são preparadas por elas.

2.3.2 Saberes e fazeres no preparo das empadas no Mercado Central de Goiânia

Lanchonetes e restaurantes exalam os aromas de temperos das empadas que destacam uma área no primeiro pavimento ou piso 1. É o ambiente do mercado onde os visitantes e os moradores da cidade podem saborear as empadas, os lanches e as refeições vendidos no Mercado Central. Desde os primeiros anos, na década de 1940, na construção da rua 4, as empadas eram produzidas pelos pioneiros Mário e Alberto. Atualmente, familiares dão continuidade ao preparo e à venda nas bancas que têm seus nomes como forma de homenageá-los.

Cinco bancas vendem empadas, sendo elas: Lanchonete do Primo; Mercado Original; Empadas do Mário; Lanchonete da Terra e Empada do Alberto. Compondo a área de alimentação juntamente com as bancas de empadas estão os restaurantes Lia Restaurante e Sabor Goiano Restaurante e a Lanchonete Central que não vende empadas.

Figura 40. Área de alimentação do Mercado Central



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Figura 41. Lia Restaurante



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Diferentes recheios são preparados, mas os recheios de frango são classificados pelos permissionários como receita clássica ou tradicional. É um dos mais procurados pelo público. Além dessa opção, há sempre à venda as empadas de camarão, carne seca, frango com pequi, frango com gueroba, entre outras.

O produtor de empadas, Marcos Tavares, nasceu em Goiânia, no ano de 1960. É um dos detentores de saber no preparo de empadas, ofício que aprendeu com os pais. Ele narra resumidamente como são as etapas de preparo das empadas que é receita de família.

Olha por incrível que pareça a empada pra ser feita leva vários processos, ela não é simples. Você precisa fritar frango; desfiar frango; pra depois fazer molho; introduzir os recheios dos molhos; abrir; encher a empadinha; depois tem que fazer a tampinha, fechar. É um processo bem longo, mas é bacana. É [...], ele dá um resultado bom. [...] É de minha mãe. Bom, a empada é uma iguaria de Goiás, claro! Mas, a receita que nós trabalhamos foi minha mãe que introduziu e a gente copia ela até hoje. (Tavares, Marcos de Paula, 2023, informação verbal).

Figura 42. Depoimento de Marcos Tavares no Mercado Central



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

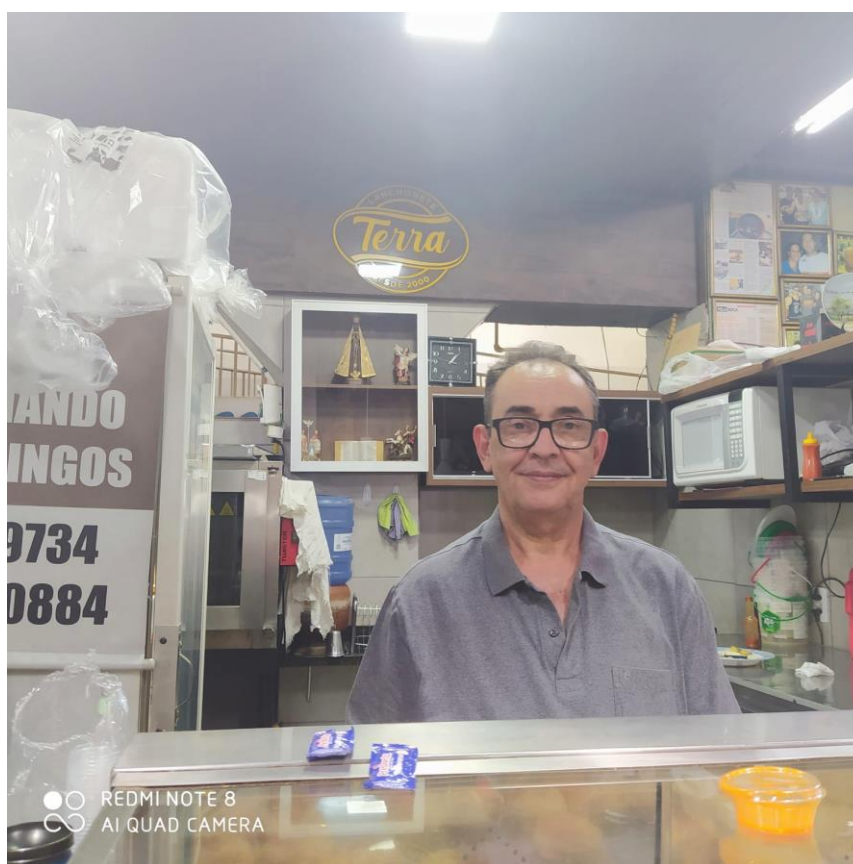
Nesse contexto, de posse dos conceitos de memória, patrimônio cultural e educação patrimonial explicações, buscou-se entender as interações das categorias do patrimônio cultural vinculadas no cotidiano de grupos ou comunidades.

O Mercado Central de Goiânia é um lugar que desperta interesses diversos, seja para comércio, seja para visitação e passeio, tanto pelos moradores da cidade quanto pelas pessoas que estão apenas de passagem e

procuram conhecer nesse espaço um pouco das tradições local que podem ser notadas. Contudo, o mercado tem uma importância que não se refere somente à sua localização que contextualiza com a história da cidade, as práticas e os hábitos da comunidade local. Ele possibilita também a formação de uma memória cultural, que vai sendo construída ou reconstruída ao longo do tempo, numa visão de memória cultural integradora.

O senhor Lázaro Ananias, de 66 anos, de Goiânia (GO), trabalha no mercado há 52 anos e iniciou no mercado na sua primeira edificação quando funcionou na rua 4. Trabalhou como atendente por 4 anos em um café e por 26 anos na lanchonete de seu cunhado, Alberto, vendedor de empadas. Atualmente, prepara empadas juntamente com a família da esposa Maria Gorete Alexandre e o filho Mateus Alexandre Siqueira Ananias, além de funcionários que trabalham na sua banca.

Figura 43. Depoimento de Lázaro Ananias durante o Inventário dos saberes no Mercado Central



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Ao falar dos elogios que os clientes fazem sobre as empadas, o senhor Lázaro diz que “Esse tipo de massa da empada você não encontra fácil por aí não. É só aqui no mercado. Porque esse tipo de massa é lá de Goiás Velho (Sobrinho, Lázaro Ananias, 2023, informação verbal).

Esse depoimento corrobora o que defende Maria Acselrad (2012, p. 87), que diz: “A transmissão dos saberes encontra-se em vigor, tendo como base características próprias, acontecendo de forma direcionada, cotidiana, familiar e contínua”.

Assim, percebe-se na maneira popular que as questões sociais e econômicas foram se construindo no mercado em que conhecimentos são passados de pais para filhos com o ofício de empadas. Esse também é o caso de Neuza Maria de Mendonça, da Lanchonete do Primo. Ela tem 62 anos. Começou a trabalhar no mercado quando funcionou provisoriamente no galpão, no ano de 1978, onde trabalhou em uma pastelaria. Somente anos depois passaram a fazer empadas e outros salgados.

Sobre o preparo de empadas, Neuza Maria de Mendonça responde da seguinte maneira: “As empadas, elas também têm a medida certa. As empadinhas, eu não tenho a receita delas aqui. As funcionárias têm as medidas certinhas, mas eu guardo a receita comigo” (Mendonça, Neuza Maria, 2023, informação verbal).

Em relação aos produtos comercializados no mercado, os 70 entrevistados indicaram o que mais procuram, sinalando muitas vezes mais de uma opção: 54 marcaram a opção Alimentação (grãos, doces, queijos, verduras, frutas entre outros); 41 escolheram os lanches; 23 sinalaram refeições; 21 para compra de presentes; 38 em busca de raízes e ervas; 11 para comprar roupas e 7 indicaram outros como tabaco. As duas primeiras colunas do gráfico a seguir demonstram que alimentação e lanches estão entre os produtos mais procurados pelas pessoas que visitam o Mercado Central.

Gráfico 9: Produtos mais procurados

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Cabe ainda ressaltar que há uma certa insegurança em falar sobre o preparo por parte dos permissionários. Isso se dá devido ao cumprimento de uma recomendação feita pelo departamento de Vigilância Sanitária Municipal. A recorrente falta de manutenção e cuidados leva a condições precárias que se arrastam há anos nos ambientes de mercados públicos, o que torna o local impróprio à preparação de empadas nas dependências internas. Por isso, são feitas em cozinhas de ambientes ou imóveis fora do mercado e somente assadas nas bancas.

3. VÍDEO DOCUMENTÁRIO: SABERES E MEMÓRIAS NO MERCADO CENTRAL DE GOIÂNIA

3.1 - O formato definido

O produto definido nessa pesquisa é um vídeo documentário²⁶ de 21 minutos que contém informações sobre o mapeamento dos Saberes e Memórias do Mercado Central de Goiânia. Ele foi realizado a partir de ações de Educação Patrimonial, com base nas metodologias de inventários adotados no IPHAN. O vídeo documentário tem como foco da narrativa os saberes e fazeres que foram mapeados no mercado a partir das entrevistas realizadas e gravadas no mercado em 2023. Para a elaboração do roteiro, foram utilizados os depoimentos dos detentores a fim de evidenciar os saberes e as memórias mapeados na comunidade. Do mesmo modo, considerando a interligação entre os bens de natureza imaterial selecionados e o lugar onde são exercidos, o documentário aborda também a história do Mercado Central de Goiânia a partir de permissionários que atuam nesse espaço há mais de 30 anos.

A produção do vídeo documentário apresenta como um registro que consiste em ser uma fonte de pesquisa, de conhecimento e de documentação que resultou do inventário, bem como uma atividade dialógica e participativa de Educação Patrimonial. No que tange ao processo de produção de um inventário, o ato de documentar, de acordo com Sônia Florêncio et al (2016), seria o de

produzir conhecimento sobre as referências culturais pesquisadas, o que é fundamental para preservá-la e difundi-la. Fichas, anotações, desenhos, fotografias, filmagens, gravações sonoras e outros tipos de documentos são importantes fontes de pesquisa (Florêncio et al, 2016, p.19).

Assim, o mapeamento dos saberes ligados ao preparo de empadas e garrafadas no Mercado Central de Goiânia foi realizado a partir de um processo dialógico com os detentores de saberes que continuam exercendo esse ofício,

²⁶ O vídeo documentário ficará acondicionado no site do PROMEP e, assim, será disponibilizado para o público em geral.

desde a primeira edificação do mercado, e mantém sua prática e conhecimento transmitidos no seio familiar.

No vídeo, os detentores, que são os protagonistas de nossa pesquisa, apresentam suas memórias regadas de afetividades nos momentos de recordar a infância, os anos de trabalho, a constituição familiar, a integração e o convívio social. As lembranças com que os fatos são narrados demonstram que essa capacidade que os sujeitos têm de relembrar exige que se tenha e, segundo Bosi (1994, p.81), “um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com a que passou”. Assim, é possível observar que a história pode ser reproduzida, uma vez que são memórias que também passam de uma geração para outra, para gerar muitas outras.

Para a escolha dos detentores dos saberes, o critério estabelecido para participação foi das pessoas que trabalhavam por mais de trinta anos no mercado, para realizar o inventário e também produzir o vídeo documentário. Dessa forma, para estruturar o documentário, a narrativa teve como foco principal a apresentação do mapeamento dos saberes e fazeres no preparo de empadas e garrafadas, mediante os registros dos entrevistados acerca de suas impressões acerca de seus ofícios e das vivências, histórias e ligações com o mercado.

Considerou-se, ainda, que abordagem desses ofícios, compreendidos por nós como patrimônio cultural imaterial, requer, também, o estudo da história do mercado, lugar em que esses saberes estão vinculados. Trabalhar com o mercado pressupõe observar que esse espaço de memórias repletas de afetos, sons, aromas, cores, sabores, odores, vivências e histórias faz com que as pessoas estabeleçam uma ligação de pertencimento com o lugar. E, partindo dessa premissa, no vídeo documentário procurou-se inserir para além das entrevistas, os sons e também as cores mediante cenas gravadas no mercado e também inúmeras fotografias.

Quadro 3: Equipe de produção e integrantes do documentário

Função	Membros
Direção e roteiro	Azenaide Lopes Pereira Garcia e Maria Dailza da Conceição Fagundes
Fotografia	Azenaide Lopes Pereira Garcia
Produção, câmera e edição	Azenaide Lopes Pereira Garcia

	A&G Produções Glenda Lup Machado Guimarães Silvio Filho Fred Rustiguel
Entrevistados/elenco do documentário	Afonso Monchnacz (Produtos Caseiros de Goiás - <i>in memoriam</i>) Agnaldo Jacob (Funcionário do Mercado há 36 anos) Ivanete Lima de Brito (Central Ervas) Jaci Gonçalves da Silva (Fumos de rolo e tabacaria) Joel de Souza Brito (Calce Bem - sandálias em couro) José de Tadeu Uchôa de Carvalho (Açougue – exclusivo na venda de carne de carneiro) Lázaro Ananias Sobrinho (Empadas Lanchonete da Terra) Marcos de Paula Tavares (Empadão do Mário) Neuza Maria de Mendonça (Lanchonete do Primo) Maria Ednalva de Sousa (Armazém das Ervas) Valdivino de Paula Estanislau (Rei das Frutas)

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Quanto à estrutura do nosso documentário, ele é composto pelas seguintes partes: a apresentação; a história e memórias do Mercado Central de Goiânia; os saberes e fazeres no Mercado Central de Goiânia: produção de garrafas; Saberes e fazeres no Mercado Central de Goiânia: modo de fazer empadas e, por fim, a finalização da narrativa fílmica.

A produção audiovisual é um meio de comunicação na qual seus elementos, ao serem captados, passam pela articulação entre som e imagem. O resultado das gravações é uma maneira para se guardar, preservar e divulgar o mapeamento dos saberes e memórias no Mercado Central de Goiânia ao público, principalmente para o grupo participante da pesquisa: os detentores do mercado que foram entrevistados no ano de 2023. As filmagens, as fotografias, as entrevistas com o público participante e os depoimentos com detentores foram indispensáveis nesse estudo que visou identificar, analisar e produzir o inventário dos saberes e fazeres do Mercado Central de Goiânia. Do mesmo modo, tornaram-se fontes essenciais na produção do vídeo documentário que

visa possibilitar a reflexão de quais os problemas que ameaçam a continuidade dessas práticas.

Considera-se, assim, a importância da realização do inventário dos ofícios e a produção do vídeo documentário, tendo em vista que são importantes formas “para se promover a preservação dos bens culturais do nosso país: identificar, documentar, registrar, salvaguardar” (IPHAN, 2007, p.25). No processo de inventariar, as ações de educação patrimonial devem primar pela participação efetiva dos detentores e é a própria comunidade que deve indicar e falar quais são as suas referências culturais. Por essa razão, a realização de inventários, o registro e ações de educação patrimonial contribuem no processo de documentação, divulgação e preservação do bem cultural.

Cuidar do patrimônio cultural imaterial não é uma responsabilidade apenas do poder público, por meio dos órgãos governamentais. Em nosso cotidiano, podemos promover a preservação do patrimônio tanto quanto podemos, também, conhecer e valorizar os mestres de cultura popular, raizeiros, contadores de histórias, entre outros, que são referências culturais. A esse respeito, compreende-se que as

Referências culturais são edificações e são paisagens naturais. São também as, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas as mais belas, as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências culturais são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na instrução de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz da cultura (Florêncio et al, 2016, p.10).

Assim, esse vídeo documentário é o resultado da ação de Educação Patrimonial, inventário participativo, que envolveu os detentores de saberes e memórias do Mercado Central de Goiânia, uma vez que para se alcançar a salvaguarda das referências culturais de um grupo, é de fundamente identificar o bem cultural, sendo possível somente com a participação dos detentores do lugar.

3.2 - Público do vídeo documentário

No que se refere ao público, o vídeo documentário é destinado à comunidade detentora do bem cultural, à comunidade escolar e também ao público em geral a fim de provocar o interesse pela preservação do patrimônio cultural local.

O destino, para uso do público escolar, deve-se ao fato de possibilitar a reflexão sobre as referências culturais locais, tendo em vista a interação com o grupo detentor dos saberes e das memórias do Mercado Central de Goiânia. Além disso, esse local torna-se um espaço para que os detentores narrem suas histórias e trajetórias de vida, além de poderem falar a respeito da história da cidade, visto que é fundamental essa troca visando obter informações para o inventário.

Logo, a apresentação do vídeo documentário *Saberes e Memórias no Mercado Central de Goiânia* tem objetivo de atender aos mais diversos grupos, já que se destina tanto ao público escolar quanto a comunidade como um todo. Dessa forma, o vídeo documentário apresenta temas relacionados ao patrimônio cultural e a necessidade de salvaguardar esses bens culturais.

O audiovisual é uma linguagem que se adequa às ações de Educação Patrimonial, pela sua fácil veiculação e como meio de comunicação e conhecimento de acesso a diferentes públicos. Almejamos, então, com o vídeo documentário, produto dessa pesquisa sobre os Saberes e Memórias do Mercado Central de Goiânia, podermos contribuir com as ações de preservação do patrimônio cultural imaterial por meio da construção de um produto audiovisual.

Espera-se que o vídeo documentário proporcione para o público informações e comunicação que contribua no processo e promoção de experiências que dê reconhecimento e visibilidade aos detentores de saberes e memórias que contribuíram com o projeto. E, por ser um produto educativo, esperamos que ele sirva de inspiração para que professores possam trabalhar as temáticas a preservação do patrimônio com atividades de educação patrimonial.

3.3 - O impacto esperado sobre a comunidade e na preservação do bem cultural

Com esse produto educacional, pretendemos estimular a comunidade participante do projeto, a comunidade escolar e também o público em geral a pensar sobre as referências culturais, por meio de ações de Educação Patrimonial; despertar o vínculo afetivo da população goianiense e proporcionar a reflexão acerca da permanência do bem cultural; estimular que ações no campo da educação patrimonial, para a educação formal e educação informal.

Em relação ao uso do vídeo documentário Saberes e Memórias do Mercado Central de Goiânia, esperamos que professores e alunos de escolas públicas e particulares utilizem esse recurso como uma ferramenta metodológica para o conhecimento discussões que reflita sobre a riqueza do patrimônio cultural de uma comunidade. Do mesmo modo, nosso intuito é que ele possa incentivar os professores a abordar na sala de aula as referências culturais que integram a realidade dos alunos.

Dessa forma, o vídeo documentário é um aliado com a comunidade local, uma vez que busca reflexões que desperte no poder público local a preocupação em buscar parcerias para implementar melhorias que contribuam no processo para salvaguardar o patrimônio imaterial.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 Manual de uso do Produto e Proposta de aplicação na comunidade participante

A proposta desse vídeo documentário, intitulado *Saberes e Memórias do Mercado Central de Goiânia*, teve como objetivo envolver e estimular os detentores dos saberes do preparo de empadas e garrafadas e também as memórias das pessoas que trabalham no lugar por mais de trinta anos. O audiovisual é uma maneira de guardar e mostrar os depoimentos. O curta-metragem visa explorar a história oral e, também, as fontes escritas e iconográficas para evidenciar os conhecimentos tradicionais adquirido no construto de relações familiares passadas de pais para filhos ou de tios para sobrinhos. Do mesmo modo, ele aborda as recordações sobre a trajetória de vida dos detentores, a história do mercado e a integração da comunidade. Durante o vídeo documentário, elementos de linguagem são apresentados ao espectador com a finalidade de convidá-lo a refletir sobre suas próprias memórias e patrimônio cultural tendo vídeo *Saberes e memórias do Mercado Central de Goiânia* como inspiração.

Esse manual, complementar do produto, pode auxiliar o espectador como guia sobre como usar o vídeo documentário *Saberes e Memórias do Mercado Central de Goiânia*. O propósito do manual é auxiliar na utilização do vídeo documentário para as ações de educação informal, que envolvem, por exemplo, fundações e associações.

Além dessas questões, ele pode incentivar a criação de reflexões sobre o patrimônio cultural em espaços de ensino aprendizagem como comunidade escolar pública e particular. Consideramos, então, que os professores da rede pública e privada possam trabalhar com tema sobre patrimônio cultural em suas aulas e cursos. O objetivo final é possibilitar a reflexão e o envolvimento de escolas e instituições para discussões acerca dos bens culturais como os saberes e fazeres no mercado.

Nesse sentido, recomenda-se que antes de exibi-lo para um grupo de pessoas seja feito um planejamento didático. Ao assistir um filme pela primeira

vez, o espectador não deve fazer anotações, uma vez que ele precisa estar atento ao sentido do que está sendo apresentado. O indivíduo deve começar a fazer os apontamentos na segunda vez que assistir ao documentário, no qual todos os pontos que considera significativos devem ser anotados.

O acesso ao arquivo audiovisual para o público em geral poderá ocorrer por meio dos dispositivos de acesso como um computador, *tablete* e/ou pelo celular. Esse produto estará disponível no site do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG).

No entanto, quando à comunidade em geral ou os professores forem se reunir em grupo de alunos ou da comunidade para assistir ao vídeo, é importante observar as sugestões a seguir: (1) **Planejar a reunião:** calcular o tempo disponível para assistir ao vídeo documentário e discuti-lo, e escolher os pontos que serão abordados; (2) **Preparar eventuais materiais de apoio**, como cópias de texto sobre o tema do vídeo; (3) **Criar um clima agradável**, deixando a sala arrumada, o filme no ponto inicial; (4) **Valer-se dos recursos do vídeo:** avançar o vídeo, dar pausas, congelar a imagem e rever trechos de maior interesse ou dúvida, caso seja necessário; (5) **Garantir que todos** possam se manifestar e apresentar seus pontos de vista sobre a potencialidade educacional do vídeo; (6) O ideal é organizar uma roda de conversa para falarem sobre o conteúdo abordado no vídeo documentário, para falarem as cenas mais importantes, chamando atenção para determinadas cenas ou curiosidades. Passar novamente as imagens mais significativas; anotar frases ou objetos que chamaram mais a atenção; Ouvir dúvidas e observações; convidar o grupo ou os alunos para que falarem sobre o patrimônio cultural da sua comunidade.

No âmbito escolar, além dos itens acima, o professor poderá também (7) **Comparar o conteúdo** apreendido do vídeo com os conhecimentos acerca do patrimônio cultural da comunidade local e seu contexto histórico em Goiás e no Brasil; (8) **O vídeo documentário Saberes e Memórias do Mercado Central de Goiânia e as informações presentes nessa parte do relatório** podem servir como material de estudo e reflexão individual. Outrossim, o ideal é que sejam utilizados pela equipe da escola ou grupos de uma comunidade.

A próxima etapa é a exibição do vídeo. Nesse momento, há, ainda, algumas sugestões que podem auxiliar no melhor aproveitamento do conteúdo

a ser exibido. Propomos aqui alguns caminhos, entre muitos possíveis, para a análise do documentário em grupo: **Antes da exibição:** (1) Informar aos alunos ou ao grupo somente aspectos gerais sobre o conteúdo do vídeo; (2) Observar as reações do grupo. **Depois da exibição:** (1) Organizar uma roda de conversa para falarem sobre as cenas mais importantes e se necessário for, rever as partes destacadas, chamando a atenção para determinadas cenas ou curiosidades; (2) Passar novamente as imagens mais significativas; (3) Anotar as frases ou o objeto que chamou mais a atenção; (4) Ouvir as dúvidas e observações; (5) Convidar os alunos ou o grupo para falarem sobre os saberes e fazeres da sua comunidade.

Durante a roda de conversa, recomenda-se explorar as referências culturais que os alunos ou o grupo consideram importantes e que despertam o sentimento de pertencimento e que envolva o conhecimento de técnicas e matérias-primas que dizem respeito ao meio ambiente em que vivem, como exemplo pode ser abordado sobre o cerrado, as ervas medicinais, as festas, a comida típica, dentre outros, que eles gostariam de ver preservados para as gerações futuras. Assim, as discussões devem ser pensadas a partir do que as pessoas mostram ser importantes para a comunidade local, demonstrando ser as suas referências culturais. Cada aluno ou participante da roda de conversa possa compartilhar suas experiências que envolva: conhecer o bem, as histórias e as suas memórias acerca do bem cultural.

Dando sequência, os alunos ou o grupo podem escolher um tema sobre patrimônio cultural tendo como exemplo o conteúdo do vídeo que acabaram de assistir e sobre as memórias a partir da roda de conversa. Com base no vídeo documentário, diversos temas podem ser trabalhados, como: a transferência da capital Goiás para Goiânia, a história dos grupos que migraram para a construção da capital e suas contribuições culturais, sobre o Mercado Central, as feiras e outros. Tendo como inspiração o documentário *Saberes e Memórias do Mercado Central de Goiânia*, cada grupo participante poderá escolher os saberes e fazeres ou outro bem cultural intangível inserido na realidade local que tem sentido e significado para eles e propor a realização de um inventário. Ao final, o professor ou responsável deve propor que eles desenvolvam no processo de documentação do bem cultural, a produção de vídeos, textos para jornais ou

revistas ou exposição fotográfica do bem. O que se pretende é que façam o registro de suas memórias e referências culturais evidenciando o que representa o reconhecem como aquilo que os identificam.

Com isso, tais atividades contribuem para a valorização de saberes, manifestações populares, celebrações, modos de fazer e lugares possam com ações que estimulam a discutir, a obter informações sobre o nosso patrimônio cultural material e imaterial e importância da preservação de seu patrimônio cultural.

4.2 Devolutiva para a comunidade

No Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), após a escrita do relatório técnico e a produção do vídeo documentário, como requisito no Mestrado, é necessário que seja feita uma devolutiva para o grupo participante da pesquisa. Assim, o vídeo documentário, um dos trabalhos finais, será utilizado no processo de devolutiva para os detentores e permissionários do mercado que contribuíram com a realização do estudo e do inventário.

Nessa perspectiva, no caso específico do documentário, o protagonismo esteve ligado aos detentores, em especial, às pessoas que aceitaram participar com seus depoimentos e falar sobre os saberes no preparo de empadas e garrafas sempre entrelaçados com a história do mercado. Outra parte dos depoimentos buscou-se pela narrativa das memórias vivenciadas por pessoas que estão por mais de trinta anos de trabalho e de suas vivências em que o público o descreve pelos saberes, sabores, cores, aromas e sons. Dessa forma, a Educação Patrimonial, ao realizar o Inventário, ela projeta no vídeo documentário uma maneira de identificar e documentar as referências culturais, as memórias, os ofícios do Mercado Central de Goiânia que constituem o patrimônio cultural dessa comunidade.

O mapeamento dos Saberes e Memórias do Mercado Central de Goiânia, desde a identificação dos detentores, em especial, os que aceitaram participar das entrevistas foi expresso por muito dos participantes o desejo de ter conhecimento do resultado do vídeo documentário.

Assim, como devolutiva da pesquisa, será realizada a exibição do vídeo ocorrerá no mês de setembro de 2024, no Mercado Central de Goiânia. Ao termos ciência de o quanto foi fundamental a participação de cada uma das pessoas pertencentes à essa comunidade, propõe-se uma devolutiva que envolva os detentores dos saberes e das memórias.

Para isso, primeiramente, será preciso agendar uma reunião com a participação dos entrevistados, do presidente da Associação dos Permissionários dos Mercado Central e da pessoa que representante o poder público como responsável pela administração municipal do mercado para vermos o melhor dia e horário para a projeção do documentário. Nesse momento, será possível falar sobre a pesquisa e agradecer apoios na liberação do espaço, arquivos de documentos e fotografias, e de modo especial aos participantes do documentário.

Após ser decidido dia e horário para a realização da devolutiva será confeccionado o convite com os dados precisos sobre a exibição do vídeo documentário, para ser entregue pessoalmente para cada um dos detentores e a demais convidados como gestores de órgão de cultura e educação. Assim, os detentores e demais público do mercado que serão convidados para assistirem ao vídeo, a fim de que possam ver suas narrativas sobre os saberes no preparo de empadas e garrafadas e as memórias que evidenciam o Mercado Central de Goiânia.

Dessa forma, deseja-se a exibição em área do Mercado Central, em que serão convidados os participantes da pesquisa: detentores de saberes e memórias, outras pessoas que colaboraram com documentos e ou imagens, gestores de órgãos públicos do município, ligados ao Secretarias de Desenvolvimento e Economia Criativa, Educação e de Cultura, a Administração dos Permissionários do Mercado Central, aos funcionários municipais da administração do Mercado Central e o público visitante do mercado. Espera-se, por fim, que a projeção do vídeo documentário dentro do Mercado Central oportunize a todos aos participantes da pesquisa receberem os agradecimentos pela contribuição na elaboração deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada um dos seis mercados edificadas de Goiânia tem a sua particularidade. Assim, a investigação pelos saberes e memórias do Mercado Central de Goiânia oportunizou-nos vivenciar e ter a experiência do mapeamento pela História Oral com o propósito de participação de detentores no saber-fazer de empadas e garrafadas. O inventário centrou-se em pessoas que exercem esses ofícios e transmitem os conhecimentos adquiridos por familiares, de pais para filhos ou tios para sobrinhos. A exemplo, temos o Senhor Marcos Tavares que aprendeu com os pais o ofício de fazer empadas e a detentora Maria Ednalva que herdou a maneira de preparar as garrafadas de ervas medicinais com a tia. Assim, foi importante o estudo das memórias de pessoas que trabalham por mais de 30 anos no mercado e que desenvolvem essa prática cultural, desde a época em que as atividades eram exercidas no edifício na rua 4.

Ao recorrer a proposta do mapeamento dos saberes e memórias do Mercado Central de Goiânia, o que se propunha era realizar o inventário com ações de educação patrimonial que envolvessem o diálogo entre os detentores e a pesquisadora, mediadora no estudo, numa construção dialógica e participativa por meio da qual as referências culturais fossem espontaneamente expostas pela comunidade participante da pesquisa.

Com o início das atividades foram feitas observações no lugar e as primeiros comunicações com os participantes para o desenvolvimento das ações, após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás. É preciso dizer que a História Oral mostra que no desenvolvimento do mapeamento a própria comunidade vai indicando quais são as pessoas para o mapeamento proposto, sendo o nosso foco as que detêm os saberes ligados ao modo de preparar as empadas e garrafadas e que trabalham por mais de 30 anos no mercado.

Inicialmente, a proposta era realizar uma roda de conversa com os detentores no mercado. No entanto, os permissionários relataram as dificuldades relatadas em se ausentar de suas bancas, o que foi compreensível, tendo em vista que, entende-se que o ganho financeiro desses trabalhadores provém do

comercializam no mercado. Para relembrar, destacamos alguns trechos que anotei: “Trabalho sozinho não posso deixar aqui só”; “Vai ser de quantos minutos? Porque não posso deixar meu comércio por muito tempo”; “Olha é muito difícil para eu sair daqui”; “Se não for demorar muito”. Dessa forma, optamos por trabalhar com os depoimentos individuais.

Feitas as anotações de nomes e telefones das pessoas que participariam dos depoimentos, fizemos uma agenda de datas e horários para gravações, que propiciaram as informações do roteiro e imagens para produção do vídeo documentário. Com as gravações os detentores de saberes, contribuíram para a compreensão que os conhecimentos tradicionais têm valores e riquezas.

Os depoimentos contam as histórias de como eram o cotidiano no mercado, isso porque as lembranças de pessoas queridas, comemorações que foram realizadas e como havia uma integração na comunidade, foram importantes às discussões sobre o mercado como lugar de memórias que existe em Goiânia.

Nas entrevistas realizadas, percebe-se que as pessoas que estavam participando se sentiam pertencentes ao mercado e reconhecidas. Elas tiveram a satisfação em compartilhar um pouco de suas histórias de vida e sobre o mercado e os saberes. Com isso, os objetivos previstos foram alcançados, pois foi possível compreender o que é referências culturais, caracterizar o que é educação patrimonial e inventário participativo e as propostas para preservação do patrimônio cultural imaterial.

Assim, o inventário de saberes do Mercado Central de Goiânia é um trabalho inédito acerca de mapeamento de ofícios e memórias, dentro da proposta de educação patrimonial nos mercados em Goiânia. Percebe-se que essa discussão e atividades de educação patrimonial que incluem conhecer mercados públicos pelo viés da valorização da edificação, mas do conhecimento que existe percebido na cultura tradicional.

Foi possível notar que o público visita o mercado em busca de produtos de preferência, por hábito, costume ou tradições. Pela análise do questionário, nota-se que foram reveladas a partir do processo de rememoração lembranças da infância e comparações com a vida rural ligadas às vivências no mercado concebido como espaço de vida e memórias.

Para a realização dessa pesquisa intitulada *Educação Patrimonial e inventário de saberes: ofícios, aromas, sabores e memórias no Mercado Central de Goiânia*, recorre-se à utilização de acervos públicos nos quais foram levantadas e coletadas fontes escritas, fontes iconográficas ligadas à história do mercado, pois a concepção adotada no estudo é a de que investigar os saberes pressupõe a necessidade de abordar a história do lugar em que esse patrimônio cultural imaterial está vinculado.

Do mesmo modo, considerando o eixo norteador do estudo que relaciona-se ao mapeamento dos modos de preparar empadas e garrafadas, a pesquisa teve como princípio o diálogo entre a ouvinte e os narradores concebidos como protagonistas no processo de inventário. Assim, esses momentos do ouvir e falar do participante é que tornam o inventário enriquecedor, pois é dado a eles o poder de narrar as histórias, pelas quais espera-se que os valores culturais que para a comunidade caracteriza como seu patrimônio surgirá.

Não somente durante a pesquisa, mas todos os dias em que vivenciei a experiência no Mercado Central, a partir da realização do inventário cultural foi possível identificar conhecimentos, costumes e tradições, visto que por meio disto é possível o desenvolvimento de ações culturais que visem a sua valorização. É de responsabilidade do pesquisador ouvinte ter uma relação de confiança e respeito com o entrevistado. Mesmo seguindo os protocolos e formalidades exigidas pelo campo científico, é única e exclusivamente sua a ação de puxar o fio condutor para que ocorra a comunicação e, assim, se obtenha a fala do narrador para reprodução.

Em relação às dificuldades enfrentadas no desenvolvimento dessa pesquisa, destaca-se que a escolha em realizar as entrevistas no mercado muitas vezes gerou a necessidade de adaptarmos ao ambiente de comercialização. Esse foi também um dos motivos que explica a recusa de alguns permissionários em não participar.

Houve depoimentos que não aconteceram porque no dia da filmagem a pessoa desistiu. Do mesmo modo, apesar de algumas tentativas, não foi possível agendar com um detentor de saber de empadas que continua o legado deixado pelo pai “Alberto”. Além disso, dois detentores de garrafadas estavam doentes e o senhor Afonso, pioneiro no mercado que contribuiria com a pesquisa, faleceu.

Já em relação à aplicação do questionário, observa-se que a negativa do público que frequenta o mercado em não participar se deu na maioria das vezes pela pressa do dia a dia ou por não ter interesse. Mesmo assim, a pesquisa contou com a espontaneidade de 70 pessoas em participar e contribuir com o estudo. A aplicação do questionário para o público visitante do Mercado Central de Goiânia, evidenciou características das pessoas que visitam esse lugar. Primeiramente, nota-se que tem naturalidades diferenciadas, em que das 70 pessoas entrevistadas, 29 nasceram em Goiânia, 22 em outro município goiano e 19 em outro estado. Observa-se com essas informações que o público que procura o Mercado Central de Goiânia é diversificado.

A aplicação do questionário possibilitou-nos, ainda, observarmos o perfil das pessoas que visitam o Mercado Central de Goiânia que varia de 19 a 89 anos de idade. Apesar de algumas pessoas não frequentarem esse espaço com regularidade, em geral, a maioria costuma ir frequentemente ao mercado. Nota-se que parte das pessoas procura as lanchonetes, as garrafadas e os produtos de consumo habitual, como as castanhas; outras relacionam a ida ao mercado como passeio e forma de conhecer a cultura da cidade.

O público procura o Mercado Central não por sua arquitetura, mas pelos aromas, sabores e odores dos produtos que esse lugar oferece e também pelos saberes dos detentores que atuam no local. Ao adentrar o mercado, observa-se as cores que variam e se misturam perpassando de uma banca a outra e de um pavimento para outro. Como os sons de gritos, conversas altas, sejam por um permissionário que fala de uma mercadoria com alguém, músicos que no aconchego do ambiente encontram um lugar para logo se instalar e na mistura de outros sons ao som de violão ou saxofone demonstrar seu talento. Além disso, destaca-se a presença de diferentes aromas que se misturam e agradam pessoas que gostam de fumo, as que estão nas lanchonetes degustando as empadas. Ao transitar pelos corredores do mercado, é inevitável não sentir o aroma dos queijos, doces e dos couros que não ficam despercebidos por qualquer pessoa que esteja nesse espaço.

Além dessas questões, Goiânia precisa discutir mais e desenvolver atividades de educação patrimonial com temáticas sobre o patrimônio cultural imaterial. Nessa perspectiva, ressalta-se que a contribuição dessa pesquisa é

inovadora, assim como o vídeo documentário *Saberes e Memórias no Mercado Central de Goiânia*, que visa apresentar um grupo social e suas referências, ou seja, um patrimônio cultural imaterial da cidade a partir de detentores de saberes de empadas e garrafadas e memórias.

Assim, o vídeo documentário de *Saberes e Memórias no Mercado Central de Goiânia* tem o objetivo de promover conhecimento e discussões que abordem o patrimônio cultural. Na perspectiva de Educação com o patrimônio, resalta-se que a importância da realização do inventário com os detentores do saber-fazer empadas e garrafadas e memórias do Mercado Central de Goiânia.

Espera-se que a pesquisa desperte o interesse para novas ações e práticas de preservação para referências culturais a serem desenvolvidas pela sociedade como garantia de valorização do patrimônio cultural local e das memórias. Dessa forma, essa análise abre a possibilidade para que outras sejam realizadas, com o propósito de discutir mais sobre as referências culturais que existam em Goiânia.

A necessidade de gestão para o projeto de patrimônio cultural imaterial é de grande importância para que ações como oficinas com raizeiros e fazedores de garrafadas e empadas aconteçam visando a continuidade desse saber-fazer. Com esse estudo, observa-se uma diminuição de sucessores para a continuidade desses conhecimentos. Nesse sentido, as ações de educação patrimonial podem estimular para que não desapareçam e ocorra uma construção de dialógica e coletiva, o que possibilita a identificação do patrimônio para a comunidade detentora como para os alunos que participam das oficinas.

Projetos e ações poderão ser feitos para a preservação de outros mercados públicos como o Mercado da Popular, na Rua 74 Setor Central, tombado como patrimônio material de Goiânia em 26 de setembro de 2000. No entanto, há necessidade de projetos para a identificação de suas referências culturais.

Com o estudo realizado, evidencia-se o quanto é preciso que mais inventários com a participação da comunidade sejam realizados e contando com a participação dos grupos sociais e comunidades e com o envolvimento de instituições de pesquisa, gestores de cultura e conselhos de preservação do

patrimônio da cidade, a Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal e se possível o maior número de pessoas da sociedade.

Portanto, o principal objetivo evidenciado por essa pesquisa e pelo inventário cultural realizado é que os grupos sociais e comunidades se tornem conhecidos a partir do que eles definem como sendo suas referências culturais. Consequentemente, espera-se que tanto as gerações presentes quanto as futuras continuem estabelecendo o respeito e exercendo cidadania, para a efetivação das políticas culturais de preservação para o patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

1. Listagem dos acervos e fontes

1.1 Entrevistas

Entrevista com Aguinaldo Jacob (funcionário público municipal) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Economia Criativa, Prefeitura de Goiânia, entrevista concedida em 26 abril de 2023.

Entrevista com Ivanete Lima Brito (Comerciante de raízes e garrafadas), Mercado Central, Goiânia - GO, entrevista concedida em 18 de abril de 2023.

Entrevista com Jaci Gonçalves da Silva (Comerciante de fumo de corda e acessórios do tipo), Mercado Central, Goiânia - GO, entrevista concedida em 18 de abril de 2023.

Entrevista com Joel Brito (Comerciante de calçados em couro), Mercado Central, Goiânia - GO, entrevista concedida em 18 de abril de 2023.

Entrevista com José de Tadeu Uchôa de Carvalho, (Comerciante de Carnes), Mercado Central, Goiânia – GO, entrevista concedida em 26 de abril de 2023.

Entrevista com Lázaro Ananias Sobrinho, (Lanchonete de empadas), Mercado Central, Goiânia – GO, entrevista concedida em 27 abril de 2023.

Entrevista com Marcos de Paula Tavares (Lanchonete de empadas), Mercado Central, Goiânia - GO, entrevista concedida em 18 de abril de 2023.

Entrevista com Maria Ednalva de Sousa (Comerciante de raízes e garrafadas), Mercado Central, Goiânia - GO, entrevista concedida em 18 de abril de 2023.

Entrevista com Neuza Maria de Mendonça, (Lanchonete de empadas e salgados), Mercado Central, Goiânia - GO, entrevista concedida 26 em abril de 2023.

Entrevista com Valdivino de Paula Estanislau (Comerciante de frutas), Mercado Central, Goiânia - GO, entrevista concedida em 26 de abril de 2023.

Aplicação de questionário – 70 visitantes do Mercado Central de Goiânia

1.1 Acervo fotográfico

Acervo fotográfico de Azenaide Lopes Pereira Garcia.

Acervo Fotográfico do Museu de Arte de Goiânia. Secretaria Municipal de

Cultura. Prefeitura de Goiânia.

1.3 Jornais

A HORA, Jornal. Goiânia 76 anos. Prefeito entrega restaurante popular à trabalhadores. *Edição: s/d*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia. (não há carimbo do órgão com os dados do jornal).

DIÁRIO DA MANHÃ, Jornal. *Edição de 09/01/1984*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia.

DIÁRIO DA MANHÃ, Jornal. *Edição de 09/01/1988*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia.

DIÁRIO DA MANHÃ, Jornal. *Edição de 08/06/1988*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia. Artigo nº 1372 (recorte do jornal em tem uma fotografia do telhado do Centro Comercial Popular onde funcionou provisoriamente o Mercado Central).

DIÁRIO DA MANHÃ, Jornal. Mercado Central será restaurado. Terceiro piso está em completo abandono *Edição de 21/10/2003*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia. Artigo nº 4322.

FOLHA DE GOIAZ, Jornal. O mercado ameaça cair. *Edição de 22/07/1963*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia.

FOLHA DE GOIAZ, Jornal. Tentam salvar o mercado. *Edição de 22/05/1965*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia.

FOLHA DE GOIAZ, Jornal. Escolhida área para o futuro Mercado Central. *Edição de 11/04/1979*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia. Artigo nº 871.

O POPULAR, Jornal. Em ruínas o Mercado Central *Edição de 03/05/1965*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia.

O POPULAR, Jornal. Por um novo Mercado Central. *Edição de 01/03/1970*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia.

O POPULAR, Jornal. *Edição de 07/11/1972*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia. Artigo nº 491 (recorte do jornal com o desenho do projeto inicial do bloco de construção da edificação que substituirá o Mercado Central)

O POPULAR, Jornal. Demolição do Mercado Central. Mercado tem atuação em 12h por dia. *Edição de 13/06/1973*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia. Artigo nº 508.

O POPULAR, Jornal. Fisionomia do Centro Vai Mudar: mercado velho desaparece para dar lugar ao maior edifício de Goiás. *Edição de 08/07/1973*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia. Artigo nº 499.

O POPULAR, Jornal. O Mercado. *Edição de 10/04/1979*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia. Artigo nº 872.

O POPULAR, Jornal. Parthenon Center será leiloado. *Edição de 09/01/1983*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia.

O POPULAR, Jornal. Reportagem de Bruno Félix. Mercado de lembranças. *Edição de 25/08/2016*. Arquivo da Biblioteca da SEPLAM. Prefeitura de Goiânia.

Reportagem sem a identificação do jornal. Título Mercado Central Prefeito diz que não vai construí nova sede. Pauta Especial de Sônia Penteado. Há um carimbo da SEPLAM – Biblioteca Artigo nº 6044.

1.4 Documentos e legislação

Arquivo da Biblioteca da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação. Prefeitura de Goiânia.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>, acesso em 30/03/2023.

Decreto-Lei nº 25, de 30 novembro de 1937. IPHAN, Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. 320 p.

DECRETO Nº 3.547, de 06 de julho de 1933. Disponível em: <<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/15251>>, acesso em:12/11/2022.

Decreto Federal nº 3.551, de 2000. IPHAN, Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. 320 p.

Decreto municipal nº 2208, de 2003. Estabelece Normas de funcionamento dos Mercados. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2003/do_2003_0811_000003217.pdf>, acesso no dia 12/11/2022.

Decreto municipal nº 2620 de 1997 - Normas para Mercados públicos de Goiânia. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/1997/do_1997_1008_000001967.pdf>, acesso no dia 12/11/2022.

DECRETO Nº 2620, de 1997 - Normas para funcionamento dos mercados. Disponível em: Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/1997/do_1997_1008_000001967.pdf>, acesso em 22/02/2023.

DECRETO N° 2500, DE 1996 - Normas de funcionamento dos mercados de Goiânia. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/1996/do_1996_0911_000001742.pdf>, acesso no dia 22/02/2023.

DECRETO N° 2208, DE 05 de agosto de 2003 - normas de funcionamento dos mercados. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2003/do_2003_0811_000003217.pdf>, acesso no dia 22/02/2023.

Diário Oficial N.7, do Município de Goiânia, de 23 de junho de 1960. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/1960/do_1960_0623_000000007.pdf>, acesso no dia 12/11/2022.

Lei Municipal N° 7.164, de 1992. Proteção e preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal de Goiânia - GO. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/1992/lo_19_921214_000007164.html>, acesso em: 30/03/2023.

Lei Estadual nº 4647, de 1963 – Chefe do Poder Executivo autoriza a doação da área para construção do Mercado Central para a Prefeitura. Disponível em: <<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/93592/pdf>>, acesso em 22/02/2023.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Relatório apresentado ao Ex.mo S.º D.º Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, e ao povo goiano, pelo dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado. 1930 - 1933. Goiás. 1933. Apud FREITAS, Lena Castello B. F. de. Goiânia: locus privilegiado de saúde. In: In: FREITAS, Lena C. B. F. de (Org.). **Saúde e doenças em Goiás**. A medicina possível. Goiânia: UFG, 1999, p. 239-289.

1.5 Fontes estatísticas

IBGE. **Goiânia**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/goiania.html>>, acesso 05/02/2023.

1.6 Sites

Núcleo Pioneiro de Goiânia. Plano de Urbanização de Goiânia – Planta Setor Central (1938). Disponível em: <<https://www.goiania.go.leg.br/sala-de-imprensa>>, acesso em 08/02/2023.

Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA). Disponível em: <<https://fica.go.gov.br/sobre>>, acesso em 07/06/2024.

Centro Histórico de Goiás. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/36>>, acesso em 07/06/2024.

LGBTQIA+. Disponível em: < <https://www.fundobrasil.org.br/blog/o-que-significa-a-sigla-lgbtqia/>>, acesso em 18/10/2024.

1.1.1 Bibliográfica

ACSELRAD, Maria. O Impacto das políticas de registro na transmissão de saberes populares e tradicionais: experiências de Pernambuco, Ceará e Alagoas. IPHAN: **I Fórum Nacional do Cultural**: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto / MG. 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Coordenação, Weber Sutti. - Brasília, DF: Iphan, 2012.

ALBERTI, Verena. Indivíduo e biografia na história ora. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. [5]f. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br>. Acesso em: 12 abr. 2022.

ANDRADE, Alexsandra Araújo de Andrade. A FEIRA LIVRE DE CAICÓ/RN: um cenário de tradição e resistência às novas estruturas comerciais modernas / Alexsandra Araujo de Andrade. - Caicó, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/42835>. Acesso em: 21 set. 2023.

ARANTES, Antonio Augusto. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. In: BARRIO, Ángel Espina et al (Org.). **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p. 52-63.

ASSMANN, Aleida. Introdução. In: ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Unicamp, 2011, p. 15-27.

BORGES, Larrisy Barbosa. Entre son, aromas e sabores: as feiras em Goiânia: história, referência cultural e hibridação entre o moderno e o tradicional / Larissy Barbosa Borges – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2013. Disponível em: <https://bd.iphan.ibict.br/items/4ef6c6fc-6dba-4cc6-a04d-91bdc1b8aa77/full>. Acesso em: 21 set. 2023.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRITTO, C. C. A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do habitusvilaboense. **Diálogos**, v. 18, n.3, p. 975-1004, set.-dez., 2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33914/pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.

CAIXETA, Eline Maria Mora Pereira; MENDONÇA, Dafne Marques de. Arquitetura residencial em Goiânia: décadas de 1930 a 1970/ Eline Maria Mora Pereira Caixeta, Dafne Marques de Mendonça (Coord.). – Goiânia: Iphan, 2021.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **Percepção do intangível: entre genealogias e apropriações do patrimônio cultural imaterial**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. Os conceitos de lugar e território na composição do Patrimônio Cultural: Quilombos e terras indígenas na Constituição Federal brasileira. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 99 - 114, jul./set. 2018.

CHAUL, Nasr Fayad. Goiânia: a capital do sertão. **Revista UFG**, ano XI, n. 6, jun.2009, p.100-110.

COSTA, Marli Lopes da; CASTRO Ricardo Vieirals. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias? **Estudos de Psicologia**, 2008, v. 13, n. 2, p. 125-131, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T7jwRjYsTwBvyCZjGFcpgWB/>. Acesso em: 07 nov. 2021.

CHUVA, Márcia. Por uma noção da história do patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, p. 147-165, 2012. Disponível em: Acesso em: 07 nov. 2021.

CHUVA, Márcia. Da referência cultural ao patrimônio imaterial: introdução à história das políticas de patrimônio imaterial no Brasil. In REIS, Alcenir Soares dos & FIGUEIREDO, Betania Gonçalves. **Patrimônio Imaterial em perspectiva**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p.25-49.

DAHER, Tania. **Goiânia, uma utopia europeia no Brasil**. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

DEMARCHI, João Lorandi. O que é, afinal, a educação patrimonial? uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. **Revista CPC**, v. 13, n. 25, p. 140-162, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/144337>. Acesso em: 18 nov. 2021.

FREITAS, Lena Castello B. F. de. Goiânia: locus privilegiado de saúde. In: FREITAS, Lena C. B. F. de (Org.). **Saúde e doenças em Goiás**. A medicina possível. Goiânia: UFG, 1999, p. 239-289.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. Mercados Públicos: de equipamentos de abastecimento de alimentos a espaços gastronômicos para o turismo. Geografares - **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES**, n. 25, pp. 176-198, Janeiro – Junho, 2018.

FLORENCIO, Sônia Rampim et al. **Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos**. FLORENCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. 2. ed. rev. ampl. – Brasília. DF: Iphan/DAC/Cogedip/Ceduc, 2014.

FLORENCIO, Sônia Rampim et al. **Educação Patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação. FLORENCIO, Sônia Rampim et al..Brasília-DF: Iphan, 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. Políticas Sociais acompanhamento e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2001, p. 111-120. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4775>. Acesso em: 18 maio 2023.

GODINHO, Iúri Rincon. **A Construção**: cimento, ciúme e caos nos primeiros anos de Goiânia. Goiânia: Contato Comunicação, 2013.

GOIÂNIA, **Goiânia art déco**: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento. – Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, 2010.

GOIÂNIA, **Memória cultural**: ensaios da história de um povo – Goiânia, 1985.

GOMIDE, Cristina Helou. **Antiga Vila Boa de Goiás** – Experiências e Memória na/dá Cidade Patrimônio. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj: Unirio, 2003b. p. 21-29.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e artístico nacional**, n. 34, p. 90-111, 2012. Disponível em: Acesso em: 07 nov. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997. Disponível em: Acesso em: 07 nov. 2021.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**: Manual de Aplicação. Brasília, 2000.

IPHAN. **Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. 320 p.

IPHAN. **Saberes, fazeres, gingas e celebrações**: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Brasília-DF: IPHAN, 2018.

LOPES. Ricardo Ferreira. VASCONCELOS, Lélia Mendes de. Considerações sobre mercados públicos: relação de sociabilidade e vitalidade nas cidades

urbanas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE COMÉRCIO E CIDADE, 3., 2010. **Anais eletrônico...** São Paulo: USP, 2010. Disponível em: http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/3_cincci/032-ricardo-lopes.pdf. Acesso em: 02 abril 2023. p.1-16.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Pesquisa qualitativa: um caminho para a intervenção profissional. **O Social em Questão**. Ano XI, nº 19, 2008. p. 32-44. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.pu-rio.br>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MELLO, Fernando A. O.; MAHLER, Christine R. De Mercado Municipal Vila Operária a Mercado Centro-Oeste: tempo, história e arquitetura. **Revista Jatobá**, 2020, v.2, e-65709. ISSN: 2675-1119.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como Nasceu Goiânia, [1938]**. [Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”]. Reedição 1979.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos Lugares. **Revista Proj. História**, PUC/São Paulo, v. 10, dez. de 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Leidiane Marinho Souza. **Tramas do patrimônio cultural**: identidade, memória e localidade/ Yussef Daibert Salomão Campos e Lúcio Menezes Ferreira, Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2018. p.209-224.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim; CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Sujeitos não desejados no espaço planejado**: disputa de territorialidades na construção de Goiânia. Territorialidades na América Latina / Maria Geralda de Almeida. – Goiânia: Universidade Federal de Goiás/FUNAPE, 2009.

PELEGRINI, Sandra. Patrimônio imaterial. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (Orgs.). **Dicionário temático de Patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 71-73.

PELEGRINI, Sandra C. A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PEREIRA, Azenaide Lopes. **Mercados públicos como patrimônio cultural** – um estudo da cidade de Goiânia. Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/22293>. Acesso em 20/02/2023.

PINTAUDI, Silvana Maria. **Os Mercados Públicos**: Metamorfoses de um Espaço na História Urbana. Cidades, v. 3, n. 5, 2006, p. 81-100. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/505/537>. Acesso em: 29 out. 2018.

PIRES, Jacira Rosa. **Goiânia: cidade pré-moderna do cerrado 1922-1938: modernidade e cidade – jardim na urbanística da nova capital do estado de Goiás** / Jacira Rosa Pires. – Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2009. 288 p.: il.

REBELLO, Alexandra X. P. **Revitalização do Mercado Central de Goiânia**. Goiânia, 2006. 97 p.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, p. 222-247, 2012. Disponível em: Acesso em: 18 nov. 2021.

SANDES, Noé Freire; CAIXETA, Vera Lúcia. O sertão remediado: o embate entre a elite goiana e o pensamento sanitarista, 1910-1920. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.23, n.2, abr.-jun. 2016, p.397-410.

SANTANA, Francis Marques Otto de Camargo; BONETTI, Maria Cristina de Freitas; MACÊDO, Maurides. Pioneiros: compondo o passado. **Formas e tempos da cidade** / Org. [por] Manuel Ferreira Lima Filho e Laís Aparecida Machado. – Goiânia: Cânone Editorial, Ed. UCG, 2007.

SANTANA, Charles d'Almeida. **Fatura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações: Bahia 1950-1980** / Charles d'Almeida Santana. – São Paulo: Annablume, 1998. p.87-104.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista CPC**, São Paulo, n. 27, edição especial, p.14-31, jan./jul., 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/157388>. Acesso em: 18 nov. 2021

SERVILHA, Mateus de Moraes. DOULA, Sheila Maria. O mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras. **Revista Faz Ciências**, v. 11, n. 13 Jan./Jun. 2009, pp. 123-142. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7610/5602>. Acesso no dia 02/04/2023.

SOARES, Inês Virgínia Prado. Percepção social da tutela jurídica do patrimônio cultural. In: SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito Ao (Do) patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 21-49.

TEIXEIRA, Luana. Lugares. In: REZENDE, Maria Beatriz et al (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

TOLENTINO, Átila B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 05. João Pessoa: Iphan/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p. 38-48.

ANEXOS

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS: DENTENTES E PERMISSIONÁRIOS

ANEXO 2 – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIOS: VISITANTES DO MERCADO

ANEXO 3 – FEIRAS DE GOIÂNIA

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS: DETENTORES E PERMISSIONÁRIOS

DEPOIMENTOS COM DETENTORES DE SABERES DO MERCADO CENTRAL DE GOIÂNIA-GO

Saberes sobre as empadas

Data da entrevista:

1. Identificação

Falar nome e sobrenome.

2. Imagem

Filmagem e fotografia

3. Perguntas:

1. Me conte um pouco sobre o senhor/a senhora. Onde nasceu? Quantos anos tem? A quanto tempo vive em Goiânia?
2. A quanto tempo trabalha aqui no mercado? O que o Mercado Central representa ou significa para você?
3. Quando falamos no Mercado, qual a lembrança mais antiga ou a primeira lembrança que o senhor/a senhora tem desse lugar?
4. Quando começou a preparar empadas e com quem aprendeu esse ofício? Qual a primeira lembrança que você tem quando falamos sobre preparar empadas?
5. Quem iniciou a venda de empadas no Mercado Central e quando foi?
6. Como eram feitas as empadas nos primeiros anos de trabalho no Mercado?
7. Quais são as etapas ou processos no preparo das empadas até sua finalização para a venda?
8. Quais os ingredientes são utilizados no preparo das empadas?
9. Há algum recheio e tempero das empadas que você considera como sendo especial, ou seja, a receita que é uma herança familiar?
10. Quem são as pessoas envolvidas no preparo das empadas?
11. Como são preparadas?
12. Você percebe que desde o início até os dias atuais houve alguma mudança no modo de preparar as empadas?

13. Os clientes costumam comentar sobre as empadas? Qual o tipo de empada que é mais vendida?
14. Existem utensílios ou objetos necessários para fazer as empadas? Quais são?
15. Para que as empadas continuem existindo você acredita que há necessidade de apoio ou que seja feita uma articulação entre várias pessoas? (Se sim. Que tipo de apoio?)
16. Hoje existem pessoas interessadas em saber e aprender o preparo das empadas?
17. Tem alguma recordação que gostaria de registrar?

DEPOIMENTOS COM DETENTORES DE SABERES DO MERCADO CENTRAL DE GOIÂNIA-GO

Saberes sobre as garrafadas

Data da entrevista:

1. Identificação

Falar nome e sobrenome.

2. Imagem

Filmagem e fotografia

3. Perguntas:

1. Me conte um pouco sobre o senhor/a senhora. Onde nasceu? A quanto tempo vive em Goiânia?
2. A quanto tempo trabalha aqui no mercado? O que o Mercado Central representa ou significa para você?
3. Quando falamos no Mercado, qual a lembrança mais antiga ou a primeira lembrança que o senhor/a senhora tem desse lugar?
4. Quando começou a preparar as garrafadas e com quem aprendeu esse ofício? Qual a primeira lembrança que você tem quando falamos sobre preparar garrafadas?
5. Quem iniciou o preparo e venda de garrafadas no Mercado Central e quando foi?
6. Como eram feitas as garrafadas nos primeiros anos de trabalho no Mercado?
7. As garrafadas são preparadas para o tratamento de quais doenças?
8. Para o preparo de garrafadas são utilizadas quais ervas medicinais?
9. Quais são as ervas mais utilizadas nas garrafadas?

10. Como vocês fazem para ter a matéria-prima necessária, ou seja, as ervas?
11. Vocês trabalham somente com ervas que existem no estado de Goiás ou de outros estados também?
12. Quais são as etapas ou processos no preparo das garrafadas? Como são preparadas?
13. Há diferentes garrafadas?
14. Alguma é receita da família?
10. Quem são as pessoas envolvidas no preparo das garrafadas?
12. Você percebe que desde o início até os dias atuais houve alguma mudança no modo de preparar as garrafadas?
13. Os clientes costumam comentar sobre as garrafadas?
14. Tem alguma garrafada que você considera como especial, que esteja relacionada à história da família?
17. Existem utensílios ou objetos necessários para fazer as garrafadas? Quais são?
18. Para que as garrafadas continuem existindo você acredita que há necessidade de apoio ou que seja feita uma articulação entre várias pessoas? (Se sim. Que tipo de apoio?)
19. Hoje existem pessoas interessadas em saber e aprender o preparo das garrafadas?
20. Tem alguma recordação que gostaria de registrar?

DEPOIMENTOS COM PERMISSIONÁRIOS DO MERCADO CENTRAL DE GOIÂNIA-GO

AS MEMÓRIAS DE PESSOAS QUE ESTÃO NO MERCADO CENTRAL HÁ MAIS DE 30 ANOS

Data da entrevista:

1. Identificação

Falar nome e sobrenome.

2. Imagem

Filmagem e fotografia

3. Perguntas:

1. Me conte um pouco sobre o senhor/a senhora. Onde nasceu? A quanto tempo vive em Goiânia?
2. A quanto tempo trabalha aqui no mercado? O que o Mercado Central representa ou significa para você?
3. Quando falamos no Mercado, qual a lembrança mais antiga ou a primeira lembrança que o senhor/a senhora tem desse lugar?
4. Fale um pouco sobre sua história nos primeiros anos de trabalho no Mercado Central.
5. Você recorda quem eram as pessoas que frequentavam o Mercado Central?
6. No Mercado eram feitas somente vendas ou se faziam trocas de mercadorias entre os vendedores?
7. O que as pessoas mais procuravam? Por quais produtos?
8. Você comercializa quais produtos?
9. Você sempre comercializou esses produtos desde sua chegada no Mercado Central?
10. Tem mais integrantes da família que trabalham com você?
11. Os clientes costumam elogiar ou não o Mercado?
12. Nos primeiros anos, as pessoas procuravam o Mercado como sendo um lugar agradável para um bate-papo? Essa prática ainda continua?
13. Você tem alguma recordação especial sobre o mercado?
14. Para que o Mercado Central continue oferecendo uma variedade de produtos disponibilizados, você acredita que há necessidade de apoio ou que seja feita uma articulação entre várias pessoas? (Se sim. Que tipo de apoio?)
15. Hoje o Mercado Central é um lugar que as pessoas mantêm o interesse de visitar e fazer compras?

ANEXO 2 – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIOS: VISITANTES DO MERCADO

Tema da pesquisa: Educação patrimonial e inventário de saberes: aromas, sabores, ofícios e memórias no Mercado Central de Goiânia

Pesquisadora: Azenaide Lopes Pereira Garcia

Data da entrevista: / /

Nome do entrevistado: _____

Questões sobre o tema da pesquisa

1) Você reside em Goiânia ou está a passeio?

☐ Resido ☐ Estou a passeio

2) Qual a sua naturalidade?

☐ Goiânia ☐ De outro município goiano ☐ De município de outro estado brasileiro ☐ De outro país

3) Qual seu gênero?

☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Outro

4) Você costuma visitar com qual frequência o Mercado Central de Goiânia?

☐ Várias vezes na semana ☐ Uma a cinco vezes durante o mês ☐ Raramente

5) O Mercado Central de Goiânia te traz recordação?

☐ Sim ☐ Não

6) Quais são as recordações?

☐ Passeios com os pais ☐ Ir em dias específicos da semana ☐ Algum produto. Qual? _____

7) O Mercado Central de Goiânia é um lugar importante na cidade?

☐ Sim ☐ Não

8) Você procura por quais produtos?

☐ Alimentação (grãos, doces, queijos, verduras, frutas entre outros) ☐ Lanches
☐ Refeição ☐ Presentes e enfeites ☐ Raízes e ervas ☐ Roupas ou calçados
☐ Outros. Quais? _____

9) O que o mercado representa para você?

ANEXO 3 – FEIRAS DE GOIÂNIA

Feiras Livres em Goiânia -GO

Segunda-feira

Codg	SETOR	TURNO	ENDEREÇO
02	Setor Fama	Diurna	Rua 27, qds. 10 e 11, esquina com rua 3

Terça-feira

Codg	SETOR	TURNO	ENDEREÇO
04	Dom Bosco	Diurna	Rua 29, esquina com R1 e R4
03	Cepal Vila Abajá	Diurna	Rua Benjamim Constant esquina com rua 05 e Marginal Sul
05	Castelo Branco	Diurna	Rua 55, entre qds. 10 e 13
06	Nova Suíça	Noturna	Av. T-13 com rua T-5 e T-38
07	Conjunto Riviera	Diurna	Av. da Liberdade com rua 14
09	Vila Lucy	Noturna	Av. B, entre Av. Araxá e Av. A
61	Bairro João Vaz	Noturna	Av. Rio Branco, entre qds. 20 e 24
65	Goiânia II	Noturna	Av. Frei Nazareno Confaloni, entre qds. 26 e 30
83	Parque Oeste Industrial	Noturna	Rua Egerineu Teixeira, entre rua Petróleo e rua Amianto, qd. 148
90	Jardim Curitiba IV	Noturna	Av. do Povo
98	Jardim Primavera	Noturna	Av. Comercial

Quarta-feira

Codg	SETOR	TURNO	ENDEREÇO
08	Bairro Goiá	Diurna	Av. Felipe Camarão, qds. 38 e 39
10	Parque Amazonas	Diurna	Praça José Rodrigues de Moraes Filho, qds. 197 e 198
11	Jardim Novo Mundo	Diurna	Rua Estádio Galifórnia, qd. 136
12	Criméia Oeste	Diurna	Rua João Alves de Castro, qd. 20, Praça Dom Prudêncio
13	Vila Canaã	Diurna	Av. Aderup com Av. Nendemeyer, entre qds. 217 a 221
14	Vila Nova	Diurna	Av. 10ª Avenida, entre qds. 46 e 66
16	Cepal Setor Sul	Diurna	Rua 115 esquina com Av. Fued José Sebba
15	Setor Coimbra	Diurna	Av. Perimetral, entre T-1 e T-6
17	Setor Ferroviário	Diurna	Rua 44 em frente à 67-A, qd. 144A
18	Conjunto Vera Cruz II	Diurna	Av. Gercina Borges Teixeira, Etapa II, qds. C48 e C49
64	Urias Magalhães	Noturna	Rua Rondônia, lt. 08, qd. D até qd. 12

84	Jardim Nova Esperança	Noturna	Rua São Geraldo, entre qds. 136 e 150
----	-----------------------	---------	---------------------------------------

Quinta-feira

Codg	SETOR	TURNO	ENDEREÇO
20	Setor Aeroporto	Diurna	Rua 11-A, entre qds. 15-A e 22-A
21	Setor Centro-Oeste	Diurna	Rua 510 com rua P-25
22	Setor Universitário	Diurna	Rua Uberaba com rua 307, entre qds. I e 116
23	Bairro Capuava	Diurna	Rua Tomaz A. Gonzaga, entre qds. 20 e 26
24	Jardim Planalto	Diurna	Av. Marco Polo, entre qds. 41 e 51
25	Conjunto Vera Cruz I	Diurna	Av. Gercina Borges Teixeira c/ rua Heliezer Qd. C16 e C17
60	Cidade Jardim	Noturna	Rua dos Ferroviários com rua Santarosa, qd. H, lt. 16
66	Modelo	Noturna	Rua 68 com rua 77, qd. 144, Setor Central
19	Cepal Jardim América	Diurna	Praça C-108, entre rua C-105, rua C-115 e Av. C-1
67	Jardim Novo Mundo	Noturna	Rua Maldonado, qds. 229 a 231
70	Conjunto Monte Carlo	Noturna	Rua MC-6, qds. 5 a 7
84	Conjunto Vila Bela	Noturna	Rua Jequitibá, frente à Av. Flemington
85	Feira do Sonho	Noturna	Rua 1.004, Setor Pedro Ludovico
97	Balneário Meia Ponte	Noturna	Av. Ormazena Neves Machado, entre qds. 70 e 75

Sexta-feira

Codg	SETOR	TURNO	ENDEREÇO
26	Setor Sudoeste	Diurna	Praça C-8, C-12 com C-15
27	Criméia Leste	Diurna	Av. Couto Magalhães, qd. G com qd. L
28	Vila São José	Diurna	Av. Padre Wendel, entre qds. 564 e 566
29	Dom Bosco	Diurna	Rua 29, esquina com rua 1 e rua 4, Setor Oeste
30	Rua Ipameri	Diurna	Rua Ipameri, entre qds. 109 e 133
31	Bairro Feliz	Diurna	Rua 810 com rua 823, entre qds. 937 e 939
62	Jardim Presidente	Noturna	Rua Presidente Lincoln, qd. 51
63	Vila Regina	Noturna	Rua São Miguel com rua Monte Olívia e rua Patriarca, qd. 27
68	Jardim Dom Fernando I	Noturna	Av. 27 de Janeiro, qds. 12, 14 e 15
69	Vila Finsocial	Noturna	Rua VF-65 com rua VF-102
76	Chácara do Governador	Noturna	Rua DF-2, entre qds. DF-17 e DF-20

86	Conjunto Baliza	Diurna	Rua BL-2, Qd. B-1
93	Jardim Guanabara II	Noturna	Av. GB-5, entre GB-7 e GB-3
96	Solange Park	Noturna	Rua Umbelina Maria, qd. 09

Sábado

Codg	SETOR	TURNO	ENDEREÇO
32	Jardim Novo Mundo	Diurna	Rua Alegrete com rua Joinville, entre qds. 38 e 45
94	Residencial Solar Ville	Noturna	Al. Higino Pires Martins
95	Alphaville	Noturna	Rua Alpha-15
59	Finsocial	Diurna	Rua VF-52
81	Bairro Goiá	Noturna	Av. Felipe Camarão, entre qds. 16 e 23
82	Conjunto Parque Atheneu	Noturna	Rua 2013, Unidade 2001
78	São Francisco	Noturna	Rua Rocha Pombo, entre qds. 33 e 40
34	Setor Perim	Noturna	Av. Timbiras, qd. 31
35	Parque Laranjeiras	Diurna	Rua C2A, fim ruas C2A/C4
36	Cepal Setor Sul	Diurna	Rua 115 esquina com Av. Fued José Sebba
37	Setor Bueno	Diurna	Rua T-49, com Av. T-1
38	Novo Horizonte	Diurna	Av. Domiciano Peixoto
39	Cidade Jardim	Diurna	Av. Dom Emanuel
40	Setor Fama	Diurna	Av. Marechal Rondon com rua 3, qd. 11
41	Conjunto Itatiaia	Diurna	Rua R-11
33	Pq. Ind. João Brás	Diurna	Av. Berlim com Rua Oriente s/n

Domingo

Codg	SETOR	TURNO	ENDEREÇO
42	Conjunto Riviera	Diurna	Av. da Liberdade
43	Jardim Guanabara	Diurna	Av. Contorno qd. 37-A
45	Conjunto Vera Cruz I	Diurna	Av. Gercina Borges Teixeira com Rua Heliezer, qds. C-16 e C-17
46	Conjunto Vera Cruz II	Diurna	Av. Gercina Borges Teixeira
47	Jardim Nova Esperança	Diurna	Av. Sol Nascente
48	Urias Magalhães	Diurna	Av. Francisco Bibiano entre Av. Central e qd. 53
49	Balneário Meia Ponte	Diurna	Av. Circular
51	Vila Redenção	Diurna	Praça do Comércio, qd. C-01

50	Setor Universitário	Diurna	Rua Uberaba com rua 307, qd. I com qd. 116
52	Setor Palmito	Diurna	Av. Cristóvão Colombo, qds. 212 e 213
53	Setor Pedro Ludovico	Diurna	Praça Isidória de Almeida Barbosa
54	Cepal Jardim América	Diurna	Praça C-108, entre rua C-105, rua C-115 e Av. C-1
55	Vila Nova	Diurna	Av. Nona Avenida, entre a 5ª Avenida e rua 207
56	Setor União	Diurna	Rua U-55
57	Setor Centro-Oeste	Diurna	Rua P-25 com rua 510 e rua 509, qd. 21
58	Vila Mutirão	Diurna	Av. do Povo, entre a rua Transversal e qd. Q
77	Bairro da Vitória	Diurna	Av. Comercial
44	Vila Pedroso	Diurna	Rua 2, qd. K

Diurna : início às 07 horas; término às 14 horas.

Noturna: início às 16 horas; término às 22 horas.

Fonte: <https://www.goiania.go.gov.br/html/sedem/smsde705.htm>

As feiras especiais são classificadas

Feiras Especiais em Goiânia ²⁷				
ORD.	DIA SEMANA	NOME DA FEIRA	ENDEREÇO	HORÁRIO
01	Terça -feira		Praça do Violeiro	Noturno
03			Praça C-6 esquina c/ Rua...., Setor Sudoeste	Noturno
04			Residencial Jardins	Noturno
05	Quarta-feira	Feira das Estrelas	Avenida Engenheiro José M. Filho, Setor Novo Horizonte	Noturno
06		Feira da OVG	Rua T-38, esquina com T-14, Setor Bueno	Noturno
07		Feira dos Amigos	Praça Abel Coimbra, Cidade Jardim	Noturno
08		Feira de Madrugada	Praça do Trabalhador, Setor Norte Ferroviário	Noturno
09		Feira Criméia Leste	Setor Criméia Leste	Noturno
10		Feira dos Artesãos	Praça Santos Dumont, Setor Aeroporto	Noturno

²⁷ A administração das Feiras Especiais em Goiânia é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Ciência e Tecnologia – SEDETEC/Prefeitura Municipal de Goiânia, por meio da Gerência de Abastecimento e Feiras Livres e Cepal. As informações quantitativas e descritivas foram cedidas pela Gerência. A autora fez o acréscimo da primeira coluna com a identificação de um ordenamento numérico para quantificar, cuja relação totaliza em vinte e seis (26) feiras especiais.

11	Quinta-feira	Feira da Madrugada	Praça do Trabalhador, Setor Norte Ferroviário	Noturno
12		Feira da Paz Vila União	Rua U-55 esquina com Avenida dos Alpes, Setor Vila União	Noturno
13	Sexta-feira	Feira Entardecer	Rua 115, Cepal, Setor Sul	Noturno
14		Feira do Amor	Alameda Moisés Santana, Vila Redenção	Noturno
15		Feira do Requite	Rua Heitor Fleury, Vila Canaã	Noturno
16		Feira Girassóis	Praça Isidória A. Barbosa, Setor Pedro Ludovico	Noturno
17		Feira Monte Cristo	Avenida Dom Eduardo, Setor São José	Noturno
18		Feira Jacaré	Avenida Dom Prudêncio, Setor Criméia Oeste	Noturno
19	Sábado	Feira da Lua	Praça Tamandaré, Setor Oeste	Noturno
20		Feira das Rosas	Avenida Liberdade, Conjunto Riviera	Noturno
21		Feira dos Namorados	Avenida Gercina Borges Teixeira, Conjunto Vera Cruz I	Noturno
22		Feira da Vila Nova	Avenida Coronel Gomes esquina c/ Rua 208, Vila Nova	Noturno
23		Feira Parque Amazônia	Praça Senador José Rodrigues, Parque Amazônia	Noturno
24	Domingo	Feira Hippie	Praça do Trabalhador, Setor Norte Ferroviário	Diurno
25		Feira do Sol	Praça do Sol, Setor Oeste	Noturno
26		Feira da Nuvens	Avenida T-1 esquina com Avenida T-6, Setor Coimbra	Noturno